

# CONSPIRAÇÃO CONTRA LOTT

## NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 24 a 30 de junho de 1960

Nº 69

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

### Filmes americanos ameaçam artistas e produtores de TV

A SITUAÇÃO criada com o aparecimento de cada vez maior número de filmes americanos na TV, e mais o surgimento do vídeo-tape e do play-back, poderá gerar uma crise de desemprego na televisão do Brasil. Os artistas e produtores começam a se movimentar para defender seus direitos. (Reportagem na 5ª página do 1º caderno).

### Fluminenses dão resposta ao continuísmo

LOTT e Jango estiveram terça-feira última em Niterói. Foi um intenso programa de visitas, coroado com grande comício à noite. O entusiasmo da grande massa (também compareceram delegações das cidades vizinhas) presentes às manifestações foi mais uma resposta do povo às manobras continuístas. Enquanto prossegue a sabotagem das cúpulas partidárias, o povo reafirma, com vigor crescente, sua decisão de eleger os candidatos nacionalistas. (Reportagem na 8ª página do 1º caderno).



### Bandeira Vermelha Era do Padre

Reportagem da greve de Cabo Frio na 12ª pág. do 2º caderno

Denunciamos à Nação: os sabotadores da candidatura Lott, tendo à frente os srs. Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, João Goulart e Armando Falcão, tramam um golpe continuísta que atenta frontalmente contra a legalidade democrática e a Constituição do país.

O PLANO maquiavélico está em curso: as cúpulas partidárias boicotam o candidato, procurando dar a impressão de fraqueza e inviabilidade, enquanto se promove a mais intensa publicidade em torno do sr. Kubitschek. O objetivo é fazer com que surja JK como a única alternativa para evitar que o Poder caia nas mãos de Jânio Quadros. A manutenção da candidatura Ademar, as protelações na escolha do candidato anti-Lacerda na Guanabara e a recente «crise mineira» são peças do plano diabólico. Os trabalhadores exigem do sr. João Goulart e do PTB uma firme atitude de combate a favor da Chapa Nacionalista Lott-Jango. As forças patrióticas e democráticas precisam mobilizar-se urgentemente a fim de rechaçar a manobra continuísta e garantir a vitória, a 3 de outubro, da candidatura Lott. (Leia na 3ª página do 1º caderno).

### A Falsa Reforma Agrária Janista

Reportagem na 1ª pág. do 2º caderno



Uma  
nacionalistas

(Leia "Passagem",  
7ª pág.)



Governador do Espírito Santo e NOVOS RUMOS:

### NÃO PODEMOS ACEITAR A SITUAÇÃO DE PAÍS COLONIAL

Entrevista na 2ª pág. do 2º caderno

## A Quem Serve o Continuísmo?

MÁRIO ALVES

NAO É DE agora que os comunistas e outros setores patrióticos denunciam a sabotagem de círculos do governo, do PSD e do PTB à candidatura nacionalista do marechal Lott. Chegou o momento, porém, de passar da simples denúncia à luta concreta para deter a manobra insidiosa. O golpe continuísta está em marcha. Lance após lance, ele vem sendo articulado com premeditação e astúcia.

PARA DESMASCARAR o jogo continuísta é necessário compreender claramente o seu sentido político. Os partidários do continuísmo tratam de conquistar a simpatia do povo, apresentando-se como corifeus do desenvolvimento nacional, do nacionalismo e do anti-janismo. Mas, a que interesses serve, realmente, a manobra continuísta?

O CONTINUÍSMO é a bandeira dos grupos dirigentes do PSD e dos setores dominantes do governo Kubitschek, que pretendem continuar a política «desenvolvimentista» pelo caminho das concessões ao capital estrangeiro, pela via tortuosa das grandes negociatas à custa dos interesses nacionais. Estes grupos não querem perder suas posições para as forças econômicas que Jânio Quadros, representante, para a oligarquia entreguista e reacionária de São Paulo. Mas também não querem a vitória do marechal Lott, que seria uma vitória dos setores nacionalistas radicais, das forças populares e de esquerda.

CONTINUÍSMO significa, para os grupos econômicos ligados ao presidente Kubitschek, a continuação da política «desenvolvimentista» dentro dos marcos da dependência ao imperialismo norte-americano. Estes setores conciliadores da burguesia não pugnam por um desenvolvimento econômico independente, que importe numa ruptura com a tradicional subordinação da economia brasileira aos interesses monopolistas dos Estados Unidos. Querem conciliar a prosperidade da «nova classe» com a entrada maciça de capital monopolista estrangeiro. O resultado negativo dessa política afeta profundamente os interesses nacionais e populares.

O POVO brasileiro não está disposto a aceitar uma política de «austeridade» no estilo Frondizi, que conduza à paralisação do desenvolvimento econômico do

país, à miséria das massas trabalhadoras e à capitulação diante do imperialismo. Esta é o verdadeiro programa das forças retrógradas que cercam Jânio Quadros, e por isso sua candidatura merece a repulsa de todos os patriotas conscientes. Mas o povo não pode conformar-se com a atual política de desenvolvimento econômico do governo Kubitschek, que se traduz num certo progresso das forças produtivas, mas se faz acompanhar de sérias ameaças à soberania nacional e do agravamento insuportável das condições de vida dos trabalhadores.

JA NAO é possível tolerar um «desenvolvimentismo» que implica no esgotamento de nossas divisas com a remessa crescente de lucros das empresas estrangeiras; que permite aos monopólios americanos absorverem nossa indústria química e farmacêutica; que ameaça entregar à Hanna o melhor minério de ferro brasileiro; que promove a desvalorização acelerada do cruzeiro em benefício de grupos privilegiados e empobrece as massas trabalhadoras e populares.

A CANDIDATURA do marechal Lott representa um passo à frente para o rompimento com essa política. Por essa razão, jamais foi vista com bons olhos pelos áulicos de Kubitschek, por Paes de Almeida e Frederico Schmidt, por Amaral Peixoto e Armando Falcão. O nome de Lott foi lançado pelos setores nacionalistas e populares, pelos estudantes, militares e operários. Nasceu surgido das ante-salas presidenciais, onde pululam os testes-de-ferro das empresas estrangeiras. O marechal Lott pronunciou-se claramente por um programa nacionalista, pela limitação das remessas de lucros dos trustes. Sua candidatura possibilita uma campanha eleitoral de massas, de caráter antiimperialista e popular, que não pode ser do agrado dos setores conciliadores que rodeiam o presidente Kubitschek.

AI ESTA' a razão, o sentido, a essência do continuísmo. As forças nacionalistas e populares, que impuseram a candidatura Lott às cúpulas partidárias, estão chamadas agora a intervir enérgicamente para que a camorra continuísta não rasgue a Constituição, não viole a legalidade democrática e não impeça o povo brasileiro de dar um passo à frente no caminho da independência e do progresso.

POVO JAPONÊS LUTA CONTRA TRUSTES NIPO-JANQUES:

## 12 Horas de Trabalho Por um Prato de Arroz

# Outras Questões Essenciais do III Congresso

JOVER TELLES

Procurarei apresentar hoje — em prosseguimento aos comentários feitos na última edição de NOVOS RUMOS — algumas outras questões essenciais que serão objeto de debate no III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores.

Será o momento oportuno para o exame da importante questão, ainda muito controversa, das relações entre o movimento sindical brasileiro e o movimento operário internacional. A Lei 2.802 oficializa a intervenção do governo no movimento operário e fere o princípio da liberdade sindical, ao determinar que «as entidades sindicais reconhecidas nos termos desta lei não poderão filiar-se a organização internacional, nem com ela manter relações, sem prévia licença concedida por decreto do presidente da República.» E foi com base nesse dispositivo antidemocrático que a CNTI, a CNTT e a CNTC se filiaram à CIOIS e à ORIT, ato que agora, como ficou revelado nos dois últimos Manifestos das Confederações, pretendem seja ratificado pelas demais entidades sindicais.

A inclusão dessa questão no Têrrio do Congresso foi inteiramente justa, pois a adesão do movimento sindical brasileiro a quaisquer organizações internacionais do proletariado só pode ser fruto da livre discussão e decisão dos trabalhadores, assim como da conquista de completa e ampla liberdade de associação, no interior do país como no plano internacional.

Torna-se necessário, antes de tudo, lutar pela revogação da lei 2.802, assegurando-se a liberdade sindical e o direito de os trabalhadores decidirem livremente sobre o assunto. Por outro lado, deve ser evitado tudo o que possa constituir obstáculo ao processo de unidade e organização do proletariado. No movimento sindical atuam operários de orientação trabalhista, socialista, comunista, perrepeista, partidários da CIOIS, da FSM, etc. Pretendem, como querem as confederações citadas, que as demais entidades ratifiquem sua posição em relação à CIOIS e à ORIT significando querer introduzir elemento de divisão no movimento operário, uma vez que os defensores de outras tendências não se curvariam a tal imposição. O mesmo sucederia se os partidários da FSM e de outras organizações internacionais pretendessem impor a filiação dos sindicatos brasileiros a essas organizações.

Os trabalhadores compreendem que o essencial consiste em salvaguardar e reforçar sua própria unidade, por cima de divergências de ordem partidária, ideológica, ou de filiação internacional. A contribuição do proletariado brasileiro à unidade do movimento operário no âmbito continental e mundial será mais positiva na medida em que progredir no fortalecimento de sua própria unidade no plano nacional. Por isso, vai se cristalizando, entre os operários e dirigentes sindicais, a ideia da autonomia do movimento sindical brasileiro em relação às entidades sindicais internacionais, a ideia de que, na situação concreta atual, não é útil à unidade do movimento operário no Brasil sua filiação à CIOIS ou à FSM, ou a qualquer outra organização internacional. Essa posição, naturalmente, não significa de modo algum isolamento ou alijamento dos trabalhadores brasileiros frente à luta de seus irmãos de outros países. Ao con-

trário. Todos querem a unidade internacional dos trabalhadores. Mas, é justamente partindo de sua unidade interna que o movimento operário em nossa terra ficará em melhores condições de apoiar eficientemente todas as propostas e resoluções justas das diversas entidades sindicais internacionais e de pressioná-las no sentido de que contribuam mais efetivamente para restabelecer a unidade mundial dos trabalhadores.

Essa posição exige concessões, a bem da unidade, dos representantes das diversas correntes e tendências atuantes no movimento sindical. Ao que sei, os partidários da FSM não colocam o problema da filiação à mesma como questão candente do momento. É de esperar-se que os partidários da filiação à CIOIS, principalmente alguns dirigentes da CNTI, CNTT e CNTC demonstrem, também, mais uma vez, seu elevado espírito unitário. Em todo caso, o próximo Congresso deverá decidir a respeito. E nos parece que, em nome do fortalecimento da unidade do movimento sindical em nossa terra, é chegado o momento de as três Confederações se desfiliarem da CIOIS e da ORIT.

Vejamos outra questão. O edital de convocação do Congresso determina que «na última sessão plenária será procedida a eleição dos membros diretores do organismo nacional que venha a ser criado no Congresso.» Possibilita-se, assim, a discussão de formas de unificação orgânica do movimento sindical e a criação de um organismo nacional que coordene, aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o país.

Trata-se de velha aspiração dos trabalhadores. A unidade programática, possibilitará unir nacionalmente os

trabalhadores sob uma única orientação. A Constituição do Conselho Sindical Nacional, ou da Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Brasil, ou, ainda, com outro nome qualquer, possibilitará centralizar, sob uma única direção, as lutas dos trabalhadores. Portanto, o lema que inspira a classe operária é: unidade programática, unidade de ação e unidade orgânica. E esse lema é objetivo a alcançar no Congresso.

Estamos a menos de dois meses do Congresso. Agora, tudo depende do trabalho que se realize nas empresas, nos sindicatos, nas associações, nas confederações e nos Estados e municípios. Urge não perder tempo. E planejar as atividades necessárias para garantir o êxito do Congresso.

Com objetivos tão promissores, a convocação do III Congresso despertou grande entusiasmo entre os trabalhadores. Inúmeros Sindicatos elaboram planos visando chegar ao Congresso com o corpo de associados aumentado, com maior número de conselhos sindicais organizados nas empresas, etc. Comissões pró-III Congresso começam a ser instaladas em alguns Estados, diversas municípios e muitas empresas. Prepara-se a realização de assembleias sindicais para discutir o Têrrio, aprovar teses e proposições, eleger delegados. Em muitos lugares, organizam-se rifas e festas, correm listas nas empresas e bairros, visando angariar o dinheiro necessário ao financiamento da viagem dos delegados ao Congresso. Com o mesmo objetivo, são pedidos verbais às Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e outras instituições. Enfim, a convocação do Congresso ecoou um «taque de reunião», ao qual todos se preparam para responder condignamente.

## Operários Navais Apóiam o Sindicato

A Diretoria do Sindicato dos Operários Navais de Niterói, tendo a frente os líderes Firmino Fernandes e Arquimedes Marinho, agiu com inteira correção e em conformidade com os interesses dos trabalhadores, no caso da Empresa de Calafetagem e Reparos Navais. Essa declaração foi feita em nossa redação por uma comissão de operários navais, a propósito das denúncias que foram levantadas contra o combativo órgão de classe dos marítimos de Niterói.

O Sindicato dos Operários Navais, tendo inúmeros dos seus associados desempregados, fez um acordo com a Companhia Costeira para uma empreitada destinada a reparos de suas embarcações. Mas o Sindicato, sem estar aparelhado para atuar como empregador, passou a ter a sua Diretoria absorvida no trabalho burocrático de ela-

boração de folhas de pagamento, e de outros afazeres relacionados com a nova situação. Diante disso, foi feita uma assembleia com os trabalhadores, onde ficou decidido transferir o contrato para a Companhia de Calafetagem e Reparos Navais, que se comprometeu, em documento assinado com as partes interessadas, a conceder todas as vantagens que o Sindicato vinha oferecendo aos trabalhadores. Aceite, porém, que tanto a Companhia de Calafetagem, como a Comissão de Marinha Mercante, não atenderam aos compromissos assumidos. A Companhia Costeira, por outro lado, resolveu dispensar os 300 operários que estavam a seu serviço. O Sindicato protestou contra esses fatos, e está tomando as providências para assegurar os direitos dos trabalhadores dispensados e a sua volta ao trabalho.

## Defende Teu Direito

**Luta corporal** — Briga fora do local de trabalho, entre empregados do mesmo nível hierárquico, não constitui falta grave. Se o legislador distinguiu o local da briga para considerar uma falta e outra não, em levando em consideração a pessoa agredida, não pode o juiz contrariar tal distinção expressa da lei para considerar como justa causa exatamente o que ela não conceitua como tal. Não pode o intérprete ampliar um conceito penal que o próprio legislador fez restringir. Ac. TRT, 3ª Região (Proc. 3121/58). Relator: Hélio Guimarães.

A despeito de empenhar-se em luta corporal, se o empregado o faz em legítima defesa, está isento de falta funcional, sendo injusta, pois, sua dispensa. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 875/58). Relator: Pires Chaves.

**Mandato sindical** — Não comete falta o empregado que se ausenta do serviço no desempenho de função sindical. Dispensado por esse motivo, tem direito a ser reintegrado ou indenizado. Ac. STF, 2ª Turma (Ag. Inst. 20.522). Rel.: Hahnemann Guimarães.

O § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho não se aplica a empregado eleito para cargo de associação profissional não constituída em Sindicato. Ac. TST (Proc. 661/58). Relator: Délio Maranhão.

A reparação de que trata a lei, quando é o empregado demitido injustamente no exercício do mandato sindical, é a reintegração com todas as vantagens inclusive salários atrasados, e não indenização. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 8738/55). Relator: Thélio Monteiro.

**Marítimos** — Para reclamar diferença baseada em tabela de soldado não é indispensável a juntada da portaria ministerial em que se funda o pedido. A empresa tem obrigação de conhecer a existência de portarias dessa natureza, que tem força de lei, e cuja ignorância não exonera a quem quer que seja. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 2189/59). Relator: Gilberto Fragozo, «Ementário Trabalhistas, maio — 1960.

Cancelada a deserção e alterada, em consequência, a causa do desembarque, o marítimo faz jus às indenizações legais trabalhistas, se a empresa, não obstante decisão da autoridade competente, mantém a rescisão do contrato por aquele motivo. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1458/58). Relator: Pires Chaves.

**Periculosidade** — Considerou o acórdão recorrido que têm direito ao adicional de periculosidade os empregados que trabalham na refinação de óleos inflamáveis derivados de carvão. Decisão que assim entende cumpre a lei em toda sua exatidão. Quanto a saber se a pericla, que concluiu tratar-se de inflamável, acertou ou errou, é matéria que foge do âmbito do extraordinário, porque envolve exclusivamente assunto de prova». Ac. STF, 2ª Turma (Ag. Inst. 20.965). Relator: Cândido Lobo.

Não há violação de lei na decisão que reconhece devido aos trabalhadores em bombas de gasolina o direito ao adicional de periculosidade, previsto na Lei 2.573, de 15 de agosto de 1955. Ac. STF, 1ª Turma (rec. ext. 40.757). Relator: Henrique D'Ávila.

Operador de bomba de gasolina em contato permanente com inflamáveis, em condições de periculosidade, tem direito ao adicional de periculosidade de que trata a Lei n.º 2.573, de 15 de agosto de 1955. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 1251/58). Relator: Thélio Monteiro.



## Os Motoristas Receberão Mais

Cerca de 20 mil motoristas e ajudantes de caminhão, que operam no serviço de cargas a frete no Estado de Guanabara, acabam de conquistar, um aumento salarial através de entendimentos que se processaram entre os sindicatos de empregados e de empregadores. O acordo, em vigor

desde o dia 1º de junho, estabelece a elevação salarial dos motoristas de Cr\$ 8.000,00 para Cr\$ 10.600,00; dos ajudantes, de Cr\$ 6.500,00 para Cr\$ 8.600,00. O ajuste prevê ainda o pagamento das horas extraordinárias na base de 50% sobre o salário nor-

mal. Resolvida a questão dos motoristas e ajudantes de caminhão, o Sindicato dos Rodoviários empenha-se agora na luta pela elevação salarial dos trabalhadores nas empresas de transportes coletivos, que já se encontram em entendimentos com os patrões.

FORNASA — VOLTA REDONDA

## Fábrica de Mortos à Sombra da Siderúrgica

Ninguém sabe exatamente quantos trabalhadores já tiveram os seus pulmões arrebatados pelo excessivo regime de trabalho que a Fornasa lhes impõe. O que se sabe, entretanto, é que a empresa, protegida pelos agentes do ministério do Trabalho, dizimam criminosamente a vida de inúmeros dos seus empregados anualmente. A Fornasa é uma fábrica de canos galvanizados que se situa no município fluminense de Volta Redonda. Os seus proprietários, com a complicidade do Ministério do Trabalho, instituíram a jornada obrigatória de 12 horas de trabalho. Dêsse modo, violando o parágrafo V do art. 157 da Constituição Federal, que assegura a «duração diária do trabalho não excedente a 8 horas», a Fornasa opera durante as 24 horas do dia, dividindo a sua atividade em apenas dois turnos.

Mas esse é apenas um aspecto da violação da lei e da omissão ministerial; o outro é o que se relaciona com a proteção à saúde e à vida do ope-

rário no local de trabalho. Operando com substâncias químicas nocivas, a Fornasa, embora obrigada por lei, jamais forneceu os elementos necessários à proteção da saúde dos seus empregados, e nega-lhes até mesmo o fornecimento do leite. A fábrica dispõe apenas de um exaustor, inteiramente incapaz de absorver os vapores dos ácidos que se desprendem das operações de galvanoplastia. O gabinete da pontelante, sem dispor de nenhuma proteção, transita 12 horas diárias em meio das nuvens dos gases tóxicos. E não há como reclamar. A ordem é severa: ou aceita o regime de trabalho forçado, ou vai embora. Isso em Volta Redonda, à sombra da Companhia Siderúrgica Nacional, nas barbas da fiscalização do Ministério do Trabalho.

A legião de tuberculosos saídos da Fornasa cresce a cada momento. As tradicionais listas de solidariedade de trabalhadores arruinados e famintos correm quase que diariamente pelo interior da fábrica, como um testemunho

eloquente da miséria que se abate sobre os lares dos operários vitimados pela empresa.

Quem responde pela Fornasa é o sr. Arnaldo Correia. Este cidadão, casado com uma norte-americana, consegue levar a sua influência e o seu poder de corrupção até a alta direção da Companhia Siderúrgica Nacional, que lhe aluga uma residência no Bairro do Laranjal, enquanto mais de 5 mil operários da CSN, pretendentes legítimos, não dispõem de casa da Companhia para morar.

As ilegalidades cometidas na Fornasa notadamente o excessivo regime de trabalho, continuam desafiando a fiscalização das autoridades competentes. Os operários, apesar da perseguição de que são vítimas, começam a procurar, com sua própria capacidade de organização, os meios para fazer valer os seus direitos. O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, embora sabendo o que se passa na Fornasa, mantém-se como mero observador, à espera, talvez, de uma denúncia coletiva e aberta dos trabalhadores. Seja como for, dizem os operários, é tempo de agir.

### TRT PAULISTA PROTEGE MOINHO INGLÊS

## Golpe da Transferência Para Não Pagar Indenização

Santos, junho (do correspondente) — Reunidos na sede do Sindicato dos Carregadores e Encaçadores de Santos, os representantes de todas as categorias de trabalhadores da cidade praiense aprovaram uma resolução de greve geral de solidariedade para com 30 trabalhadores do Moinho Paulista, vítimas de manobras da empresa.

### Manobra para não pagar indenização

Da mesma forma que muitas outras companhias estrangeiras que operam em diversas cidades do país, o Moinho Paulista usou o estratagemas da transferência dos 30 trabalhadores (todos com estabilidade garantida pela CLT) para Curitiba, visando com isso forçá-los a se demitir para não pagar as indenizações devidas. Em virtude da recusa, levou o caso ao tribunal santista que julgou a favor dos trabalhadores.

A decisão contrária do TRT revoltou os trabalhadores santistas e a assembleia reunida para discutir a questão exigiu do Moinho uma solução para a situação dos empregados atingidos pela decisão do TRT, dentro de 10 dias, após o que será decretada a greve geral.

### A assembleia

A assembleia, que foi presidida pelo sr. Armando Ferrari, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Trigo, Milho e Mandioca de Santos, compareceram, como convidadas, o vereador João Morais Chaves, o vice-prefeito Jaime Peres e o sr. Eusébio da Rocha.

Durante os trabalhos foi prestada uma homenagem póstuma ao operário Manoel Joaquim Guerreiro, que faleceu em virtude do abalo que sofreu quando teve conhecimento da decisão desfavorável da Justiça. Na ocasião, entre as resoluções aprovadas, figurava uma exigência da empresa a concessão de uma pensão à família do trabalhador falecido. Resolveram também os trabalhadores declarar-se em assembleia permanente, exigir a convocação de uma mesa-redonda entre empregados e empregadores e assinatura do contrato coletivo de trabalho, com 35% de aumento a partir de 1º de março do corrente ano.

## Nota Sindical

## Dois Fatos Importantes

Ao aproximar-se a data da realização do III Congresso Sindical Nacional, começa a se delinear para os trabalhadores, com maior clareza, a importância e a oportunidade desse conclave que reunirá no Estado de Guanabara, de 11 a 14 de agosto próximo, os representantes das massas trabalhadoras de todo o Brasil.

Há uma situação realmente nova no panorama das lutas e da organização do movimento operário brasileiro. Essa situação, reflete-se, em seus aspectos mais gerais, no impetuoso aforamento das campanhas reivindicatórias que se registam nos diferentes pontos do país e nas diversificadas formas de organização que vão sendo adotadas, quase sempre com êxito, à medida que se desenvolvem as lutas por melhores salários, pela humanização das condições de trabalho, contra a especulação alista e em defesa das liberdades e da autonomia sindicais e pela emancipação econômica e política do país.

Surge, a cada momento, no panorama do movimento operário, novas entidades sindicais e novas iniciativas destinadas a unir os trabalhadores tanto em escala nacional como internacional. Agora mesmo, a par dos preparativos do III Congresso Sindical Nacional, ocorrem em nosso país dois acontecimentos importantes, que não podem ser substituídos pelos trabalhadores. O primeiro, é o reconhecimento da Conferência Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos Fluviais e Aéreos; o segundo, a realização da Conferência Latino-Americana dos Metalúrgicos, que terá lugar no Brasil a 15 de agosto.

A nova Conferência, já reconhecida pelo Presidente da República, congregará em suas fileiras cerca de 250 mil trabalhadores pertencentes ao grupo de trabalhadores marítimos e fluviais, estivadores, portuários, pescadores, aeroviários e aeronautas. Embora tenha sido organizada quase que inteiramente por trás dos bastidores ministeriais, a nova entidade poderá representar um novo fator de unidade no movimento operário brasileiro, desde que a ela se filiem todas as federações, dando-lhe um conteúdo unitário, elegendo os representantes ao seu Conselho, e lutando pela eleição imediata de sua nova diretoria.

A Conferência Latino-Americana dos Metalúrgicos, salienta-se por sua vez, como outro importante acontecimento para os trabalhadores de nosso país. A realização do conclave foi decidida na última Conferência Nacional dos Metalúrgicos, realizada em São Paulo. A data de 15 de agosto, entretanto, foi fixada agora, pela sua Comissão de Planejamento. O local exato da Conferência será decidido em reunião programada para o próximo dia 5 de julho, em Niterói. De qualquer modo a data já é conhecida, trata-se, agora, de preparar as delegações no conclave, que acaba de receber adesão dos metalúrgicos de Cuba, Uruguai, Chile, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador. Todos esses acontecimentos se refletirão no III Congresso Sindical Nacional, dando-lhe uma nova fisionomia.

Nilson Azevedo

Calheiros Bomfim

# Advertência à Nação: Sabotadores de Lott Tramam Golpe Continuista

Fazemos à Nação uma grave advertência: os sabotadores da candidatura Lott, tendo à frente os srs. Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, João Goulart e Armando Falcão, estão tramando abertamente a liquidação da candidatura nacionalista e um golpe contra a Constituição, visando impedir as eleições e manter JK no Poder.

Faltando apenas três meses para as eleições, e quando cada dia de trabalho passa a ganhar uma importância possivelmente decisiva para o resultado do pleito, o natural é que as forças políticas comprometidas com o apoio à candidatura do marechal Teixeira Lott estivessem empenhadas, com todos os enormes recursos de que dispõem, na campanha para assegurar a vitória clara e esmagadora da chapa nacionalista e na abjeção do ex-ministro da Guerra. Mas não é isso o que se verifica, apesar de ser tão curta a distância que nos separa de 3 de outubro.

A sabotagem à candidatura Lott continua — diária, sistemática, friamente premeditada e posta em prática com todos os requintes do pior maquiavelismo. E já nessa altura — tão evidentes são os fatos e tão graves as consequências que deles podem resultar — estaríamos fugindo ao nosso dever de patriotas se não denunciássemos à Nação que por trás dessa sabotagem o que se trama é um crime de morte contra a candidatura Lott e um golpe traiçoeiro contra a legalidade constitucional. Os principais dirigentes dos partidos situacionistas — senhores Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, João Goulart, Armando Falcão, além de outros —, apoiando em palavras a candidatura Lott, estão na verdade chefiando a conspiração que visa impedir a vitória do candidato nacionalista e impor acalpa uma solução extra-legal, sem nenhuma justificativa no quadro da situação política brasileira.

A tática dos conspiradores consiste principalmente em procurar convencer a opinião pública acerca da «fraqueza» da candidatura Lott e, portanto, de sua inviabilidade em face da penetração, que propositalmente exageram, da candidatura entreguista do sr. Jânio Quadros. Ao mesmo tempo, entregam-se a uma desenfreada promoção pessoal do sr. Kubitschek — como se fosse JK e não Lott o candidato — procurando, desse modo, fazer crer às massas que está no continuísmo a única alternativa para evitar que o Poder venha a cair nas mãos do candidato do Clube da Lanterna.

É a essa tática criminosa que se subordina a inércia total dos comandos pessedista e trabalhista na campanha eleitoral. É verdade que os srs. Amaral Peixoto e João Goulart

aparecem em um ou outro comício ao lado do marechal Lott e até mesmo fazem em seus discursos declarações de fidelidade à candidatura nacionalista. Mas essa fidelidade desaparece como por encanto quando se trata das medidas concretas que deveriam ser adotadas, se se quisesse de fato levar a campanha à vitória. Nesse terreno, porém, a omissão é completa. No Rio, em São Paulo, na Bahia, em toda parte enfim, os comitês interpartidários e os diretórios do PSD e do PTB quase não arrastam uma palha a favor da chapa Lott-Jango. Em suas sedes — as poucas que existem — não se encontra, muitas vezes, sequer um cartaz de propaganda. As caravanas de parlamentares, além de escassas, movimentam-se com extrema lentidão e são inoperantes. O mais grave, entretanto, é que, por artes de seus principais dirigentes, as máquinas partidárias continuam a não funcionar no sentido da candidatura Lott. O famoso «cencontro de Brasília», que deveria ter sido o ponto de partida para o definitivo entrosamento das cúpulas partidárias, fracassou redondamente sob esse aspecto. E inúmeros janistas, desde o sr. Pais de Almeida ao sr. Geraldo Carneiro, continuam ocupando postos-chave da administração e valendo-se deles, com a maior desenvoltura, para favorecer o candidato de mister Cabot.

Até mesmo esse boicote, pretendem os comandos pessedista e petebista dar a impressão de que as massas encaram com frieza a candidatura Lott — o que não corresponde absolutamente à realidade. Os últimos comícios do candidato popular no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, em São Paulo, na Guanabara e no Estado do Rio provam exatamente o contrário. Preparados graças principalmente à abnegação e ao entusiasmo das forças nacionalistas mais consequentes, todos esses comícios de Lott com o povo constituíram impressionantes demonstrações de apoio das grandes massas, testemunhos evidentes de que o povo brasileiro vê no triunfo da candidatura Lott a vitória de uma política que mais se identifica com os seus interesses e os interesses de toda a nação.

São incontestáveis as possibilidades de ampla vitória da chapa Lott-Jango nas eleições de outubro próximo. Quem quer que mantenha ligação com as camadas populares, em qualquer ponto do país, não pode honestamente chegar a uma conclusão diversa. Mesmo no principal reduto janista, em São Paulo, onde o Governo do sr. Carvalho Pinto emprega sem nenhum pudor os recursos do Estado a serviço do demagogo da vassoura, é cada vez maior a ressonância que a candidatura nacionalista encontra entre as massas. A última entrevista de Jânio pela televisão revela bem nitidamente

mente quanto estão preocupados com esse fato os dirigentes de sua campanha.

O apoio que falta a Lott não é do povo, mas das cúpulas partidárias, dedicadas ao indigno propósito de solapá-la.

A conspiração anti-Lott manifesta-se igualmente no desejo, já agora indistigável, dos comandos pessedista e trabalhista de não só perpetuar, mas agravar, uma série de contradições e dificuldades políticas de consequências indiscutivelmente negativas para a chapa popular. Numerosos exemplos poderiam ser citados. Após a inexplicada defecção do PR da coalizão situacionista, três casos sobretudo evidenciam com suficiente clareza essa posição inconcebível dos dirigentes da aliança PSD-PTB.

O primeiro é o que vem ocorrendo em relação ao Estado da Guanabara. Enquanto o entreguista Carlos Lacerda há mais de um mês realiza aqui uma desenfreada campanha demagógica, contando com o apoio ativo dos círculos mais reacionários — apoio que se traduz inclusive na existência de uma «caixinha» de 100 milhões de cruzeiros — as forças que se opõem ao Clube da Lanterna oferecem o deplorável espetáculo de bandos sedentos de poder que vão aos poucos se entredivorando. Há um candidato por todos os títulos respeitável, capaz de fazer face com êxito à ameaça lacerdistas, além de perfeitamente identificado com o esquema nacional Lott-Jango: o deputado Sérgio Magalhães. Nenhum outro apresenta melhores credenciais, em qualquer terreno. Por que não se unem então essas forças em torno do sr. Sérgio Magalhães, pondo termo aos infundáveis conchavos que só não são uma brincadeira porque podem ser um desastre? Porque o sr. João Goulart omite-se nessa situação, esquecido dos compromissos que tem, já não dizemos com o povo, mas com a própria memória de Vargas, uma vez que se trata de lutar contra o verdadeiro assassino do ex-presidente? É que, também aqui, o objetivo é torpedear a candidatura Lott, pois enquanto não se unirem as forças antilacerdistas em torno de um candidato comum a campanha do marechal estará praticamente paralisada.

Também no que se refere ao sr. Ademar de Barros e à manutenção de sua candidatura divisionista, não há como os dirigentes situacionistas possam fugir à responsabilidade. Dividindo o eleitorado do «lado de cá», o prefeito paulistano está servindo unicamente a Jânio, com o qual, segundo se diz, já teria mesmo assumido compromissos em troca de vantagens pessoais. Mas podemos afirmar, por outra parte, com toda segurança, que até hoje nenhuma gestão séria foi feita junto ao ex-adversário de Jânio a fim de atraí-lo para o esquema lottista. Aos partidários do continuísmo interessa, ao contrário, que Ademar mantenha a sua candidatura diversionista.

Por fim, a recente crise mineira. No Estado onde mais do que em qualquer outro, é lícito esperar que o marechal Lott obtenha uma enorme diferença de votos a seu favor, eis que 100 dias antes do pleito líderes pessedistas como o sr. José Maria Alkmim aparecem comprometidos numa diabólica jogada política, tramada inclusive com o objetivo de forçar a retirada da candidatura do sr. Tancredo Neves e provocar um abalo de alcance ainda imprevisível nas bases da candidatura Lott. E isso, note-se, no Estado em que se faz de forma mais virulenta a propaganda do continuísmo de JK.

Os dirigentes da coalizão PSD-PTB, se nada fazem de positivo a favor da candidatura Lott, revelam entretanto uma capacidade que chega a ser surpreendente de alimentar auritos e criar dificuldades.

Tudo isso ocorre ao mesmo tempo em que se intensifica até os limites extremos a promoção pessoal do sr. Juscelino Kubitschek. Leia-se, por exemplo, a primeira página da edição de terça-feira do «Diário Carioca» e a impressão que se forma é de que o candidato é JK e não Lott. As homenagens para as quais o situacionismo se movimenta — inclusive com o desvio de recursos financeiros arrecadados para a campanha de Lott — são as prestadas ao

sr. Kubitschek. É o que vai acontecer, por exemplo, no próximo dia 2 de julho em Belo Horizonte. «Alheando-se» da campanha, JK passará mais de um mês fora do país, e já se fala na espetacular recepção que terá — recepção ao «salvador» capaz de livrar o país da ameaça janista.

Temos plena consciência da gravidade desta denúncia. E se a fazemos é medindo bem as responsabilidades que cabem à vanguarda da classe operária, das forças nacionalistas e populares. Há um golpe continuista em acelerada preparação — eis para o que alertamos a nação brasileira. Não se trata apenas de uma manobra contra a candidatura Lott, mas de um atentado à legalidade constitucional, sob um falso pretexto: o de uma suposta inevitabilidade da vitória do entreguista Jânio Quadros.

Os nacionalistas e democratas

não podem aceitar esse golpe como a única solução anti-Jânio. A solução é outra: é a vitória eleitoral de Lott, através do esforço conjugado de todas as forças e correntes que se opõem ao candidato do entreguismo e da reação.

Os trabalhadores, em particular, não concordam com o plano continuista. E por isso mesmo exigem do sr. João Goulart, presidente do Partido Trabalhista, uma atitude inteiramente oposta àquela em que vem insistindo nos últimos meses. O que se espera do sr. Goulart não são manobras de bastidores, mas uma ação franca e decidida de seu partido, ao lado das massas trabalhadoras, para assegurar a vitória do candidato cuja plataforma nacionalista e democrática inclui uma série das mais importantes reivindicações hoje formuladas pela classe operária e o povo de nosso país. Não se reclama do sr. Goulart apenas que ele esteja presente em um ou outro comício da chapa nacionalista, mas

que ele impregne o PTB — coisa que não está acontecendo — de um espírito de luta, honesto e autêntico, a favor da candidatura Lott.

As forças patrióticas e populares — a classe operária, o movimento estudantil, as organizações de massas, a intelectualidade democrática, a opinião pública enfim — deverão demonstrar, pelos meios os mais diversos, o que exigem e esperam dos partidos e do sr. Juscelino Kubitschek: um esforço sério e decidido no sentido de assegurar a vitória, a 3 de outubro, da chapa nacionalista Lott-Jango. As correntes nacionalistas já revelaram a sua força ao erguer e sustentar por um longo período a candidatura do marechal Teixeira Lott. Foi então importantíssimo o seu papel. Agora, em face da preparação golpista que se desenvolve, são essas forças chamadas a cumprir um papel talvez ainda mais importante: rechazar a ameaça continuista e garantir o triunfo de Lott.

## Panorama

### Candidatura Sérgio Une os Nacionalistas

Por incrível que pareça, nenhum passo sério foi dado até agora pelas frentes dos partidos antilacerdistas deste Estado acerca do candidato cuja vitória, a 3 de outubro, deve preservar o povo carioca do eventual desastre que seria a ocupação do Palácio da Guanabara pelo chefe do Clube da Lanterna. Os conchavos se arrastam sem fim, numa lamentável maratona de carreirismo e irresponsabilidade, enquanto Carlos Lacerda, sem adversário, prossegue em sua campanha de mentiras e promessas demagógicas, não tremendo a voz nem mesmo quando tem a audiência de se dizer um continuador de Pedro Ernesto.

Tudo se encontra como há um ou dois meses atrás: a mesma chuva de candidatos a candidato, o mesmo tumulto nos entendimentos de cúpula, a mesma ausência de responsabilidade por parte dos líderes mais responsáveis dos dois maiores partidos situacionistas. E agora urge um novo motivo para novas proleções: o ex-deputado Lutero Vargas, a quem se atribui a chefia intocável do PTB carioca, só chegará ao Rio em princípio de julho. Até lá, nenhum compromisso seria firmado.

Em meio a esse deplorável charivar, de resultados indiscutivelmente prejudiciais à candidatura do marechal Teixeira Lott, destaca-se a figura do deputado Sérgio Magalhães, em torno de quem vão se aglutinando as forças nacionalistas e populares do Estado da Guanabara. Efectivamente, o deputado Sérgio Magalhães não pode ser confundido com a grande maioria dos falsos ou dos verdadeiros pretendentes ao Governo carioca. Parlamentar dos mais lúcidos entre os líderes da Frente Nacionalista, o deputado Sérgio Magalhães responde por uma atuação política identificada em vários pontos com as lutas patrióticas de nosso povo e as reivindicações populares. Sua candidatura seria, por isso mesmo, um valioso ponto de apoio para a campanha do marechal Lott neste Estado, além de constituir ela própria um importante fator para uma mais sólida unificação das correntes nacionalistas e democráticas da Guanabara. E o seu triunfo em outubro importaria na conquista de uma posição das mais importantes para o movimento patriótico e democrático no Brasil.

Por que, então, não se decidem o PSD e o PTB pela candidatura Sérgio? Por que o vice-presidente João Goulart — cujo partido reivindica para si, por motivos aliás perfeitamente razoáveis, o direito de dar o candidato da coalizão PSD-PTB — não intervém nos entendimentos que ora se processam, conduzindo-os de modo a que seja indicado o nome do combativo representante carioca? Não tem qualquer sentido a alegação de que o diretório carioca do PTB escapa ao seu controle. Admitindo-se que isso seja verdade, caberia à Comissão Executiva do partido intervir para pôr termo a uma situação que já é intolerável. Nesse caso, estariam as chamadas paróquias trabalhistas da Guanabara acima da direção nacional do petebismo?

A verdade é que nenhum dos candidatos cujos nomes figuram no cartaz das infundáveis negociações entre trabalhistas e pessedistas oferece ao povo carioca melhores credenciais do que o deputado Sérgio Magalhães. É perfeitamente natural, portanto, que para a sua candidatura se inclinem as forças nacionalistas e populares da Guanabara.



A GALINHA — Por favor, não o recuse. Sabe como me é doloroso este «esforço»...

## Fora de Rumo

Paulo Motta Lott

Esta semana continuavam em Tóquio as manifestações contra o governo do criminoso de guerra Kishi e o pacto nipo-norte-americano. A frente dessas manifestações encontram-se operários e estudantes. Trata-se, no entanto, de ações que abarcam as mais amplas correntes populares.

Como fanáticos os manifestantes de Tóquio reproduz numa crônica um pensamento de Jules Rénard: A grande lição que a vida me ensinou é que por vezes os próprios imbecis podem ter razão. Sim, às vezes. No caso do Japão, entretanto, os regos que não querem ver talvez julguem que os imbecis sempre têm razão.

Dizia um telegrama: «Uma leve brisa agitava milhares de bandeiras e estandartes vermelhos. Segundo os observadores participaram dessa gigantesca manifestação estudantes, operários, camponeses, donas-de-casa, pequenos funcionários do governo, bonzos e ministros protestantes, professores universitários e profissionais liberais». O que não impede que alguns órgãos da «esdúcia» apontem como «maioria de fanáticos» os manifestantes de Tóquio.

Há os egos que não querem ver, há as pessoas que dão crédito excessivo aos imbecis e há também os que fazem um curioso jogo de cabra-cega, ocultando a verdade uns aos outros. Em Manila, os assistentes de Eisenhower deixaram de informá-lo durante algum tempo sobre o que se passava em Tóquio. Depois embarcaram-no para a ilha Formosa.

Vejam a coincidência: a mesma página de um jornal que apresenta

povos da Ásia não o ignoram. Depois da guerra de agressão de 1894, os japoneses ocuparam Taiwan. Quem entregou a ilha aos japoneses? A corrupta dinastia Tsing. Hoje, Chiang Kai Shek, depois de reconhecer na própria América do Norte como chefe de uma das quatro famílias mais corruptas da antiga China, instalou-se em Taiwan, no papel de fantoche de donadores estrangeiros.

Não houve em Formosa quem entrasse no desinformado Eisenhower segundo a Declaração da Independência de seu país, a vida a liberdade e a independência dos povos representantes diretos inalienáveis? Certamente os que deveriam adverti-lo também estavam esquecidos. Enquanto isso continuavam as manifestações em Tóquio. E uma leve brisa agitava milhares de bandeiras e estandartes vermelhos na capital do Japão.

# Visão Caoilha

Em sua edição brasileira de 17 do corrente, «Visão» faz uma série de especulações em torno dos debates sobre as Teses e o Projeto de Estatutos do Partido Comunista. A revista norte-americana procura dar a impressão de que no Partido duas alas se guerreiam: a dos «duros» e a dos «liberais». E lutam, com seus «chefes» à frente, pela conquista de posições de mando...

Os devaneios de «Visão» partem do fato de que, no debate das Teses, há divergências, e mesmo polémica entre os comunistas. Sobre esse fato — inegavelmente verdadeiro — é construída toda a tela de falsidades, que conduz a uma visão caoilha dos acontecimentos.

Antes de mais nada: o que estão debatendo os comunistas? Debatem sua orientação política. Estudam, à luz da teoria marxista, a realidade de nosso país, à procura de justas soluções para os problemas de nosso povo. E o fazem abertamente, publicamente.

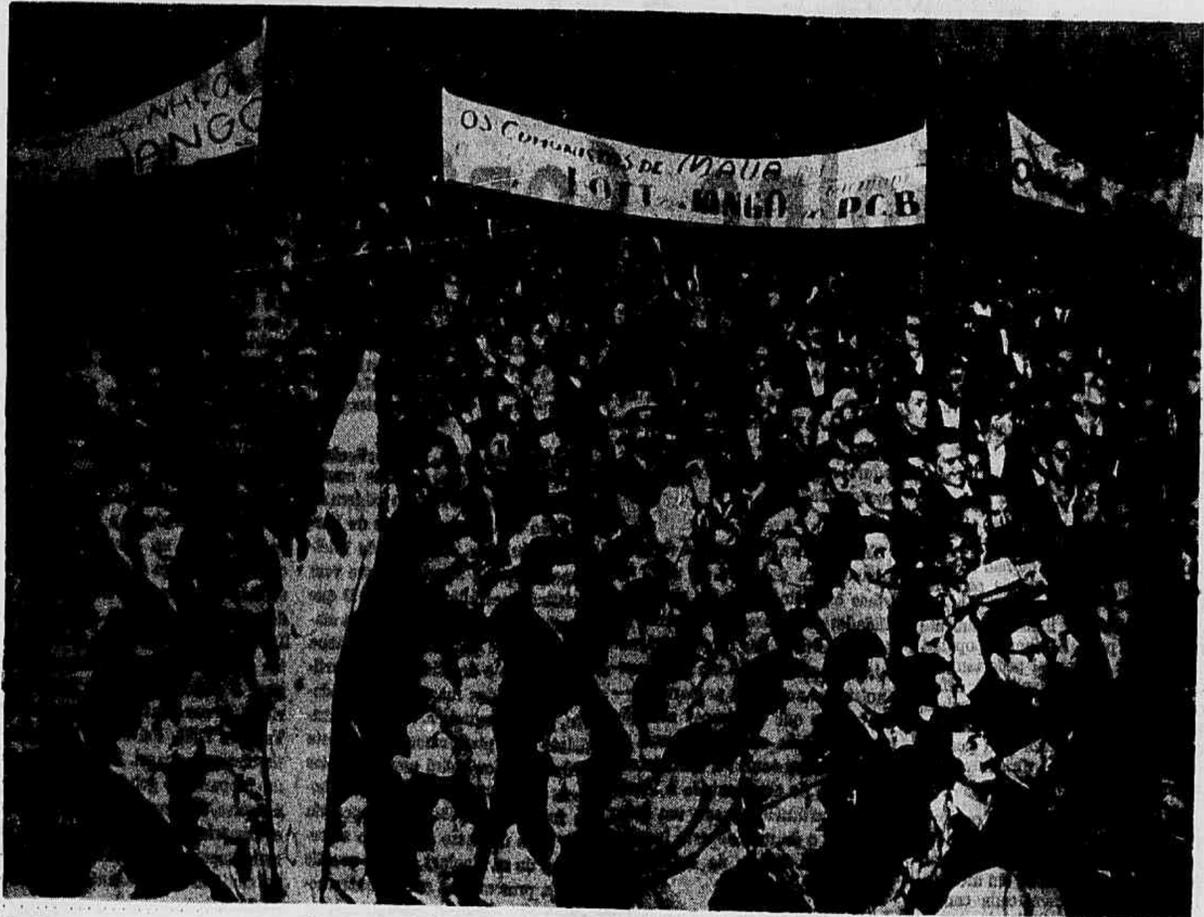
Eis aí, sem dúvida, um exemplo de limpa honestidade política. É um partido elaborando, às claras, os fundamentos de sua ação. E tendo em vista, não interesses pessoais ou de grupos, cargos ou vantagens, arreglos ou cambalaches, mas o desenvolvimento progressista da sociedade brasileira e, dentro desse desenvolvimento, os interesses peculiares de toda uma classe — o proletariado — com os quais necessariamente coincidem, por uma decorrência histórica, os interesses básicos do conjunto da nação. Qual o outro partido político que age dessa maneira?

Por outro lado, esse debate público destrói velhas calúnias, na verdade já desmoralizadas, mas sempre repetidas. Mostra que os comunistas estão longe de ser «autômatos», ou «agentes da Rússia», ou outras penalties semelhantes. Sua orientação política é elaborada por eles próprios, aqui mesmo, debatendo os problemas decisivos de nosso povo. E a filosofia que seguem, o marxismo, seguida também pelos comunistas de todos os demais países, é exatamente a poderosa arma que lhes permite encontrar o caminho acertado para a solução desses problemas.

Aliás, nota-se um fato significativo. Diversos órgãos da mídia procuram utilizar-se dos debates sobre as Teses para fazer anticomunismo. E para isso se valem das divergências surgidas: em torno delas especulam. Mas, por que não opinam sobre as próprias Teses? Bem ou mal, elas apresentam solução fundamentada para os mais importantes problemas nacionais. Se essa imprensa estivesse realmente interessada em que fossem resolvidas as questões que afligem nosso povo, seria uma oportunidade para discutilas. Pelo menos para mostrar que os comunistas estão errados. Outra é, entretanto, a sua preocupação. E, evidentemente, não deve sentir nenhum entusiasmo quando os comunistas buscam e encontram o caminho mais acertado para suas lutas...

Um caminho mais acertado significa, para os comunistas, seu fortalecimento imediato e maior aproximação da vitória futura. Daí a necessidade que os inimigos sentem de baralhar as coisas. E começam a apresentar como preito o que está bastante claro. O choque de opiniões existe, efetivamente, nas fileiras do Partido Comunista. E não pode deixar de existir num Partido verdadeiramente democrático, cujos membros participam da elaboração coletiva de sua orientação política, fixada à base do conhecimento da realidade. Mas, por isso mesmo, o livre curso das idéias e opiniões, dentro do terreno dos princípios, leva, qualquer que seja o caminho que percorra, a que sejam encontradas as soluções mais justas. E assim o Partido se fortalece externamente e internamente. Perdendo seus inimigos o tempo e o latim.

O livro de Astrojildo Pereira  
«MACHADO DE ASSIS»  
Encontra-se à venda na  
LIVRARIA SÃO JOSÉ  
e todas as livrarias  
do Rio de Janeiro



## Reduto janista (!)

### LOTT NO ABC

# «Nacionalismo, o Denominador Comum de Todas as Forças Que me Apóiam»

SÃO PAULO (Da Sucursal) — Mais uma excursão vitoriosa a este Estado realizou o marechal Lott em fins de semana passada, realizando concorridos comícios em São Carlos, Juá, Itapira, Campinas e Santo André, além de comparecer no sábado pela manhã à sede do Partido Socialista, participar depois de um desfile até o restaurante do SAPS, onde almoçou com centenas de correligionários e apresentar-se nas estações de rádio de São Caetano e São Bernardo do Campo.

Os comícios de São Carlos e Juá foram tão concorridos que o órgão janista «O Estado de S. Paulo» viu-se obrigado a fazer o seguinte registro: «Tanto em São Carlos quanto em Juá, os comícios do marechal Lott foram favorecidos principalmente pela coincidência do feriado — acrescentando-se a isso o fato de convergirem para os locais onde ali se realizaram as reuniões, grande número de fiéis, que haviam participado das procissões de Corpus Christi». E, referindo-se particularmente a Juá: «O comício caracterizou-se pela numerosa assistência».

O comício de Campinas, um dos maiores já realizados no Largo do Rosário, foi dos mais entusiasmados. Antes, o marechal participou de um jantar a que compareceram 36 dirigentes sindicais, com os quais debateu longa-

mente os problemas de liberdade sindical, direito de greve, nova lei de previdência, etc.

### Visita ao P.S.B.

A visita do marechal Lott à sede do P.S.B. deu motivo a uma ampla mobilização de partidários de sua candidatura pertencentes a todos os partidos, num verdadeiro ato de confraternização. Dirigentes do P.S.D., P.T.B. e comunistas estiveram presentes e a oração do presidente do diretório estadual do P.S.B., sr. Febus Gikavate, foi ruidosamente aplaudida. Respondendo, o marechal Lott mostrou que o nacionalismo era o denominador comum de todas as forças que o apoiavam. afirmou que discordava de certos princípios nacionalistas, mas que isso não impedia que marchassem unidos em torno de reivindicações comuns. Adiante ressaltou que a iniciativa privada ainda tem um largo campo de ação no Brasil, mas que «os postos vitais da economia devem permanecer em mãos do Estado».

Depois da passeata desde a sede do P.S.D., na praça Carlos Gomes, até o restaurante do SAPS, no Anhangabau, o marechal Lott esteve à tarde no auditório da Rádio Cacique, de São Caetano, e da Rádio Independência,

de São Bernardo. Aqui, foi ele saudado pelo Dr. Otto João Gustavo Pephke, presidente do Camilê Nacionalista local, usando também da palavra o general Porfirio da Paz, vice-governador do Estado.

### Santo André

O comício de Santo André, realizado à noite em frente ao SENAI, foi também dos mais concorridos desse município. Entre outras, falaram ali o vereador Jurandir Alessio, o prof. Enio Sandoval Peixoto, o líder operário Armando Mazzo, o representante do P. S. B. Dr. Ari Dória e, em nome dos comunistas, o Dr. Nicolau Asséf. Em seu discurso, o marechal Lott acentuou a necessidade de ser defendida a liberdade de expressão do pensamento de todas as correntes políticas. O nome entusiasmo por que se caracterizou esse comício fez o marechal assumir o compromisso de voltar a Santo André antes do término de sua campanha.

### Luzardo destoa

A nota destoante da excursão do marechal Lott tem sido dada pelo sr. Batista Luzardo. Em São Carlos ele foi vaiado e em Santo André, quando pregava a terceira guerra mundial e afirmava que o Brasil teria de formar então ao lado dos Estados Unidos, recebeu alguns apertados da assistência, que estufou completamente diante de suas palavras. Mesmo no palanque criou-se um ambiente de acentuado mal-estar. Alguns dos mais íntimos colaboradores do marechal Lott, que não escondem sua posição neutralista, informaram que essa atitude do sr. Luzardo se deve ao fato de estar ele nomeando a embaixada brasileira em Washington.

### Organização da campanha

Apesar dos esforços pessoais do marechal Lott, a fim de congregar todas as forças que o apoiam no Estado em um Comitê de Frente Única, a resistência dos elementos do P.S.D. continua a emperrar tal articulação. Depois de cederem diante da insistência pessoal do candidato, os dirigentes do P.S.D. recusaram assim que ele viajou para o Rio. Acredita-se, entretanto, que esses elementos não poderão continuar a manter o monopólio que pretendem exercer sobre a candidatura do marechal Lott.



## Batalha de inverno

### TRABALHADORES DE CAMPINAS:

# Nada de Golpes

SÃO PAULO (Da Sucursal) — Os mais representativos líderes dos sindicatos de trabalhadores de Campinas manifestaram seu entusiástico apoio ao marechal Lott durante a visita feita pelo candidato nacionalista àquele importante município.

O apoio à chapa Lott-Jango foi definido em um manifesto apresentado a Lott e assinado pelos dirigentes sindicais Joaquim S. Lima, Pedro Semionato, Vitorino Chinaglia, Manoel Cunha, Alcír Pignati, Eldídio Camargo, Juvenal Souza, Moacir Salcedo, José Cuceali, Lázaro Oliveira, Joel Paschoal, Antônio Bias Sobrinho, Ailton Paschoal, Ardílio Vitachi, Irineu Semionato, Irineu Antivabene, Ivo Stefanato, João Batista Francisco de Mauro Forte.

O manifesto afirma que o desenvolvimento do Brasil e a criação de melhores condições de vida para os trabalhadores dependem principalmente, da realização de uma política nacionalista, pela qual se batem os candidatos Lott e Jango. Por isso a posição

dos trabalhadores não pode ser outra senão a de apoio decidido à chapa nacionalista.

Desmascarando a demagogia de Jânio, dizem os trabalhadores que não podem acreditar nos que se dizem amigos de Vargas e se aliam aos seus piores inimigos, nos que defendem a chamada «livre empresa» e nos que já estiveram no Governo de nosso Estado e se declaram não responsáveis pelo aumento do custo de vida, ocasionado por impostos lançados arbitrariamente contra os gêneros de primeira necessidade.

Por fim, depois de afirmar a certeza da vitória da chapa Lott-Jango, declaram os trabalhadores de Campinas em seu manifesto: «Repelimos quaisquer manobras que venham confundir a opinião pública ou deturpar o processo democrático das eleições de outubro».

O manifesto dos líderes sindicais de Campinas vem alcançando enorme repercussão não só no município, mas em todo o Estado.

# Carta do Sertão

Rio Branco, dizacês, do corrente San José. Meu colega, Zé Praxedi, saúde, paz, união.

Tô cá nas nossas fronteiras assuntando as novidades. Cheguel tarde para vê, pelo visto posso até que já robarei ametado.

Tão levando pras Istranja nosso metá pricoso. Os fio de tlo «SAN», os nossos primo amoros tão tirando desta terra seu cabedá primoroso!

Vaquêro, a coisa pru qui é um caso de pulca! Baxa tanto areoprano qui pra contá da priguica M'alembrel lá do Norte, nos ano de crise forte os urubu nas carniça.

Elas vortam carregado cheios de sacos de pano. (Cum licença da palavra) conduzindo nosso urano.

Ajudando o primo rico todos trabalham aqui. Mandando pra outras terra a sustança do Brasil.

Levaro seiscentos quilo, cada um de cada vez, de um tá de criminita... daquela bomba mardita qui mató os japonês.

O Brasil tá precisando sé munta mais viglado. Cá nas nossas fronteiras divia té mais gordado pra vé quem chega e quem sai para sé arevistado.

Quando Lote fô Prisdente (creditô no Marechá) num dexa sal pra fora as riqueza minerá. Eu tento munta isperança... val té midida e balança nos porto nacioná.

Pode publicá a carta e creditá no teu mano. Um cabá disassombrado: putá Rogaelano.

Zé Praxedi

**NOVOS RUMOS**

Diretor — Mário Alves  
Gerente — Guttemberg Cavalcanti  
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.  
Secretário — Fraquino Borges

**REDATORES**  
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luís Gallardini.

**MATRIZ**  
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1713 — Tel. 42-7844  
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

**SUCURSAL DE S. PAULO**  
Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S/ 103  
Tel: 37-52 64  
Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

**ASSINATURAS**  
Anual ..... Cr\$ 250,00  
Seme. tri ..... » 130,00  
Trimestral ..... » 70,00

Aerea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.  
Número avulso ..... Cr\$ 5,00  
Número atrasado ..... » 8,00

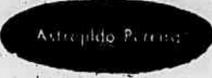
### Notas Sobre Livros

Sabendo o que quer e para onde vai, a passo calmo e firme, Geir Campos está construindo uma obra literária que cresce de importância a cada volume de poesia ou prosa que publica. O ano passado deu-nos o poeta O Operário do Canto, que recebeu gabos gerais de críticos e leitores, e já anuncia para breve outra coletânea de poemas — Canto Provisório. Também do ano passado foi sua estréia de autor teatral, com uma peça histórica — a polêmica — de que pouco se falou, O Sonho de Calabar, além da tradução de A Alma Boa de Setsuan do grande Bertolt Brecht.

Certos críticos transviados davam-se com a substância social dos poemas de Geir Campos, e isso em nome de uma estética supostamente nova e pura, coisa em verdade bem velha já e principalmente cheia de impuras anotações. Nem é possível querer fazer do louco septuagenário Ezra Pound, vale da degradação nazista, incensador de Mussolini, um profeta da nova poesia, a qual só apresenta de realmente «novo» algo que não tem existência própria, nem funciona por si mesmo — o espaço em branco. Pretende-se impregnar de não sei que transcendências ou metafísicas poéticas aquilo que é simplesmente uma técnica de composição gráfica explorada por delirantes exercícios vocábulares. Tudo isso é apenas medo das realidades, diversionismo, mistificação. No melhor dos casos, é a repetição da velhíssima história do avestruz que enfia a cabeça debaixo da areia para não ver a tempestade.

Para Geir Campos, operário altamente qualificado da poesia, consciente da missão social do seu ofício, prática e teoria são como duas faces da mesma medalha: uma não existe sem a outra. Fazer poesia e estudar poesia — eis a marca da responsabilidade e o segredo do apuro artesanal de sua obra. O poeta é ao mesmo tempo um teórico da poesia, e é isto o que revela seu último livro — Pequeno Dicionário de Arte Poética, que a editora Conquista acaba de publicar. Explicando a natureza deste livro, o autor nos diz que seu trabalho consistiu em pôr — sem fila alfabética os nomes e conceitos e possíveis definições das coisas e fatos que formam a poética lógica do mundo poético. Al está dito tudo, e basta folhear o volume, detendo-se a atenção num e noutro verbete, sem se esquecer de separar na rica bibliografia teórica e prática, que o volume contém, para se fazer uma idéia da enorme importância do trabalho realizado por Geir Campos.

Devemos ainda registrar outro livro seu — O Vestibulo, pequeno volume de contos. O livro foi editado este ano, mas os contos que o compõem datam de oito, dez, dose anos antes. Estas datas explicam muita coisa, ao que suponho, principalmente em relação ao primeiro conto, onde não é difícil verificar a influência de certas modas negativas que em nosso meio brasileiro tomam sempre um sentido de exasperações e tonos interiores abso-lutamente artificiais. De qualquer forma, estas páginas nos mostram um prosador não inferior ao poeta — exato e limpo. Com isto e com o poder dramático, de que há aqui boa amostra, pode o autor avançar vastajosamente pelos caminhos da ficção.



### Mulheres

Em novembro de 1959 realizou-se no Chile o Primeiro Congresso Latino-Americano de Mulheres. Recebo agora neste junho de 1960 o Boletim de Informação da Federação Democrática Internacional de Mulheres, dizendo o que foi a reunião com sua ordem do dia, intervenções, relatórios, etc. e encontro também um poema que Pablo Neruda mandou saudando esse Primeiro Congresso. Peço licença para reproduzi-lo em espanhol, primeiro porque é língua que todos lêem e principalmente porque traduzir poesia não é para qualquer um, eu, inclusive. Mas leiam o poema:

«Mujer  
título de oro y nombre de la tierra  
flor palpitante de la primavera  
y levadura santa de la vida,  
ha llegado la hora santa de la aurora,  
la hora de los pétalos del pan  
la hora de la luz organizada,  
la hora de todas las mujeres juntas  
defendiendo la paz, la tierra, el hijo.

Amor, dolor y lucha se congregan  
em vuestros reunidos corazones  
y mi palabra es esta:  
la tierra es grande y sufre;  
está dando a luz el futuro  
ayudemos ao nacimiento de la igualdad  
de la igualdad y la alegría».

Não é realmente uma beleza? E que grande é o apelo de Neruda chamando as mulheres para ajudar ao nascimento da igualdade e da alegria quando a terra grande sofre, dando luz ao futuro.

Quando leio qualquer coisa, que pode ser um livro ou um verso e gosto dele e nele me deslumbrar, tenho vontade de contar a todo mundo, vontade que todos conhecem e sentam o mesmo deslumbramento que eu. Tenho pelas mulheres — e principalmente pela brasileira tão escravizada até há pouco, mas que teve forças para romper todas as cadeias e impor-se como ser humano — a maior das admirações e estima. Clara que sei bem que ainda há camadas e mais camadas de mulheres neste nosso país que não puderam ainda romper com toda a carga do passado e essas ainda não sentiram o dever de ajudar o nascimento da igualdade e da alegria. Mas para as outras, essas que estão aí no contacto direto com o trabalho, as que sabem o quanto a vida é de luta para ser vivida, esse poema de Neruda cal — deve cair — fundo e doce no fundo dos sentimentos.

Aliás, creio que todas deviam conhecer esse material que recebi. A Mensagem da Conferência é dessas que a gente nunca mais esquece. Elas dizem que se reuniram para confraternizar, contando umas às outras suas dores e seus desejos, compartilharem de suas alegrias, todas amando as terras onde nasceram e para as quais querem dias melhores, muitas dessas terras regadas com o sangue de muitos de seus filhos na luta pela liberdade.

Grande e belo documento que me orgulho de comentar hoje aqui repetindo o poema de Neruda:

«... la tierra es grande y sufre  
está dando a luz el futuro  
ayudemos al nacimiento de la igualdad  
de la igualdad y la alegría».

E' a hora em que todas as mulheres  
juntas devem defender a paz, a  
terra e o filho.



### Tópicos Típicos

Gilberto Freire, o solitário de Apipicós, diz em «O Cruzeiro» de 16-4-60: «Nunca fui candidato a coisa alguma».

A declaração revela uma singular falta de memória. Pelo menos a deputado do Freire se candidatou, na constituinte de 1946. E até foi eleito. Agora, se continuar assim, o sociólogo vai acabar conhecido como o amnésico de Apipicós.

No suplemento do «Diário de Notícias», o engraçadíssimo Corção («doidarraz escanifrado» e «moraliça cloacino», segundo o psiquiatra Lopes Rodrigues) clama contra as «mulheres más, que roubam os corações dos homens e separam os filhos das mães sem recursos».

Corção é tradicionalmente contra qualquer influência que segregue os filhos das mães.

Como consequência natural do caminho que vinham trilhando, os burrões do «Jornal do Brasil» aderiram ao antinacionalismo corporativo. Já no último suplemento, a «Tabela» dos neoconcretos vem regulada pelo breviário de don Gustavo:

«só há real e fundo progresso naquela sociedade que deixa esquecido o problema da nacionalidade».

Falta esclarecer que a nacionalidade a ser esquecida é a brasileira, «of course».

O «Diário de Notícias» de domingo passado estava fértil em asneiras. Além do Corção, tinha o Joel Silveira tirando carteira de imparcial, chamando Eisenhower e Krushov de «chatos» (os chatos não lhe saem da cabeça) e um conto de Dalton Trevisan — «Questão de Família» — no qual, em dado momento, uma personagem, Miguel, «salu cambaleando para fora» (mas, envergonhada com a redundância do autor, deve ter logo entrado cambaleando para dentro).

Com a palavra o escritor Alceu Amoroso Lima:

«Rir, por amor a Deus, é o mais belo privilégio da natureza humana. Mas rir, por simples amor à vida, é o triste precursor das grandes apostasias».

Donde a alcunha: Tristonho do Ataíde.

A surpresa da semana: Austregésilo de Ataíde confessa em sua coluna do «Diário da Noite» que sufragará o Corvo, nas próximas eleições para governador da Guanabara. Quem diria, hem... E' bem feito, para o Lacerda deixar de ser safoado.



# FILMES E VIDEO-TAPE: FANTASMA DO DESEMPREGO NA TV BRASILEIRA

O nível dos programas de televisão, reconhecidamente baixo, está seriamente ameaçado de baixar ainda mais, caso se concretize o desejo das direções de TV de substituir toda sua programação por filmes importados dos Estados Unidos. Agora, em vez do verdadeiro bombardeio de propaganda comercial, entremeados com algumas atrações — algumas boas, a maioria ruim — teremos o mesmo bombardeio, e filmes que qualquer dono de «poleira» se envergonharia de exibir.

### Por que os filmes?

A feitura de um programa de televisão começa dias antes de ser levado ao ar. Os atores e as garotas-propaganda precisam decorar os textos e ensaiar (num prazo assustadoramente mínimo), os técnicos não podem falhar, para não permitir erros na transmissão, além de outros cuidados que preocupam as direções, tais como o pagamento de dezenas de artistas, suas exigências e reivindicações profissionais, etc. Os donos das empresas de TV pretendem acabar com todas essas preocupações, através da importação de filmes, que não dão nenhum trabalho além de sua projeção.

O mecanismo é simples. O patrocinador, comerciante que deseja fazer propaganda de sua firma, compra por Cr\$ 156.000,00 os direitos de exibição do filme durante um ano no país inteiro. Com a película debaixo do braço — o elenco todo preparado, o programa pronto — o comerciante vai à estação de TV e compra os horários para exibi-lo.

Como se pode facilmente perceber, são inúmeras as vantagens para os donos da TV. Entre elas, o principal é a de não ter de pagar salário ou «cachet» para ninguém, podendo dispensar todo o pessoal que trabalha na emissora.

### A qualidade dos filmes

Os filmes que vêm são exatamente aqueles que não mais encontram colocação no mercado norte-americano. Filmes antigos, realizados sem os recursos da técnica moderna, abordando os usadíssimos temas de «bang-bang», e de «bang-bang» mal feito, onde a violência é apresentada como virtude, e os «super-homens» e demais «heróis» são impingidos como paradigmas para a nossa juventude.

Numa simples olhada nos programas semanais de nossas estações de TV, já agora é possível constatar-se, além da enxurrada de desenhos animados e documentários sobre as «maravilhas» do norte, abacaxis como «Patrulha Rodoviária», «Jet Jackson — o comandante Meteor», «Zorro», «Charlie Chan», «Jim das Selvas», «Papai Sabe Tudo», «Aventura Submarina», «Lassie», «Rin Tin Tin», e outros do mesmo padrão.

E' o veneno da violência e da mediocridade entrando pelos lares, a intoxicação da infância e da juventude a domicílio.

Isso é o que já existe. A ameaça é de liquidar a televisão, transformando-a em cinema televisado. Tanto é verdade, que está sendo esperada para muito breve a inauguração da TV-Mairink Veiga, cuja programação prevê 80% do tempo em filmes.

### «Video-tape»

O «video-tape» é um sistema de gravação em fita que permite a repetição do programa de televisão quantas vezes for necessário e possível, assim como sua preparação com grande antecedência, e sem perigo de erros, visto que pode ser parcial ou totalmente apagado para nova gravação. Trata-se de grande e louvável conquista da técnica eletrônica.

Mas, como todas as conquistas técnicas no mundo capitalista, em vez de facilitar o trabalho dos que vivem naquele setor, ela está a serviço exclusivo dos patrões, que têm aumentadas suas possibilidades de ganhar rios de dinheiro, através da repetição inúmeras vezes, em vários locais, do mesmo programa, sem despesas extraordinárias, de vez que pagam apenas uma vez os participantes do programa — técnicos, atores e músicos.

### A luta dos artistas

Diante da séria ameaça de ficar sem emprego, ou de ganhar uma parcela infima em relação aos lucros garantidos aos patrões com seu trabalho, os artistas e técnicos da televisão estão empenhados arduamente em combater a invasão de filmes e a utilização do «video-tape» à vontade dos donos das empresas.

Contra os filmes, perigo mais iminente porque já atuando, o movimento visa impedir que eles ocupem mais de um terço da programação da emissora, deixando o resto do tempo livre para os programas que requerem a participação dos artistas. Outra questão importante é a dos horários em que tais filmes deverão ser exibidos, reclamando os artistas contra a sua inclusão nos horários nobres (entre 19 e 23 horas), exceto os filmes dos tele-jornais. Ainda em relação com esse problema, os artistas exigem que as películas, que vêm gravadas em idioma inglês, sejam dubladas em português, permitindo sua participação nas mesmas. Mas, ainda assim, a solução é bastante precária, pois um ator não pode dublar vários artistas estrangeiros, senão todos ficariam com a voz

igual, o que seria muito estranho. E o brasileiro deixará de gravar, caso não venham mais filmes daquele ator estrangeiro, caso ele morra ou deixe de filmar.

### Regulamentação do «video-tape»

Os artistas têm realizado assembleias onde discutem os meios de enfrentar esses problemas. Não são contra o «video-tape», que trás vantagens de ordem técnica. São por sua regulamentação. Exigem que todas as vezes que o programa gravado for apresentado seja efetuado o pagamento do salário diário ou do «cachet» dos artistas, técnicos e músicos que dele participaram.

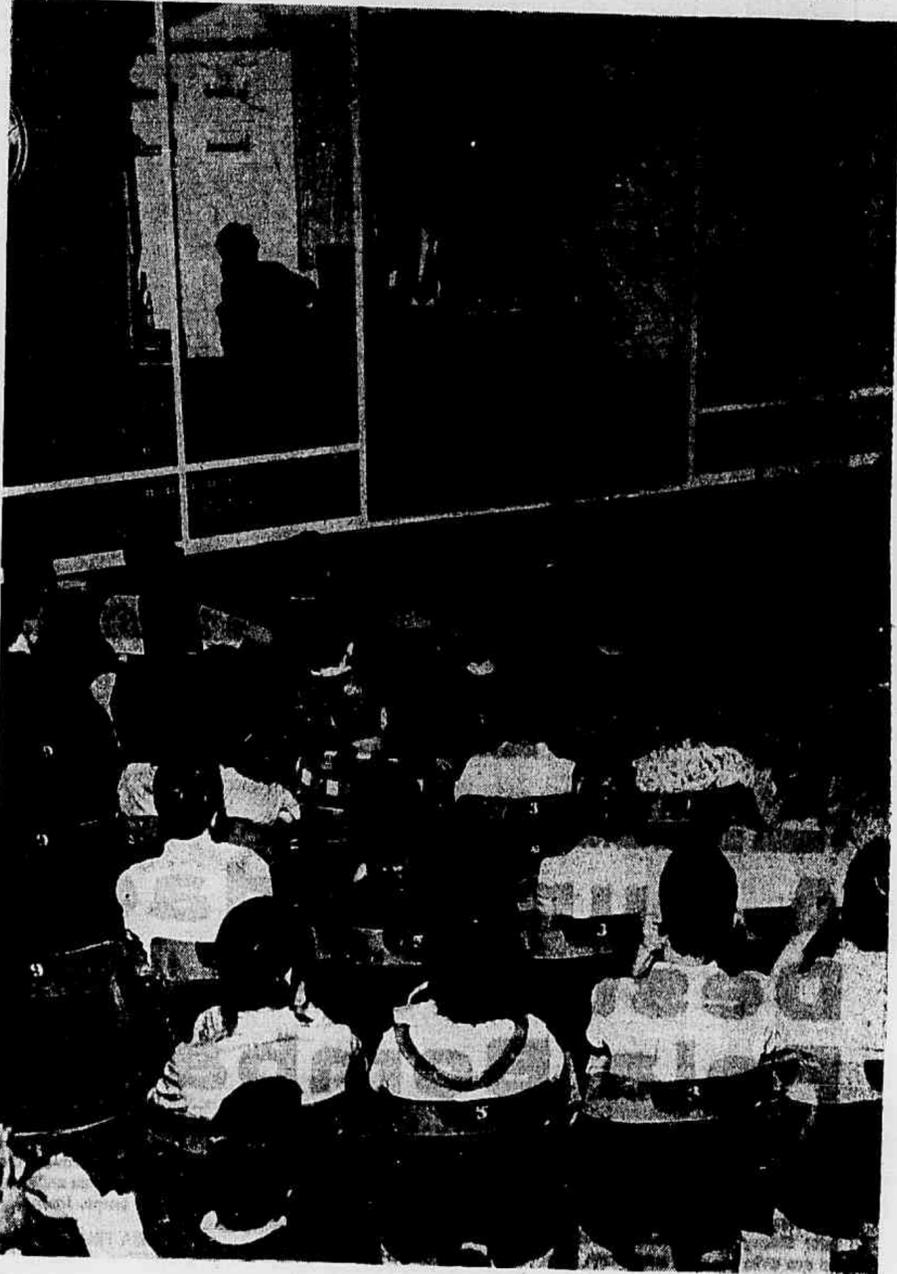
### Sindicalização

Por indicação das assembleias, a luta vem sendo dirigida em conjun-

to pelos sindicatos de atores, cenógrafos e cenotécnicos, dos radialistas e dos músicos.

E' interessante salientar que os artistas, que até pouco desconheciam a existência de seus sindicatos, estão procurando ingressar em massa em suas associações de classe, para fortalecê-las e facilitar a vitória.

Dentre as resoluções apresentadas nas assembleias, destacam-se a realização de mesas-redondas com os dirigentes dos sindicatos dos donos das empresas, ligação com o pessoal de S. Paulo, às voltas com questões idênticas, solicitação ao Ministro da Viação para que baixe uma portaria determinando o horário dos filmes, envio de um anteprojeto de regulamentação do «video-tape» para ser discutido e aprovado pelo Poder Legislativo.



O Teatro de Bólo abriu suas portas, excepcionalmente, depois da meia-noite, para uma reunião dos artistas de televisão. Houve espetáculo excepcional e realista: mesa e plateia participaram dele e a história falava dos problemas criados para o pessoal da TV com o aparecimento do video-tape, play-back e outros processos.

## Poesias Completas de Bernardo Guimarães (INL-1960)

Estamos certos que a publicação das «Poesias Completas» de Bernardo Guimarães pelo Instituto Nacional do Livro vale por uma revelação à maioria entre as novas gerações. Muita gente conhece a «Escrava Isaura» e um ou outro mais dos romances do escritor mineiro.

Mas, o poeta Bernardo Guimarães foi obumbrado, ao correr do tempo, pelo romancista Bernardo Guimarães. Segundo José Veríssimo, ocorreu o contrário durante a vida do autor de «O Garimpeiro», por ter o número de edições de suas poesias suplantado o dos romances, da própria «Escrava Isaura».

Lírico delicado, autor de muitas poesias de suave inspiração romântica, porque não conseguiu Bernardo Guimarães, que, em Minas, podemos considerar, sob certo aspecto, o sucessor de Tomás Antônio Gonzaga, porque não conseguiu Bernardo Guimarães como poeta igualar a fama que lhe aureola ainda hoje o nome de romancista?

Se nos fôssemos permitidos aventar uma hipótese, diríamos que essa superação do romancista em relação ao poeta se deve ao conteúdo social que anima o conhecido romance de Bernardo Guima-

rães. A «Escrava Isaura» tocou fundo o sentimento nacional e se, como obra de arte, não satisfaz plenamente um gosto exigente, mesmo na fase do romantismo, traz a marca da sensibilidade do povo brasileiro, que já então se inclinava pela abolição do cativo dos negros.

Voltemos contudo ao poeta, que José Veríssimo, Ronald de Carvalho e Manuel Bandeira colocaram na mesma altitude do romancista, talvez com razão. Observe-se que, além do lirismo que enflora tantos de seus versos, Bernardo Guimarães cultivou a musa humorística, a heróica e a patriótica.

Entre as poesias de sua última fase, constantes do volume intitulado «Fólias do Outono», figuram três escritas pelo vate ouro-pretano em homenagem a Pedro II e à Imperatriz.

Valentim Magalhães censurou-o publicamente por esse culto ao «ceasarismo».

A desculpa dada por Bernardo Guimarães não é convincente. Quando moço, além de abolicionista, que o foi notoriamente, teria sido talvez republicano, senão até socialista, como insinuou

em relação a Álvaro, o «herói» de «Escrava Isaura».

Mas, deixando o terreno da suposição, a poesia em que Bernardo Guimarães celebrou a glória de Teófilo Ottoni, ao morrer o Tribuno do povo, fala bem alto dos sentimentos democráticos do bardo de Ouro-Prêto. Ao menos, quando moço.

Leiam-se estes versos:  
«E ele era do povo o filho  
[amado,  
E pelo povo a sanha dos  
[tiranos  
Intrepido afrontava,  
Profeta ardente, que da  
[liberdade

As sendas preparava.»  
Recordemos, finalmente, que no prefácio de «Fólias do Outono», obra da maturidade, Bernardo Guimarães declara-se pelo «nacionalismo em literatura», a favor do qual se batiam «nossos jovens e talentosos escritores». Repreende-os, no entanto, porque «eles mesmos inconscientemente vão abandonando ou acanhando com as sutilezas do criticismo das literaturas européias».

E de se recolher a lição de Bernardo Guimarães: em todo tempo, há nacionalistas e «nacionalistas»...



Comêço do fim

A fuga em submarino para longe da zona conflagrada, não livrou o grupo dos efeitos da guerra atômica. Nas planícies desertas da Austrália as radiações foram atingidos. Os últimos sobreviventes caíram vítimas do mal da bomba. Stanley Kramer, auxiliado por Ava Gardner, Fred Astaire e Gregory Peck, conta a história desses personagens.

O CINEMA CONTA A HISTÓRIA QUE NÃO DEVE ACONTECER

# A Humanidade Destruída Pela Bomba "A"

Gennyson Azevedo

A **HORA FINAL** (On The Beach), um dos filmes mais ousados dos últimos tempos, foi classificado pelo diretor Stanley Kramer como a história do que «não nos deve acontecer». Trata-se, nem mais nem menos, de uma antecipação dos tempos futuros quando o Hemisfério Norte seria arrasado por uma guerra atômica e os sobreviventes esperariam na Austrália os efeitos mortíferos da poeira radioativa.

Os 5 personagens principais de **A HORA FINAL** são Towers (Gregory Peck), comandante de um submarino atômico, o oficial australiano Holmes (Anthony Perkins), sua esposa (Donna Anderson), o cientista Osborn (Fred

Astraire) e a jovem australiana Moira (Ava Gardner). O espectro da morte que ronda o país, o último a ser alcançado pela radioatividade, aproxima Moira e Towers enquanto o cientista gasta seus últimos dias no delírio da velocidade, correndo no Grande Prêmio de Melbourne.

Lentamente vão sendo dissipadas as esperanças de sobrevivência e a poeira fatal começa a envolver a cidade. Milhares de pessoas reúnem-se em praça pública num comício do Exército da Salvação. O jovem casal Holmes a custo aceita a monstruosa realidade, Towers tenta regressar aos Estados Unidos com seu submarino. Nas ruas não há mais sinal de vida e na

praça onde se realizava o comício resta apenas uma faixa onde se lê: «Ainda está em tempo, irmão».

**A HORA FINAL** foi adaptado do livro homônimo de Neville Shute, que, por muito tempo, liderou a lista dos «best-sellers» norte-americanos. A obra empolgou o produtor-realizador Stanley Kramer que durante dois anos planejou a realização das filmagens. Finalmente, transportou-se para a Austrália e com uma equipe de 138 pessoas (110 australianos, 25 americanos, 2 ingleses e o fotógrafo italiano Giuseppe Rotunno) rodou os exteriores em Melbourne e suas imediações. Algumas cenas contaram com a colaboração do povo e das autoridades locais, como aquelas onde aparecem as ruas da cidade totalmente desertas ou cheias de bicicletas e carros puxados a cavalo (após a guerra nuclear a gasolina começa a escassear). Para isso, foi preciso uma escolta especial de guardas de trânsito que faziam parar veículos motorizados, bondes, pedestres e outros elementos normais de tráfego, numa extensão de mais de 20 quarteirões da cidade.

**TRANSCEDENDO** os limites cinematográficos, por suas implicações humanitárias, traduzindo as preocupações de homens de todos os continentes para com a utilização da energia atômica para fins bélicos, **A HORA FINAL** foi apresentado em pré-estrela internacional em Nova Iorque, Moscou, Paris, Londres e outras capitais. Agora mesmo, a fita de Kramer, acaba de receber o prêmio «Nações Unidas» oferecido pela crítica britânica.

Com este filme Stanley Kramer entra para a galeria dos cineastas norte-americanos que dão um sentido mais amplo a arte de cinema, utilizando-a como elemento capaz de influir na criação de um mundo melhor em que a cooperação internacional substitua o dilema secular da inevitabilidade das guerras.

NÃO VÃO AS AULAS OS ESTUDANTES DA BAHIA

## Universitários em Greve: Querem Estudar

Os estudantes da Universidade da Bahia permanecerão em greve geral até que sejam atendidas as suas reivindicações mínimas de assistência ao universitário e de melhor distribuição das verbas federais recebidas. O movimento iniciou-se com a ocupação de uma residência que o Reitor destinava a estudantes norte-americanos, ao mesmo tempo em que negava assistência aos brasileiros sob o pretexto de falta de verba. Por aquele ato, acusados de indisciplina, foram suspensos por 40 dias os dirigentes estudantis baianos: presidentes de Diretórios, do DCE e da União dos Estudantes da Bahia.

O Reitor mantém-se intransigente e ameaça expulsar os líderes e fechar a Universidade da Bahia, caso não seja suspensa a greve. O vice-presidente da UNE, acadêmico Paulo Totti, conferenciando com o Reitor em defesa dos universitários baianos lembrou-lhe que os únicos homens que tentaram fechar as Universidades contra o desejo dos alunos, — Fulgêncio Batista, Perez Jiménez e Adnan Menderes — foram depostos em pouco tempo.

ricanos que estagiaram recentemente na Universidade.

Protestando contra tão absurdo privilégio, conseguiram os universitários baianos a cessão de alguns quartos na residência. Isso porém não durou muito; terminado o estágio dos janets, o Reitor resolveu fechar a casa, desalojando os estudantes brasileiros que ali se encontravam. Indignados com o fato, os universitários invadiram a casa, sob inteira responsabilidade e apoio dos representantes estudantis, que foram por isso suspensos.

A Reitoria, através de matéria paga nos jornais, tenta desvirtuar o sentido da greve e considerá-la apenas de solidariedade aos estudantes «indisciplinados». Mas os universitários baianos estão desenvolvendo uma grande campanha de esclarecimento público divulgando as 10 perguntas que o Reitor deve responder para ganhar a confiança dos alunos.

Além disso, a reivindicação máxima da greve é a participação dos estudantes do Departamento de Assistência ao Estudante, como único meio de solucionar de modo satisfatório os problemas assistenciais.

Falta assistência

Enquanto o Restaurante Universitário só atende a 500 alunos, dos 1.356 que dele necessitam (num total de 3.392 alunos matriculados), e só há 76 vagas nas residências estudantis, que deveriam atender a 339 estudantes sem casa, o Reitor alugou uma espaçosa mansão para estudantes ame-

Má distribuição das verbas

O Conselho Universitário da Universidade da Bahia adota um falso critério de aplicação de verbas, que explica a falta absoluta de material de pesquisa, aparelhagem de laboratórios, bibliotecas, etc. Para dar apenas um exemplo, os 30 milhões de cruzeiros destinados, pelo Orçamento Federal, às entidades abaixo citadas, foram repartidos do seguinte modo:

Escola de Administração (recente-criada)	3.000.000,00
Residências Univ. e Colégio de Aplicação	4.200.000,00
Escola de Teatro	4.800.000,00
Seminários de Música	6.000.000,00
Museu de Arte Sacra	12.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>30.000.000,00</b>

Mas não fica aí o total recebido pelas Escolas de Arte que, sob designações diversas, recebem mais 30 milhões, que significam exatamente o dobro da verba destinada a quatro Faculdades: Direito, Ciências Econômicas, Politécnica e Medicina.

Perguntas que exigem resposta

Por todas as irregularidades constatadas, resolveram os estudantes fazer uma série de indagações sobre as atividades financeiras da Universidade (as 10 perguntas), das quais destacamos:

1 — A dotação designada para material de ensino é a mesma de 1958 e 1959, enquanto todas as outras dotações foram aumentadas, inclusive a de material de escritório. Como se poderá, assim, desenvolver o ensino superior, como reza o Estatuto da Universidade?

2 — Como foi aplicada a dotação de Auxílios e Subvenções, que de 1958 a 1960 totalizou Cr\$ 49.480.000,00?

3 — Para o Instituto de Química existe uma dotação de 70 milhões nos últimos 3 anos. Onde está esse Instituto?

4 — Por que a Universidade da Bahia não publica o Orçamento Analítico, como fazem outras Universidades?

5 — Por que a Reitoria deixou de atender as solicitações do DCE pedindo os balanços financeiros e patrimoniais da U.B.?

A luta dos universitários baianos reflete um estágio de maturidade e de novas direções do movimento estudantil brasileiro e é, como o analisa o editorial do órgão da UE Bahia, «um movimento inteiro, que possui estudos prolongados e diretrizes eficientes».

A resposta dos órgãos dirigentes foi de repressão e violência. Cabe perguntar, no entanto, como o editorial citado: «Não seria mais fácil, senhores do Conselho Universitário, antes de uma condenação sistemática, tentar entender a verdade do que afirmamos?».

Teatro **BEATRIZ BANDEIRA**

### «Tout Belacap»

O «MOVIMENTO das Jovens companhias teatrais» patrocinado pela Aliança Francesa apresenta, no momento a Cia. de Mímica Ricardo Bandeira, no teatrinho da Maison de France. O espetáculo se compõe de um ato com pantomimas variadas e um outro — o final, de um mimodrama «NORDESTINOS NA BELACAP» de autoria de R. B. Os jovens mímicos demonstraram talento e sensibilidade. Escolheram um gênero extremamente difícil. Sairam-se bem. Há números muito bons. Há outros fracos. Mas a impressão que se leva depois do espetáculo é de um trabalho sério e honesto. Bandeira ganharia muito se esquecesse as criações de Marcel Marceau e se dedicasse mais ao Bonifácio, personagem idealizado e realizado por ele, com um ótimo rendimento. «Bonifácio vai ao baile» e «Bonifácio viaja de avião» são trabalhos expressivos, denotando um vivo senso de humor. A mímica requer aguda capacidade de observação, extrema mobilidade facial, domínio corporal perfeito e uma sensibilidade capaz de suprir com esses elementos, a falta da palavra, essencial à transmissão de sentimentos, à comunicação. Para lograr atingir tais efeitos é necessário o domínio de uma técnica que só se consegue com a mais absoluta dedicação à profissão. Os jovens componentes da Cia. R. B. convencerem. E comovem mesmo, em certos números, como aquele da seca. Com muita sobriedade, de maneira digna, sem descambar, para exageros e excessos, eles contam — três rapazes e uma moça — todo o drama do retirante que foge de sua terra tocado pela seca, nas infernais «paus-de-arara». A longa viagem em caminhão. A busca de emprego na grande cidade. Várias recusas. O trabalho encontrado na construção civil. A queda do andaime e consequentemente morte de um deles. A mulher com o filho nos braços reduzida à condição de mendiga, estendendo aos passantes o velho chapéu de palha do companheiro morto. É doloroso, real, verdadeiro. E os jovens que se inspiraram nesse tema em vez de recorrerem a bobagens fúteis, demonstram preocupações de caráter social e humano que muito os enobrece. É uma bela maneira de manifestar solidariedade aos nossos tão explorados irmãos do norte. Recomendamos a todos, mas muito especialmente aos nordestinos radicados no Rio, o espetáculo de Bandeira. É um ato de simpatia e estímulo a esses jovens idealistas. É pena que sejam tão caros os ingressos, impossibilitando o comparecimento de pessoas de menos recursos. O teatro na véspera de domingo estava quase vazio. As poucas pessoas presentes eram todas francesas, à exceção da comentarista e uma amiga. Ricardo Bandeira estará por mais uma semana na Maison de France. É preciso vê-lo.

### IV Conferência Nacional de Jornalistas

A Federação Nacional de Jornalistas Profissionais do Brasil e a Comissão Permanente do VIII Congresso Nacional de Jornalistas convocaram para o período de 14 a 17 de julho de 1960, na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, a IV Conferência Nacional de Jornalistas. O tema inclui a discussão sobre o projeto de jornalistas, ora em andamento no Congresso Nacional, debates sobre a imprensa e a valorização da Amazônia e a liberdade de imprensa. Manaus está situada no coração da Amazônia, uma das regiões potencialmente mais ricas do Brasil e, por isso mesmo, das mais cobijadas. Não são de hoje as tentativas para explorá-la em detrimento da economia brasileira, todas, no entanto, repelidas pelo patriotismo dos filhos da região. O fato de a IV Conferência Nacional dos Jornalistas do Brasil ter como sede a cidade de Manaus assume, assim, uma significação toda especial.



### As Cegonhas Vem aí

Trazendo beleza exótica da Tatiana Samoilova, estreará no próximo dia 27 no Rio de Janeiro o filme soviético «Quando voam as cegonhas», realização de M. Kalatazov, premiada

com a «Pelma de Ouro», o maior laureado do Festival de Cannes. Tatiana, na foto, tendo ao lado a extravagante Jane Mansfield, ganhou fama e popularidade em todo o mundo, graças à sua be-

leza e ao seu talento. O filme será apresentado no Rio em uma cidade que abriga os cinemas do Centro, da Zona Norte e da Zona Sul.

## Palavras Cruzadas

F. Lemos

PROBLEMA Nº 16

**HORIZONTAIS:** 2 — Escuridão profunda. 6 — Que tem óleo gorduroso. 8 — Planta ilicita da China. 9 — Estrela (em inglês). 11 — Abastecer de munições e petrechos da guerra. 13 — Vazio; seco. 14 — Andavam. 16 — Famoso teatro de óperas na cidade de Milão, na Itália. 18 — Toca; fuma. 20 — Prefixo; em dentro. 21 — Espécie de gorro (pl.); 23 — Zélo amoroso.

**VERTICAIS:** 1 — Próprio para se beber. 2 — Pronome pessoal da 2ª pessoa do singular. 3 — Nome de uma flor muito comum. 4 — Pequenos sulcos paralelos. 5 — Propaga-se com rapidez. 7 — Moeda italiana. 10 — Cessação de movimento; quietação. 12 — Capital da União Soviética. 15 — Rio da antiga Itália, afluente do Tibre. Os romanos foram vencidos perto deste rio pelos Gauleses, comandados por Breno, que chegaram até Roma. 17 — Irmão de Abel. 19 — Rio da União Soviética. 22 — Símbolo químico do gás Néon.

1	2	3	4	5	
6	7				
8		9			10
11		12			
13			14	15	
		16	17		
18	19			20	
		21		22	
23					

RESPOSTAS DO Nº 15

**HORIZONTAIS:** 1 — América; 7 — Maria; 8 — Erro; 9 — Lá; 10 — Aca; 11 — Gliz; 12 — Lá; 13 — Caco; 14 — Baton; 15 — Acabara; **VERTICAIS:** 1 — Amealha; 2 — Marca; 3 — Erra; 4 — Rio; 5 — Ia; 6 — Amazona; 9 — Licor; 11 — Gata; 13 — Cab; 14 — Bã



As manifestações contra o tratado militar com os Estados Unidos e a política belicista de Kishi atingiram todos os círculos e camadas sociais do Japão. Camponeses, operários, estudantes, intelectuais, juristas, jornalistas e religiosos, principalmente monjes budistas participam de comícios e manifestações em todo o país.

Monjes aderem

POVO JAPONÊS LUTA CONTRA TRUSTES NIPO-IANQUES:

12 Horas de Trabalho Por um Prato de Arroz

Reportagem de MICHEL BOSQUET Serviço Especial L'EXPRESS-PRENSA LATINA Exclusivo para NOVOS RUMOS

Há alguns meses, milhares de estudantes e milhões de operários reações no Japão manifestações contra o novo tratado de segurança que o Premier Kishi assinou em janeiro com os Estados Unidos.

O que aparentemente desejam é que o Japão abandone a política exterior que durante os últimos dez anos o transformou em satélite dos Estados Unidos, e que o fantasma das armas nucleares experimentadas pela primeira vez em Hiroshima e Nagasaki seja afastado.

Mas por trás de tudo isto, há uma razão mais profunda: o declínio quase inacreditável que assumiu a vida cotidiana do Japão de após-guerra.

Econômica e militarmente, o Japão é o país mais vulnerável do mundo. Noventa e sete milhões de pessoas vivem em 370.000 quilômetros quadrados, ou seja, uma extensão duas vezes menor que o Chile oito vezes menor que a Argentina e só três vezes maior que Cuba. Mas como as duas terças partes do país estão cobertas por montanhas e bosques, a população se encontra comprimida em um espaço ainda menor. Há um hectare de terra arável para cada treze habitantes. E apesar da produtividade inegável dos camponeses japoneses, o país

tem que importar uma quarta parte dos alimentos que consome.

A maior parte dos dezesses milhões de famílias camponesas, trabalha exclusivamente para comer; o campo, incapaz de alimentar o maior número de bocas, envia seu excedente de população para as cidades, que por sua vez estão apinhadas. Há sete milhões de trabalhadores desempregados. Nos próximos quinze anos, será preciso criar entre um milhão e um milhão e meio de novos empregos por ano.

A indústria moderna, que assegura 46% da produção, só emprega 20% dos operários. Os que têm a oportunidade de empregar-se nela, agarram-se ferozmente ao posto, deixam-se «integrar» na empresa, e trabalham até 20 e 30 horas extras, (além das 48 regulamentares) por semana, para conservar suas vantagens. Estes privilegiados, que recebem da empresa transporte gratuito, e seguidamente casa, ganham entre 40 e 80 dólares por mês.

Em uma empresa média, ganhariam a metade; se fossem diaristas, uma terça ou quarta parte e em um dos inúmeros ateliers artesanais, seu salário raramente seria superior a dez ou doze dólares mensais.

De fato, uma terça parte dos 17 milhões de operários industriais, ga-

nhá menos de 10 dólares por mês. E segundo as estatísticas oficiais mais de um terço da mão de obra não-agrícola tem salários inferiores ao nível de subsistência.

Estas cifras permitem, situar as forças revolucionárias que periodicamente assodem o Japão. Não provém da grande indústria ultra-moderna, que apesar dos elevados salários que paga, goza de uma renda diferencial fabulosa: os lucros anuais chegam até cinquenta ou cem por cento do capital investido. E nas empresas médias, mal equipadas, que empregam uma mão de obra superabundante que os sindicatos recrutam o grosso de suas forças. Os patrões (que seguidamente são subcontratantes das grandes empresas) poderiam pagar melhor e melhorar sua equipe, mas não tem necessidade de fazê-lo, pela abundância de desempregados.

Verdadeira nação-usina, o Japão ilustra de maneira quase futurista os absurdos em que pode desembocar um regime capitalista. Esta nação operária importa a totalidade de suas matérias-primas (só se autoabastece de carvão) e vende unicamente seu trabalho, em forma de artigos manufaturados. É a quinta potência industrial do mundo e está em segundo lugar nas indústrias têxteis sintéticas, eletrônica, construções navais e de material ôtico. Em rejeição está lutando por tirar a Suíça do primeiro posto.

E sem dúvida, só porque a mão de obra é abundante e barata, 400 000 fábricas de bóis e milhões de ateliers fazem com que dez milhões de operários realizem a mão um trabalho extenuante, cuja inutilidade é atestada, por máquinas semi-automáticas que trabalham sem fadiga, e ainda alguém de sua capacidade, para não agravar a desocupação.

Não há outra maneira de fazer viver os homens que não seja sujeitá-los a um trabalho inútil?

Esta pergunta é formulada por milhões de japoneses, e particularmente 600 000 estudantes, em sua maioria revolucionários, que vêm crescer ano após ano o exército de intelectuais desocupados. Esses estudantes miram-se no espelho da Rússia e China. O que mais lhes admira é que não haja nesses países nem bocas vazias, nem desemprego operário, nem cérebros, excedentes, nem mesmo homens inúteis. E se perguntam se o Japão, por sua aliança com os Estados Unidos, não se colocou à margem das grandes correntes históricas que banham o mundo na Ásia e África. Pois em virtude dessa aliança, o Japão vende ao país mais rico do mundo (Estados Unidos) 40% de suas exportações. E não vende nada para a China.

Isto é o fundo da agitação anti-governamental no Japão.

ÇUKURS TEM A PROTEÇÃO DA POLÍCIA

Na Riviera Paulista Vive Tranquilo Assassino de 32 Mil Judeus

Na rua 5, em Interlagos, na chamada Riviera paulista, vive tranquilamente Herbert Çukurs, criminoso nazista, responsável pelo massacre de milhares de judeus e democratas letões.

O famoso «carrasco de Riga» é hoje o proprietário da Hecotax, empresa que proporciona vôos panorâmicos sobre São Paulo. Çukurs, procura levar uma existência silenciosa, como se isso pudesse encobrir os crimes hediondos que por seu comando ou por si próprio foram cometidos em passado não longínquo e jamais esquecido.

Porém, por mais que se escondam e tentam proclamar inocência, como ora faz Herbert Çukurs, tais criminosos não conseguem esconder-se e fugir eternamente do castigo merecido. Hoje, a opinião pública brasileira volta sua atenção para a prisão e posterior julgamento de Adolf Eichman, para o caso do genocida Çukurs, que se encontra entre nós e para Martin Borman, braço direito de Hitler, que talvez esteja em Santa Catarina ou no norte do país, conforme notícias que circulam pela imprensa. E, como é lógico, o povo exige a punição desses ex-chefes e carrascos nazistas.

No Brasil

De posse dos passaportes emitidos em Marselha para si e para sua família, Çukurs desembarcou no porto do Rio de Janeiro, a 4 de março de 1946, do navio «Cabo da Boa Esperança».

Em 1947 foi localizado por membros da coletividade judaica residente no Rio de Janeiro. Um grupo de jovens soube que, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, funcionava uma empresa de aluguel de barquinhos de passeio e que seu proprietário, Herbert Çukurs, antigo aviador letão, foi um perigoso assassino nazi, que sendo dirigente SS na Letônia, exterminara mais de 32.000 judeus. Amedrontado com a natural revolta popular e temendo a sua repercussão, fugiu novamente, vindo residir primeiro em

Niterói, depois em Santos, até que os mesmos motivos fizessem com que mudasse mais tarde para São Paulo.

Medonho «Dossier»

O «dossier» reunido desde aquela época, com depoimentos de inúmeras testemunhas, mostra claramente o monstro que é Çukurs. O bandido acusado pelo Comitê de Investigações dos Crimes Nazistas dos Países Bálticos é responsável pelo assassinio de 30 mil judeus letões nas noites de 29 de novembro e 7 de dezembro de 1941; pela matança de 200 judeus, em Riga, na rua Valdemar, a 15 de junho de 1941; pela profanação de um cemitério israelita em Riga, a 2 de julho de 1942; pelo incêndio, em 2 de julho de 1941, da grande sinagoga à rua Gogol, onde encerrou e queimou vivos 300 refugiados judeus da Lituânia; pela esterilização e posterior assassinato de 300 judeus em Bausk, nos meses de julho e agosto de 1941, pela matança ao mesmo tempo por afogamento de 1.200 judeus em Kuldiga; pelo assassinio, com suas próprias mãos e assistência ao extermínio de 500 judeus; por violações, humilhações e perseguições sem conta.

Quem foi Çukurs?

Nos depoimentos prestados em Munique, na Alemanha, no Departamento Legal dos Judeus Libertados, consta que Çukurs, ainda antes da guerra, fora um dos dirigentes da organização fascista letã «Perkonkrust» (cruz gamada) e logo após três dias da ocupação de Riga pelos nazistas, tornou-se assistente do coronel Arajs, o assassino fascista letão. Em inúmeros livros e documentos sobre os massacres de Riga é citada com destaque a ação bárbara de Çukurs.

Prega Anticomunismo

Agora, redescoberto, Çukurs teme por sua pele. No dia 9 último

foi ao DOPS pedir medidas de segurança contra supostas vinganças por parte de judeus e outras manifestações de hostilidade. Desde então sua casa vem sendo vigiada pela polícia.

Fêz declarações à imprensa atribuindo a elementos «comunistas» toda ação movida contra ele, particularmente com relação à Federação das Sociedades Israelitas do Rio, que congrega sociedades culturais, religiosas e outras. A toda hora proclama inocência e se diz «patriota» por ter lutado contra o exército vermelho, em sua pátria. Ainda mais, Çukurs tem o cinismo de acusar «comunistas judeus» da Letônia como responsáveis por seus crimes.

Naturalização

Já em 1950 Çukurs requereu sua naturalização, que foi negada pelo então titular da pasta da Justiça, Sr. Negrão de Lima. Agora, novamente voltou a solicitar a cidadania brasileira. Esse último processo se acha em tramitação no Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em discurso pronunciado pelo deputado Breno da Silveira, revelou-se que deverá ser negada a naturalização, pelo ministro Armando Falcão, em vista do pedido feito pelo deputado, em nome de várias personalidades e do «dossier» do ex-carrasco que foram encaminhados ao Ministério da Justiça. Afirmando o parlamentar que obteve a promessa do ministro de que negará a cidadania brasileira a Çukurs, não permitindo que um homem «marcado por suas atividades antijudaicas, com os crimes mais horroresos — e talvez o mais brutal dos assassinos, no que se refere aos atos cometidos, entre os que ocuparam seus postos durante o regime nazista na Alemanha — receba o título de cidadão brasileiro».

Nota Internacional

A «Ameaça» Cubana

O subsecretário de Estado norte-americano Roy Rubinton, depondo oficialmente em nome do Departamento de Estado na Subcomissão de Assuntos Inter-Americanos da Câmara, revelou os planos do Governo dos EUA de aliar o apoio dos países latino-americanos para uma «ação multilateral» contra Cuba. Segundo o sr. Rubinton, Cuba representa uma «ameaça» aos Estados Unidos e a toda a América, por ser um «instrumento» da União Soviética. Ainda de acordo com o ajudante do sr. Herter, uma ação unilateral dos Estados Unidos contra Cuba seria «prejudicial ao prestígio» de seu país. Em outras palavras, os países latino-americanos, que estariam sendo «ameaçados» pela revolução cubana, condenariam a agressão lanque, em vista da pressão que se faria sentir sobre os governos amigos.

O discurso do sr. Rubinton, feito logo depois de declarações semelhantes de Nixon, vem confirmar denúncias feitas pelo Governo cubano e por toda a opinião democrática latino-americana de que o Governo lanque, principalmente por ocasião da viagem de Eisenhower à América do Sul, estava pressionando os governos latino-americanos para que a Organização dos Estados Americanos acobertassem uma intervenção militar contra Cuba. Os propositos belicosos dos homens do Pentágono e seus representantes políticos, res tiveram que condená-los. Em nosso país por exemplo, o «Jornal do Brasil», defensor número 1 da política do Itamarati, ainda recentemente falava das manobras dos EUA para envolver o Governo brasileiro.

Se os objetivos e métodos empregados pelos Estados Unidos para concretizar sua agressão a Cuba são claros, os motivos que o levam a realizar esta política não são menos evidentes. Qualquer pessoa de bom-senso que considerar de ameaça militar ao território lanque. A única «ameaça» que de fato existe, se é que se pode falar de ameaça nesse caso, é a representação pela luta dos povos latino-americanos contra a dominação imperialista e contra os ditadores e regimes policiais e entreguistas a serviço dos monopólios norte-americanos. O comércio com a URSS e os demais países socialistas, os campos de assistência técnica e financeira e a aproximação com os países dos campos socialista afro-asiático só podem ameaçar as empresas que dominam a economia dos países latino-americanos e os grupos políticos atrasados que dirigem a maioria deles.

A revolução cubana demonstrou, no breve período histórico decorrido desde a derrubada da ditadura de Batista, o quanto pode ser feito em benefício dos camponeses, operários, intelectuais e da imensa maioria da população por um regime político consagrado à defesa dos interesses nacionais, disposto a defendê-los contra as ameaças e manobras do imperialismo, disposto a defender o seu povo. E exatamente isto que constitui uma «ameaça» para os trustes que ainda dominam a política dos Estados Unidos. Mas esta «ameaça» representa a própria libertação econômica e social dos povos latino-americanos e não poderá ser destruída pelo imperialismo.

Fausto Cupertino



— Naufrágio à vista...

Livro desmascara

Prestando depoimento no DOPS de São Paulo, o assassino nazista Çukurs disse que o livro «Die Vernichtung der Juden Lettlands» (O aniquilamento dos judeus da Letônia) de Max Kaufmann constituía uma verdadeira absolvição para ele, pois seu nome não era citado uma vez sequer. Çukurs certamente acreditava que não se conseguiria este livro no Brasil, mas se enganou. No livro de Max Kaufmann várias vezes Çukurs é apontado como um dos responsáveis pelos massacres, como por exemplo na página 99 (no clichê), onde se lê: «Antes apareceram tropas de S. A. com seus uniformes pardos, entre eles Altmeyer e Jaeger. De um automóvel saiu o assassino letão Çukurs, com uma capa de couro, armado com uma grande pistola.»

Terror policial na Argentina

No momento em que aumentava a pressão de massa e o descontentamento de amplos círculos políticos argentinos contra o policialismo de Frondisi, o ex-democrata e ex-antimperialista procura desviar a atenção da opinião pública para o «caso Eichman» e para suas viagens na Europa. A manobra de Frondisi, cujo reverso consiste no desencadeamento da fúria policial dos grupos reacionários do exército contra o povo argentino, não tem futuro algum, entretanto.

Sete partidos políticos centristas já se pronunciaram mais ou menos claramente contra a introdução da pena de morte, pretendida por Frondisi para tentar abafar o descontentamento popular. Colocados na ilegalidade, peronistas e comunistas não perderam, entretanto, sua força e ganham cada vez mais o apoio do povo, como ficou mostrado nas últimas eleições. Enquanto isto, cresce o protesto contra as medidas obscurantistas, culminadas com o fechamento de jornais, revistas e editoriais, inclusive a conhecida Editorial Cartago.

Um passo para a frente, dois para trás

Os representantes dos países capitalistas no «comitê dos 10», encarregado de discutir as propostas de desarmamento em Genebra, já começaram a preparar o terreno para mais uma vez recuar de suas próprias posições anteriores, em vista da proposta conciliatória apresentada pela União Soviética.

Levando em consideração as objeções dos «ocidentais», principalmente da França, ao seu plano de desarmamento anterior, a URSS apresentou ao «comitê dos 10» um novo plano em que se prevê a destruição em primeiro lugar dos foguetes portadores das armas atômicas, assim como todos os detalhes de controle internacional.

Argélia na ordem-do-dia: Abbas em Paris

O Governo Provisório da República Argélia resolveu aceitar o oferecimento feito pelo general De Gaulle e enviar a Paris seu presidente, Ferhat Abbas para negociar com os franceses o cessar-fogo na Argélia e as condições da autodeterminação para o país.

No ano passado, já o GPRA havia concordado com a proposta feita pelo mesmo De Gaulle a 16 de setembro, só para verificar que o presidente francês estava mais disposto a conciliar e adiar a solução do problema do que propriamente a resolvê-lo. Aceitando de imediato o novo oferecimento, os representantes argelinos demonstram mais uma vez sua disposição pacífica.

Resta agora saber se a pressão da opinião pública francesa conseguirá impedir que os grupos direitistas formem De Gaulle a uma nova retirada. A condenação recente de dirigentes e militantes comunistas argelinos e do jornalista e escritor Georges Arnaud bastam para revelar a dubiedade da atitude do Governo francês.

LOTT NO ESTADO DO RIO:

# Minérios do Brasil Para os Brasileiros

Se a visita de Lott e Jango ao Estado do Rio, terça-feira última, tivesse limitado ao comício realizado no bairro do Barreto, em Niterói, ela já poderia ser consignada como um grande tento na campanha dos candidatos nacionalistas. Apesar do adiantado da hora — a caravana lottista só chegou ao local do comício às 23 horas, em virtude de contratempos no programa da visita — uma multidão de mais de dez mil fluminenses, que às 20 horas já se comprimia na Praça Enéias de Castro, ouviu atentamente e aplaudiu com entusiasmo a palavra dos candidatos. Numerosas delegações de trabalhadores de vários municípios vizinhos — São Gonçalo, Petrópolis, Macaé, Friburgo, etc. — estavam presentes. Quase todos os sindicatos operários fluminenses se faziam representar, com faixas e cartazes; mesmo os salteiros de Cabo Frio, em greve, levaram suas faixas, expressando seu apoio aos candidatos nacionalistas.

A longa espera não decepcionou aquela multidão. Muito ao contrário, a palavra franca e ponderada do Marechal Lott foi freqüentemente cortada pelos aplausos entusiastas dos populares, sobretudo nas passagens em que o candidato expunha suas concepções patrióticas da política de desenvolvimento, da política externa, e da política trabalhista que pretende adotar em seu governo.

## “Camisa de força” na LIGHT

O Marechal Lott fez enérgicas afirmações sobre a política que devemos adotar na exploração das riquezas naturais do país. Reafirmou a sua disposição de defender a todo transe o monopólio da Petrobrás. Quanto à energia elétrica, disse, devemos permitir, numa primeira etapa, que as companhias estrangeiras que atualmente exploram este serviço continuem operando, mas o governo deve submetê-las a uma fiscalização rigorosa e intransigente, de maneira a evitar que elas roubem nas tarifas, e para exigir que elas cumpram os seus contratos; ao mesmo tempo, acrescentou, o Estado deve acelerar seu programa de construção de usinas elétricas, de tal forma que em poucos anos aquelas

tristes estrangeiras possam ser facilmente dominadas.

Referindo-se ao problema dos minérios, de grande atualidade em virtude do famoso «caso Hanna», o Marechal Lott fez igualmente, diante do povo fluminense, uma inequívoca pregação nacionalista. Disse que o país deve tomar cuidado para que suas reservas de minério de ferro de melhor qualidade não sejam esgotadas pelas exportações, e condenou vigorosamente a política de exploração desenfreada de nossas jazidas ferríferas em benefício de grupos estrangeiros, que levam as nossas riquezas e aqui só deixam os buracos das minas».

Não por acaso, o Marechal Lott, após examinar as questões da energia e dos minérios, falou da política externa que almeja para o país. Disse que devemos ter uma política de amizade com todos os países, «mas sem permitir que ninguém venha dar ordens em nossa casa»; defendeu a necessidade da conquista de novos mercados para nossas exportações, e da ampliação de nossas relações comerciais com todas as áreas do mundo.

## Dinheiro do povo para escola do povo

Abordando o seu tema preferido, a educação — onde defeito é invariável e rigidamente a escola pública, e a necessidade de aplicar-se no setor público do ensino, e não em qualquer outro, o dinheiro do povo ou o problema da ampliação do crédito para o pequeno agricultor, ou ainda a necessidade da garantia das liberdades sindicais e dos direitos à assistência dos trabalhadores, o Marechal Lott arrancou sempre vivos aplausos dos fluminenses. Seu discurso foi precedido pela do sr. João Goulart, que exaltou a figura de seu companheiro de chapa na defesa da legalidade democrática no país, e expressou a sua convicção de que, «levada pela aliança invencível do PTB, PSD, PSB, das forças populares e das esquerdas democráticas» a candidatura do Marechal Lott tem assegurada uma espetacular vitória em 3 de outubro.

Antes do comício — onde também

falaram do Governador Roberto Silveira, o Ministro Amaral Peixoto, a sra. Ivete Vargas, e diversos outros oradores — Lott e Jango tiveram um intenso programa na capital fluminense. Às 14 horas, uma considerável massa popular foi esperar os candidatos nacionalistas na estação das barcas, e acompanhou-os durante toda a tarde, numa festiva passeata, para a visita às sedes regionais do PSD, do PTB e do PSB, aos sindicatos dos motoristas e dos marítimos. Já quase à noite, povo e candidatos se deslocaram à sede regional do Comitê Nacionalista Lott-Jango, onde foi instalado com muito entusiasmo o CNLJ dos funcionários dos correios do Estado do Rio.

## Sucesso do bom em Bonsucesso

Vindo dois dias depois do comício de Bonsucesso, o êxito dos candidatos nacionalistas em Niterói vem deixar inegavelmente marcada a profunda penetração popular dos nomes de Lott e Jango, apesar da indiferença que as cúpulas dos partidos situacionistas têm demonstrado diante da campanha eleitoral. Naquele subúrbio carioca, cerca de 15 mil pessoas presenciaram o comício, realizado no domingo à noite; cada referência dos diversos oradores — Jango, Roberto Silveira, Amaral Peixoto, Gilberto Marinho, Sérgio Magalhães, e diversos outros — ao nome do Marechal Lott era respondida por uma massa de aplausos sempre entusiástica da multidão. E o próprio candidato nacionalista à Presidência, sobretudo na fundamentada defesa que fez do direito de greve para os trabalhadores — «a greve é a arma de legítima defesa dos trabalhadores», disse — foi sempre ouvido com calor, entusiasmo e aplausos.

Tem portanto razão o líder sindical Hércules Correia que, falando no comício de Bonsucesso, denunciou ao povo as manobras de sabotagem da candidatura Lott e de «comunismo», por parte de certos setores governistas, mas acrescentou que a força do povo, em favor da candidatura nacionalista de Lott, será bastante para derrotar tanto Jânio Quadros quanto os sabotadores continuistas.



## O candidato fala

Durante sua estada em Niterói, o marechal Lott e o sr. João Goulart visitaram as sedes dos partidos políticos, de entidades populares e sindicatos. Nos diversos locais o candidato referiu-se ao conteúdo nacionalista de sua candidatura e defendeu um programa de ação voltado para os interesses do povo.



## Vitória à vista

Milhares de niteroienses aplaudiram os candidatos nacionalistas no comício realizado na Praça do Barreto. A visita de Lott e Jango à capital fluminense em brilhante êxito e revelou que o povo do Estado governa por Roberto Silveira já decidiu eleger os candidatos nacionalistas contra o entreguista Jânio Quadros. Na foto, um aspecto da multidão presente ao comício de Niterói.

# NOVOS RUMOS

## Porque Morrem as Crianças

«Como poderemos ensinar ao povo o valor nutritivo do leite, se não temos o alimento para lhe fornecer?» Esta pergunta foi, honesta e sensatamente, feita por um nutrólogo boliviano, perante o «Seminário Sul-Americano sobre Educação em Nutrição», que está se realizando em Quitandinha. Os participantes do Seminário concordam que a mortalidade infantil é causada pela subnutrição. Declaram que o consumo de alimentação é bastante reduzido. E que as deficiências de calorias e proteínas não permitem que as crianças resistam às enfermidades.

As crianças morrem de fome. E os responsáveis pelos destinos do país sabem disso, tanto quanto os nutrólogos, quanto eu e quanto vocês. As estatísticas sobre os salários, sobre o custo de vida, sobre as condições sociais são feitas pelos órgãos do governo. As reuniões desse tipo são, também, patrocinadas pelo governo. Mas os mesmos órgãos oficiais que fazem as estatísticas, que reúnem técnicos para estudo de problemas como o da nutrição, que recebem em conclusões dos estudos consentem que os salários continuem baixos, que o custo de vida continue subindo, que as crianças continuem morrendo. A ignorância não pode servir de atenuante no julgamento dos crimes cometidos contra o bem-estar do povo.

Agora mesmo, estamos às vésperas de um novo aumento no preço do leite, o que significará menos leite, menos crianças vivas e mais dinheiro para os fornecedores do produto. Certamente, os filhos dos trabalhadores grevistas das salinas de Cabo Frio tomam muito pouco leite, como a maioria das crianças sul-americanas. Mas 1.500 soldados foram mandados para impedir que seus pais possam comprar mais um litro de leite. Quantos soldados serão mandados para impedir que os fazendeiros vendam o leite mais caro? Quantos soldados foram mandados para impedir que os frigoríficos aumentassem o preço da carne? E quantos serão enviados, agora, para impedir o novo aumento já acertado nos bastidores da COFAP?

Tem toda razão o nutrólogo boliviano. No entanto, dizem outros técnicos no assunto, que é preciso educar para o futuro. Não seria mais justo salvar, agora, a população infantil para viver no futuro, quando não existirem, apenas, plácios, mas realzações? Não sei, exatamente, de que futuro farão os nutrólogos reuniões em Quitandinha. No do que falo caberão todos os temas que, hoje, são discutidos sem esperanças iludidas de solução. Caberá a própria vida que, agora, vale muito menos do que uma ração de leite para alimentar uma criança. Planejar, para o futuro, medidas de emergência necessárias que devem ser postas em prática, no presente, com um pouco de planejamento que não inclua a exclusão desse tempo tão desejado, pelo menos através de denúncias às causas da fome, nem salvar as crianças de hoje e nem será útil às crianças de amanhã, quando elas terão todos os exercícios, não para detender os fazendeiros, nem os frigoríficos, nem os donos das salinas, mas para darem todo o leite de que elas precisam, para viverem saudáveis e felizes, por todos os séculos, como nos contos de fada.



# Reforma Agrária Para Latifundiários

Logo ao voltar de Cuba, preocupado em desfazer possíveis temores entre os latifundiários que constituem um dos principais elementos de sua base política, Jânio Quadros fez questão de esclarecer: a reforma agrária que ele pretende realizar no Brasil, caso seja eleito presidente da República, não é de modo algum semelhante à que viu em Cuba, mas a que o governador Carvalho Pinto promete levar a efeito em São Paulo.

Jânio tranquilizava assim os seus amigos latifundiários: não seria ele que iria promover a entrega de fato da terra aos camponeses, para a sua exploração racional e progressista. E o apoio que então manifestou à alarde-

ada «revisão agrária» do seu amigo e cabo eleitoral Carvalho Pinto era a melhor demonstração de que as promessas que faz nos comícios e entrevistas não passam mesmo de demagogia e mistificação eleitoral.

Jânio acrescentava: «Para mim o projeto do Governo de São Paulo é o modelo que deve ser seguido em todo o país.»

Vejamos, portanto, em seus aspectos essenciais, o que é a «reforma agrária» de Carvalho Pinto. Teremos assim a imagem concreta da «reforma agrária» que o demagogo Jânio Quadros, representante dos grandes fazendeiros de café de São Paulo, promete aos camponeses do Brasil.

## Só Para Milionários

O objetivo anunciado pelo Governo de São Paulo é «incentivar e facilitar a aquisição e a exploração econômica da pequena propriedade rural». Isso poderia ser feito por duas maneiras: através do loteamento de terras pertencentes ao Estado ou da desapropriação de propriedades particulares.

A primeira hipótese pode ser considerada praticamente afastada, pois a área de terras devolutas naquele Estado é hoje insignificante, estando quase toda em mãos de particulares, quer através de cessões legais quer através de grilagem.

Restaria, portanto, o caminho da desapropriação para fins de loteamento. E é o que prevê o projeto no artigo 110, § 1º, nº II. Prevê, entretanto, de maneira puramente demagógica, pois não proporciona os meios indispensáveis para que a pequena propriedade seja realmente «incentivada e facilitada».

Em que medida e que modo o Governo janista de São Paulo facilitará o acesso dos camponeses à terra? O projeto destina como único recurso para as desapropriações e serviços com elas relacionados (inclusive planejamento e assistência técnica aos novos «proprietários») 50% da arrecadação do imposto territorial rural. A arrecadação prevista desse imposto é de cerca de 1 bilhão de cruzeiros (enquanto o imposto de vendas e consignações deverá representar 61 bilhões). Considerando que desse montante, uma grande parte se destina às despesas com serviços e assistência técnica, pode-se admitir, sem nenhum exagero, que apenas 350 milhões de cruzeiros (70% da metade de um bilhão de cruzeiros) serão empregados nas desapropriações.

E que se pode fazer com uma quantia tão irrisória? Calculemos, com evidente otimismo, que o preço médio de um hectare de terra a ser desapropriada seja, em São Paulo, de 30 mil cruzeiros (sabe-se que numa região como Campinas o preço do hectare já se aproxima de 100 mil cruzeiros). Teríamos assim que um lote de 50 hectares (pequena propriedade) custaria 1 milhão e 500 mil cruzeiros. Ora, se o Estado dispõe anualmente apenas de 350 milhões para desapropriar e lotear terras particulares, o resultado seria este: seriam entregues, cada ano, aos camponeses 250 pequenas propriedades! Isso num Estado em que existem no campo um milhão e meio de trabalhadores sem terra!

Mas ainda que o projeto de «reforma agrária» oferecesse recursos para desapropriação em maior número, as condições estabelecidas pelo sr. Carvalho Pinto e que Jânio considera modelos, não permitiriam de modo algum a um trabalhador a posse efetiva da terra.

Vejamos algumas dessas condições:

a) um lote de 50 hectares ficaria por 1.500.000 cruzeiros. Qual o trabalhador do campo que pode assumir tal compromisso, quando a maioria dos assalariados agrícolas de São Paulo, como os de todo o país, nem sequer recebem o salário mínimo? ...?

b) o pagamento será feito num prazo máximo de 10 anos, a juros de 6%. Quer dizer: cada ano o novo «proprietário» terá de pagar ao Estado 159 mil cruzeiros. O atraso no pagamento importa numa multa de 10% e o não pagamento de duas prestações consecutivas leva à rescisão do contrato, independentemente de qual-

quer aviso, perdendo o comprador as importâncias já entregues e as benfeitorias feitas;

c) a primeira prestação será feita no ato de recebimento do título visório, como condição de posse. Onde Carvalho Pinto e Jânio Quadros encontraram um camponês pobre em condições de dispor tão facilmente de 100 mil cruzeiros? E isso não considerando que os primeiros anos exigem outras enormes despesas (instalação de pes-

soal, aquisição de instrumentos de trabalho, trato da terra, etc.), sendo nesse período praticamente nulo o rendimento da «propriedade»;

d) obrigação de apresentar, no fim de dois anos, o lote racional e intensivamente explorado, segundo normas fixadas pela Secretaria da Agricultura.

Aí está como Carvalho Pinto e Jânio Quadros procuram fazer de cada camponês um proprietário...

## Latifúndios Pagarão Menos

Vimos que o «modelar» projeto do sr. Carvalho Pinto não proporciona os meios para a desapropriação das terras particulares. Esses recursos deveriam provir do imposto territorial — cuja arrecadação este ano será, em São Paulo, 61 vezes menor que a do imposto de vendas e consignações, pago pelo povo.

Seria de esperar, portanto, que o projeto de «reforma agrária» estabelecesse um aumento considerável e verdadeiro do imposto territorial. Mas, precisamente ao contrário, o que ele estabelece é uma redução do tributo pago pelos grandes proprietários, como assinala o escritor Caio Prado Junior em artigo publicado na «Revista Brasileira».

Vejamos. Atualmente, o imposto territorial rural, acrescido de diferentes adicionais, vai em São Paulo a 2,7% do valor declarado da propriedade. O projeto cria a seguinte taxa progressiva: até 100 hectares — 2%; de mais de 100 até 500 h. — 3%; de mais de 500 até 1.000 h. — 4%; de mais de 1.000 até 5.000 h. — 5%; de mais de 5.000 h. — 6%. Existe, aparentemente, um aumento. Mas é só aparência, pois o artigo 21 do projeto reduz de 40% as taxas previstas, desde que a propriedade seja aproveitada ou ocupada numa área superior a 80% de sua extensão total, considerando-se como «aproveitada» a terra ocupada com culturas, pastagens e benfeitorias.

Quer dizer: o proprietário de terras que sejam cobertas por qualquer gramínea («pastagem») gozará da redução de 40% no pagamento do imposto territorial.

Operando-se essa diminuição, eis a que fica reduzida a tabela progressiva Carvalho Pinto—Jânio Quadros: até 100 h. — 1,2%; de mais de 100 até 500 h. — 1,8%; de mais de 500 até 1.000 h. — 2,4%; de mais de 1.000 até 5.000 h. — 3,0%; de mais de 5.000 h. — 3,5%. As propriedades até 1.000 hectares passarão, pois, a pagar o imposto territorial segundo uma taxa menor do que antes, enquanto para as propriedades até 5.000 hectares o aumento é irrisório! E isso além de continuar o imposto a ser pago, de acordo com o projeto, segundo o valor atribuído às propriedades (que é sempre brutalmente reduzida), e não o seu valor real.

Aliás, o próprio secretário da Agricultura de São Paulo, o udenista Bonifácio Nogueira, procurando tranquilizar os latifundiários mais ingênuos, tem insistentemente esclarecido que o projeto de «reforma agrária» não visa aumentar o imposto territorial rural nem reavaliar as propriedades.

E' assim que Carvalho Pinto promete fazer a «reforma agrária» em São Paulo. E é seguindo esse modelo que Jânio Quadros promete acabar com o latifúndio no Brasil...

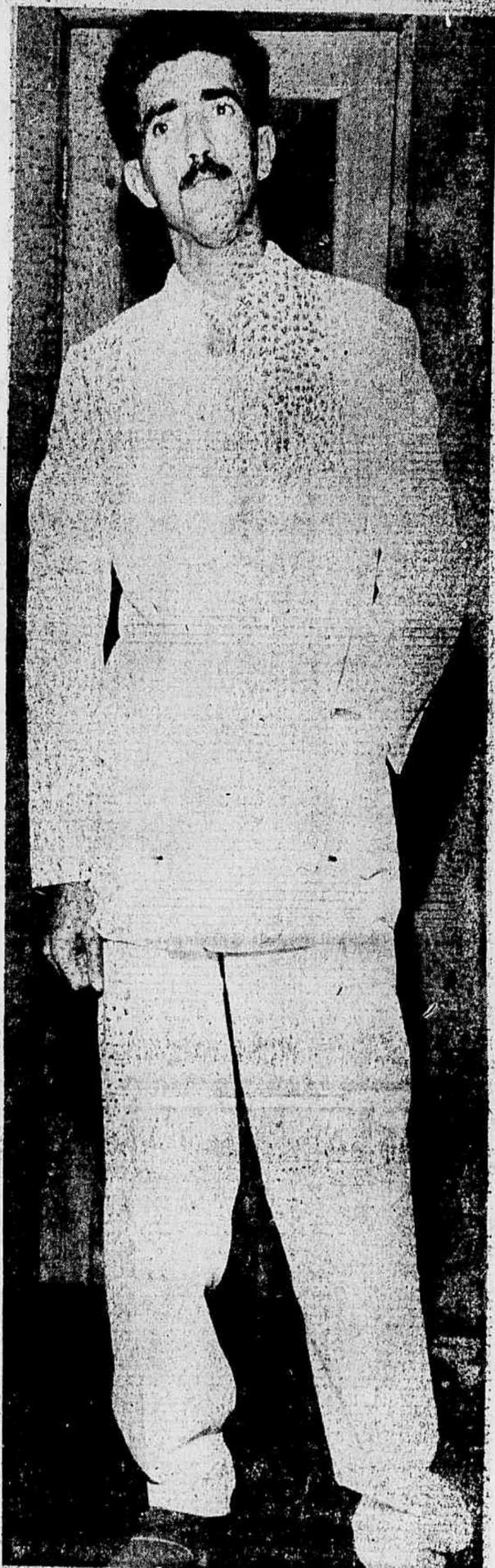
## Divagações e Demagogia

Os fatos e os números desmascaram a «reforma agrária» de Carvalho Pinto e Jânio Quadros, apoiada com tanto entusiasmo pelo que há de mais reacionário em nosso país: «O Estado de São Paulo», «O Globo», Carlos

Lacerda, os banqueiros e milionários udenistas de São Paulo.

O desmascaramento da demagogia janista já havia sido feito, aliás, pelo marechal Teixeira Lott, em sua entrevista ao jornal «Última Hora», em 19 de janeiro deste ano. Eis o que dizia, com a firmeza e a honestidade com que costuma dar as suas opiniões, o candidato das forças nacionalistas à Presidência da República.

«Há uma reforma agrária que serve apenas de tema e divagações demagógicas exatamente daqueles que não a querem fazer, daqueles que têm até o compromisso de não fazê-la e de deixar em paz os latifundiários imprudentes; e há outra reforma agrária, que deve ser realizada contra todos os interesses que tentam articular-se contra ela. Com a ajuda do Congresso e da opinião pública farei a reforma agrária como deve ser feita, de modo a se converter num instrumento real de progresso geral do país e de enriquecimento de milhões de brasileiros que se situam presentemente à margem da vida, nas grandes áreas rurais».

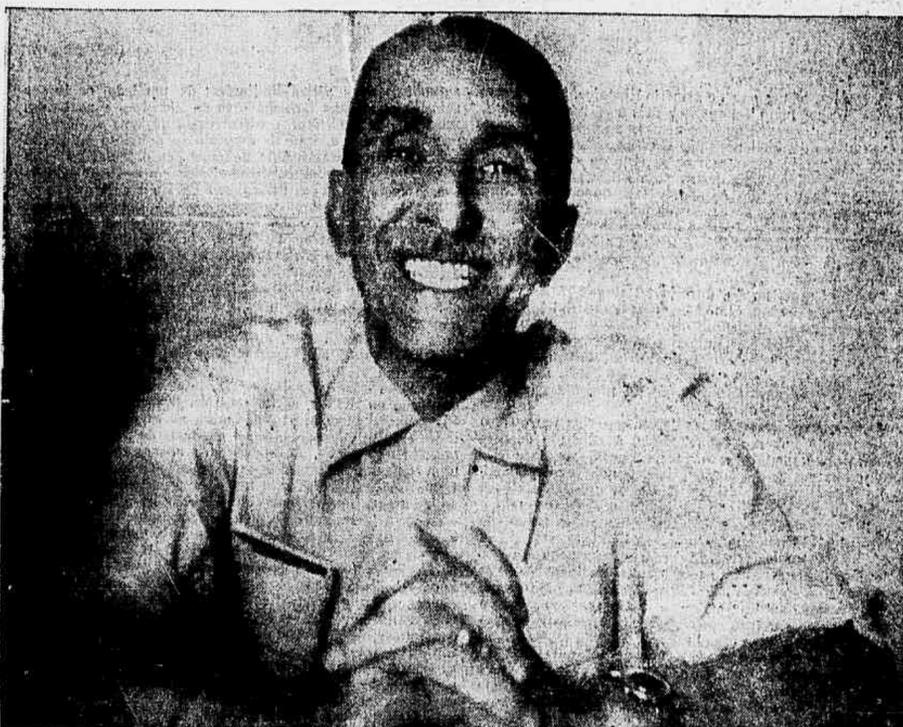


## Polícia Para os Camponeses

Enquanto toma medidas para entregar aos camponeses 250 propriedades por ano pelo preço de ..... 1.500.000 cruzeiros cada e diminui, na prática, a taxa de imposto territorial para os latifundiários, Carvalho Pinto, também aqui com o apoio de Jânio Quadros, não vacila em lançar a sua polícia contra os camponeses que enfrentam a ganância e o ódio dos latifundiários.

Ele exigia o latifundiário: pagou indenizações com dinheiro do Estado e pôs a sua polícia política a serviço de Zico Diniz para desalojar os camponeses para outras regiões. Por último, mandou que se instaurasse um processo contra o líder dos camponeses — Jofre Carreira Melo (na foto), — e, agora, quando os camponeses são novamente ameaçados de expulsão, manda prender ilegalmente aquele dirigente dos trabalhadores.

E' o caso de cerca de mil lavradores que, em Santa Fé do Sul, se uniram para resistir ao despejo ordenado pelo latifundiário Zico Diniz, depois das famílias camponesas terem desbravado e plantado a terra. O Governo janista de Carvalho Pinto fez tudo o que



«Reforma agrária» que nada reforma

O sr. Carvalho Pinto pretende enganar as massas camponesas de São Paulo com um projeto de «reforma agrária», que, no final das contas, não dá a terra aos camponeses e, na prática, reduz o já irrisório imposto territorial pago pelos grandes proprietários. E' esse projeto demagógico que Jânio Quadros considera um modelo.

# NOVOS RUMOS



Defender a Rio Doce

O governador Carlos Lindemberg considera de capital importância para o país a proteção à Cia. Vale do Rio Doce contra a investida do truste do ferro capitaneado pela Hanna.

GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO EXCLUSIVO PARA NOVOS RUMOS:

# “Não Podemos Aceitar a Situação de País Colonial”

Reportagem de MARCO ANTÔNIO COELHO  
Enviado especial de N.R.

«Devemos fazer um movimento de opinião pública para que o governo federal reexamine a questão da Hanna» — estas foram as declarações categóricas do dr. Carlos Lindemberg, Governador do Espírito Santo, quando recebeu a reportagem de N.R., para uma entrevista exclusiva, no Palácio Anchieta, em Vitória.

## Empresa nacional e empresa estrangeira

«Já dei minha opinião ao «Journal do Brasil» — começou S. Exa. — «pois, entendo que se possuímos uma companhia que já está aparelhada para fazer a exportação de minério de ferro, e se temos a necessidade de incrementar essa exportação, trata-se de dar-lhe maiores facilidades para que possa se desenvolver. As divisas que estamos obtendo com a exportação, realizada pela Cia. Vale do Rio Doce, ficam no país. Mas, se ela for substituída por empresa estrangeira isto já não ocorrerá. Por isso não sou favorável à entrada da «Hanna», ainda mais nas condições que pretende. Ela é muito rica e poderosa e pode mobilizar grandes capitais para a realização de seus planos. No entanto, o que importa são os interesses do país. Se queremos que o Brasil progrida é melhor nós mesmos exportarmos os minérios».

## Significado da “Vale do Rio Doce”

Colocando-lhe a questão de uma possível «debacle» da C.V.R.D. caso se concretize o projeto da «Hanna», perguntamos ao Governador quais seriam as consequências disto para o Espírito Santo. Respondeu-nos S. Exa.

«Uma «debacle» da empresa mista traria não só grandes prejuí-

zos para o Estado que governo mas, para Minas Gerais e para todo o país, dado o grande progresso resultante da atividade e do êxito da «Vale do Rio Doce». Participa ela da «Usiminas», ajuda prefeituras na melhoria dos serviços de água, luz e esgotos, etc. Aqui colabora na Usina do Baixo Guandu e vai fazer o mesmo com a Usina de Suíça. Concorre para a construção da linha de transmissão de Rio Bonito a Colatina. Dá um inestimável auxílio ao porto, porque paga taxas vultosas pelo arrendamento dos silos, etc. Assim, o nosso porto que dava um «déficit» anual de trinta milhões de cruzeiros, em 1958 viu reduzida esta cifra para um milhão e meio, no ano passado».

## Possibilidade da “Hanna” associar-se à “Vale”

Como os agentes da «Hanna» propalam o desejo do truste de participar diretamente a «Cia. Vale do Rio Doce», solicitamos ao dr. Carlos Lindemberg a sua opinião a respeito.

«Desde que essa participação seja controlada isto não seria maléfico. Mas, se isto significar qualquer domínio sobre a «Vale» não se pode admitir. Não sou contra

o capital estrangeiro, como também não sou contrário à exportação de minério de ferro. De nada nos adianta uma montanha de minério inexplorado. Mas só se deve exportar o minério havendo benefício para a nossa economia, aplicando-se os lucros da operação no Brasil. Não podemos aceitar a situação de país colonial. Na verdade, certo tipo de capital estrangeiro tem drenado para fora grandes riquezas produzidas por nosso povo».

Como última questão, perguntamos ao dr. Carlos Lindemberg o que aconselha às forças nacionalistas e populares para impedirem a vitória da «Hanna». S. Exa., de maneira incisiva, respondeu:

«Devemos fazer um movimento popular para que o Governo Federal reexamine a questão da «Hanna». As vezes acontece que pessoas interessadas em determinado negócio propõem-no às autoridades, proclamando-o benefício ao país. Mas, quando surgem denúncias, opiniões contrárias e movimentos populares de advertência, as autoridades reconsideram sua decisão. Assim sendo, creio que o Governo Federal e Conselho de Segurança Nacional e outros órgãos, diante de um grande movimento de opinião, não aceitarão o projeto da «Hanna».

# Deputados Alertam

O assalto imperialista tramado pela «Hanna» contra o nosso minério de ferro foi enérgicamente denunciado na Câmara Federal, na última semana, pelo deputado Último de Carvalho e numerosos deputados das várias bancadas. O sr. Último de Carvalho chamou a atenção do Parlamento para a gravidade do crime que se pretende consumar: a empresa norte-americana procura estender o seu monopólio sobre as reservas que possuímos, estimadas em oito milhões de toneladas, do melhor minério de ferro do mundo — cujo teor metálico atinge a 69%. Esclareceu o representante mineiro que, para alcançar o seu objetivo, a «Hanna» visa liquidar a Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal que vem realizando a exportação de nosso minério. Recorreria para isso ao «dumping» aviltando o preço do produto no mercado internacional.

Toda a manobra da «Hanna» foi posta a nú pelo sr. Último de Carvalho e através dos apêndices dados por diversos deputados. «Querem um monopólio para exportar aquilo que não lhes custou nada — afirmou o representante pesadista — porque os terrenos das minas de Morro Velho, que vão de Sabará e Itabirito a Belo Horizonte, são de minério de ferro do mais alto teor metálico e pertencem à São João del Rey, tendo-lhes sido concedidas gratuitamente pelo Poder Público para a exploração de ouro. Agora querem exportar minério!»

Num aparte, o deputado trabalhista Ramon Oliveira declarou que a luta que há muito vem se travando para que seja posto em prática um Plano de Valorização do Vale do Rio Doce — que inclui a transformação deste rio em canal navegável — tem sido sabotada pelos agentes da «Hanna» no próprio Governo.

Outra gravíssima denúncia feita pelo sr. Último de Carvalho é a que se refere à constituição de uma empresa aparentemente nacional, com o testa-de-ferro Fernando Melo Viana à frente, que ficou com o passivo da São João del Rey Mining, enquanto a «Hanna» se dedicará unicamente à exploração do minério de ferro. «Trama-se entregar a Mina de Morro Velho ao Governo para que ele indenize os empregados. Levaram o ouro, comeram a carne e deixam os ossos para a Nação brasileira». Só de obrigações com os trabalhadores, esse passivo atinge a cerca de 1 bilhão de cruzeiros.

O deputado Último de Carvalho foi entusiasticamente apoiado por vários deputados, entre os quais os srs. Vasconcelos Torres, Oswaldo Zanello, Lício Hauer, Ramon Oliveira, Carmelo Dagostini, Fernando Santana e Yukishige Tamara.

## Nota Econômica

A revolução burguesa no Império Nipônico, iniciada com a queda do shogunato Tokugawa e com a restauração Meiji, além daqueles aspectos que são comuns ao desenvolvimento do capitalismo em qualquer país, também apresenta peculiaridades que não se encontram na história do resto do mundo subdesenvolvido. Uma destas peculiaridades consiste no fato de que, em meados do século XIX, quando se iniciou a revolução burguesa no Japão, as potências imperialistas, ocupadas em sugar as riquezas das suculentas colônias e semicolônias na Ásia, África e América Latina, não tinham forças nem aptidão para lançar-se sobre um território pobre como o do Japão.

Quanto tempo, porém, duraria tal situação? Esta pergunta foi feita pela nascente burguesia industrial japonesa, que se atirou à industrialização do país a ritmos tão velozes como não conheceram mesmo a Inglaterra e os Estados Unidos no período da revolução industrial. Em pouco mais de três décadas, de país subdesenvolvido, o Japão tornou-se imperialista e durante a última guerra mundial chegou a sujeitar grande parte da Ásia.

A derrota dos imperialistas japoneses criou um quadro completamente novo: o Japão passou à condição de país ocupado pelos imperialistas norte-americanos, que ainda hoje também impõem aos japoneses um pesado jugo econômico. Entretanto, aqueles fatores históricos que estão à base da velocidade industrialização, no passado, não desapareceram e no pós-guerra a indústria japonesa retomou os ritmos de crescimento. Em nenhum outro país capitalista, a indústria se desenvolveu neste pós-guerra com a velocidade observada no Japão. O incremento médio anual da indústria é de 8 por cento, só superado pelos países socialistas. De acordo com dados das Nações Unidas, o Japão apresentava, em 1956, os seguintes índices em alguns setores básicos da produção industrial: ferro gusa, 6 milhões, 264 mil toneladas (6º lugar no mundo); aço bruto, 11 milhões, 108 mil toneladas (6º lugar); energia elétrica (produção), 73,5 bilhões de kWh (6º lugar); cimento, 10 milhões de toneladas (7º lugar); consumo de combustível comercial e energia elétrica (equivalente em carvão), 97 milhões, 625 mil toneladas (8º lugar). De então para cá, esses índices têm sido superados e em alguns casos, tem melhorado a posição relativa do país.

Segundo alguns economistas japoneses, de imediato não há problemas para o aumento da produção japonesa, mas o mesmo não se poderá dizer das previsões a médio e longo prazo. Efectivamente, o aumento da produção está condicionado pelo aumento do consumo e, no caso do Japão, o con-

sumo tem duas sérias limitações: de um lado, os baixos salários pagos aos trabalhadores da indústria, e as baixas receitas dos agricultores (decorrentes de uma maior desproporção entre o ritmo de aumento da produção industrial e o da produção agrícola); do outro, as dificuldades para colocação de produtos exportados, seja em consequência da concorrência de outros países, seja devido à deformação do comércio exterior imposta pelos Estados Unidos. No que se refere ao primeiro dos aspectos acima, basta dizer que a renda per-capita no Japão, foi, em 1956, de 226 dólares (aproximadamente a do Brasil), isto é, um sexto ou um sétimo da renda per-capita nos Estados Unidos, um quinto ou um terço da da Inglaterra, Alemanha Ocidental, ou França. E, portanto, na exploração cruel dos trabalhadores que o capitalismo japonês encontra uma das principais fontes para o seu crescimento, mas que, ao mesmo tempo, é um sério obstáculo à sua expansão posterior.

Quanto ao comércio exterior, no quadriênio 1956-1959 (de acordo com o Boletim nº 10, deste ano, da Embaixada do Japão no Brasil), as importações japonesas (14 bilhões, 585 milhões de dólares) superaram as exportações (12 bilhões e 10 milhões de dólares) em mais de 2 bilhões e 500 milhões de dólares. Esse déficit de apenas quatro anos é uma constante no comércio exterior japonês do pós-guerra. Como é coerente? Até aqui tem sido principalmente através do recurso a outras fontes de moeda estrangeira, que não o comércio. São, antes de tudo, os «fornecimentos especiais» às tropas americanas de ocupação e às bases militares americanas na Ásia. Entretanto, como assinala a mesma publicação, essa receita vem diminuindo de forma aguda nos anos recentes, tornando-se aparente que o Japão deve depender quase que totalmente do aumento de suas exportações a fim de equilibrar seus pagamentos internacionais.

Quê significa para o Japão o aumento das exportações? Significa, antes de mais nada, ajustar-se à nova realidade que surgiu na Ásia após a segunda guerra mundial e estabelecer com a China, com a República Popular Democrática da Coreia, com a República Democrática do Vietnã e com a poderosa e rica União Soviética relações de bom vizinho, mutuamente proveitosas. Para o Japão, mais que uma alternativa é um imperativo restabelecer os antigos vínculos econômicos com o continente, mas sob bases novas.

E' evidente que tal política não pode ter como instrumento aviões U-2 e a nação japonesa demonstra compreender essa realidade na sua violenta oposição ao imperialismo norte-americano.

# Dicionário

## Trocas Não Equivalentes

Diferentemente da economia natural, onde os produtos se destinam ao consumo imediato dos próprios produtores (por exemplo: milhares e milhares de pequenas rocas, pelo interior do Brasil), a economia mercantil baseia-se na produção de mercadorias destinadas a troca, ou à venda, no mercado. Essa troca de mercadorias não se faz arbitrariamente, mas segundo uma lei econômica, a lei do valor. De acordo com a lei do valor, uma mercadoria é trocada por outra de valor equivalente. Por sua vez, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que se faz necessária, segundo uma média social, para produzir aquela mercadoria. Em geral, as trocas de mercadorias, tomadas individualmente, não observam essa equivalência de valores; no conjunto, porém, a lei se faz sentir, porque o que os produtores ganham é compensado pelo que outros perdem nas transações isoladas. E, no fim, o valor permanece o mesmo. Esta é, por assim dizer, a normalidade no capitalismo, onde as relações mercantis são reguladas espontaneamente, através do mercado.

Coisa diversa, porém, é o que se passa nas relações entre os países imperialistas e os países menos desenvolvidos, semicolônias, ou dependentes. Aqui, as trocas são equivalentes são um elemento constante e unilateral. Isto é, prejudicam sistematicamente os países menos desenvolvidos, e, consequentemente, só beneficiam os países imperialistas. Tal fato é hoje universalmente reconhecido e consiste essencialmente no seguinte: a cada ano que passa, os países menos desenvolvidos têm que entregar mercadorias de um valor cada vez maior, para receber dos países imperialistas mercadorias do mesmo valor que antes. Por exemplo: se há 50 anos o Brasil podia pagar, digamos, uma locomotiva com 10 mil sacas de café, hoje, para comprar a mesma locomotiva, terá que pagar 16 mil sacas de café, ou o que é o mesmo, os antigos 10 mil sacos dão hoje para comprar apenas pouco mais de metade de uma locomotiva. Em outras palavras, os povos dos países menos desenvolvidos têm que inverter mais trabalho hoje, do que ontem, para adquirir mercadorias do mesmo valor aos países imperialistas. Essa espoliação é facilitada pelo fato dos países menos desenvolvidos exportarem geralmente produtos primários e matérias-primas, importando em troca, produtos manufaturados dos países imperialistas.

Um estudo sobre as trocas não equivalentes está contido no suplemento «A inflação no Brasil: suas causas, seus efeitos e meios de combatê-las», publicado junto com o número 54 de NOVOS RUMOS (o primeiro deste nova fase). Trabalho da ONU citado no mencionado estudo diz o seguinte: «Os dados estatísticos gerais existentes indicam que a partir da última metade do século XIX até às vésperas da Segunda Guerra Mundial — um período de bem mais de meio século registrou-se uma tendência secular para a queda dos preços dos produtos primários, em relação aos preços dos artigos manufaturados. Em média, uma certa quantidade de produtos primários exportados pagava, ao final desse período, apenas 60% da quantidade de artigos manufaturados que a mesma quantidade adquiria, no início do período».

Assim, tomando-se como base as relações de troca existentes no triênio 1910-1912 (isto é, mantidos os preços médios das exportações e importações verificadas naqueles três anos), determina-se que as perdas do Brasil no seu intercâmbio comercial com o exterior elevaram-se a 18 bilhões de dólares! As perdas, portanto, foram maiores que o total de investimentos brutos feitos no Brasil (16,6 bilhões de dólares) num período de desenvolvimento industrial intenso como o que vai de 1939 a 1952? Tomando apenas um dos nossos produtos de exportação — o café — encontraremos o seguinte: se o preço médio do café no triênio 1952-1954 não tivesse sido rebaixado, o Brasil teria recebido mais 1 bilhão e 450 milhões de dólares no último quinquênio (1955-1959).



# Objetivos da “Hanna”

Eis os objetivos que a Hanna, contando com os bons serviços de entreguistas como Lucas Lopes e Roberto Campos, pretende atingir contra os interesses do Brasil:

- Monopólio das exportações de minério de ferro, com a liquidação dos exportadores brasileiros através do «dumping». Liquidação da Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal brasileira.
- Embarcamento exclusivo do minério, colocado acima do controle das autoridades brasileiras.
- Domínio do transporte marítimo do minério de ferro e do carvão, através do afastamento dos

demais concorrentes mediante fretes inicialmente mais baixos.

- Controle das nossas importações de carvão, através do domínio do mercado de fretes marítimos.
- Controle da produção de alumínio, levando ao estrangulamento das indústrias nacionais desse ramo.
- Domínio da Estrada de Ferro Central do Brasil, com o transporte do seu minério de ferro à base de preços especiais. Conta a Hanna para isso com uma quinta-coluna montada na própria direção da Central.
- Compra e domínio das reservas de manganês para fazer face

aos seus competidores e implantar, em seguida, o monopólio.

E' contra essas pretensões do truste norte-americano, apresentadas pela primeira vez por Mr. Humphrey, quando secretário do Tesouro dos Estados Unidos ao sr. Juscelino Kubitschek, que se ergue um movimento cada vez mais amplo de protesto em todos os círculos responsáveis do país.

As forças nacionalistas estão firmemente empenhadas em impedir que se pratique contra os interesses do Brasil o assalto tramado pelos imperialistas e seus agentes como Lucas Lopes, Roberto Campos e João Pinheiro.

# Tribuna de Debate

VALTER POMAR

## Política Revisionista e Capitulação Ideológica

Considero os atuais debates no Partido de suma importância para o movimento revolucionário brasileiro. Por isso mesmo sou de opinião que o tempo destinado à discussão é curto demais para que se possa aprofundar problemas tão complexos como os que o Partido tem atualmente pela frente.

Concordo, em seus aspectos fundamentais, com a análise feita pelo camarada Grabois em seus artigos, assim como com as soluções que apresenta. Acho que a orientação que vem sendo imposta ao Partido desde inícios de 1958 é, em essência, uma orientação oportunista de direita, de fundo revisionista, tendo o sentido de desarmar o Partido, política e ideologicamente, para a luta revolucionária.

As Teses fazem um balanço unilateral da atividade do Partido, nada ou quase nada se falando da orientação seguida nestes dois últimos anos. Por exemplo, a Tese 63 afirma, sem provar, que a prática comprovou que a Declaração é justa em seus aspectos essenciais, enumerando a seguir os erros de direita e de esquerda surgidos na execução da linha. É de grande importância, portanto, para o Partido, estudar se somente houveram tendências de direita e de esquerda na aplicação da Declaração, ou se o conteúdo da própria Declaração e a atividade prática dela decorrente é que possuem um sentido nitidamente de direita, de fundo revisionista. Penso que nesse estudo não devemos nos ater somente ao que está escrito na Declaração e nas Teses, mas também à prática destes dois últimos anos de atividade e ao que produziram neste período, e mesmo antes, os atuais defensores da linha política diretista.

Lenin, em seu trabalho «Marxismo e Revisionismo», pos a nu a essência do revisionismo:

«O complemento natural das tendências econômicas e políticas do revisionismo é sua atitude frente à meta final do movimento socialista... A meta não é nada, o movimento é tudo; esta pequena frase engenhosa de Bernstein expressa a essência do revisionismo melhor que muitas reflexões extensas. Determinar seu comportamento de um caso para outro, adaptar-se aos acontecimentos do dia, às vicissitudes das minúcias políticas, esquecer os interesses cardiais do proletariado e os traços fundamentais de todo o regime capitalista, de toda a evolução do capitalismo, sacrificar estes interesses cardiais graças às vantagens reais ou supostas do momento: isso é a política revisionista.» (Obras Esc., tomo I)

Toda a preocupação das Teses, assim como da Declaração, é integrar o Partido no «curso» atual de desenvolvimento (capitalista); em torno disso vem se baseando a política do Partido nos últimos tempos. Apesar de todas as manobras que os camaradas defensores das Teses e da Declaração aplicam, são sempre obrigados a chegar a esse ponto. Eis o que o camarada Gorender, depois de referir-se às camaradas Grabois e Pedro Pomar em seu artigo «Crítica ou Falsificação?» afirma:

«As Teses... não se limitam a acusar, do ponto de vista do proletariado, o desenvolvimento capitalista no Brasil. Do mesmo ponto-de-vista estudam as premissas objetivas e subjetivas já dadas na situação atual, de um curso econômico e político em sentido oposto, orientado para a completa emancipação e para as transformações estruturais exigidas pela presente etapa da revolução. Este curso de desenvolvimento independente e progressista — exposto, de modo sistemático, nos capítulos VI e VII — implica, para ser conduzido até o fim, na conquista da hegemonia do proletariado...»

Os capítulos a que o camarada Gorender se refere têm as seguintes afirmações em algumas de suas teses: «Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente...» (Tese 32; grifo meu — VP). «A conquista de reformas de caráter antimonopolista e democrático é possível nos quadros do regime atual...» (Tese 35; grifo meu — VP). Assim, não se sabe que «curso» é esse oposto ao desenvolvimento capitalista, «dentro do regime vigente», de que fala o camarada Gorender. A verdade, porém, por mais que se esforcem os camaradas Gorender, Nicolau Abrantes e Mário Alves em provar o contrário, é que as Teses, como a Declaração, abandonam os objetivos revolucionários do proletariado; o «curso» de desenvolvimento é tudo! Bernstein é o mestre.

O próprio camarada Gorender, num artigo publicado no nº 34 de Estudos Sociais, situando-se sempre no ponto de vista da orientação traçada pela Declaração de março de 1958, demonstra todo o caráter capitulationista, em essência revisionista, dessa mesma orientação. Será bom que nos detenhemos um pouco nesse trabalho do camarada para mostrar que a conciliação de classe não se cingiu ao terreno político, mas estendeu-se também ao terreno ideológico.

Tudo o esforço do camarada Gorender se concentra no sentido de demonstrar que a burguesia brasileira é capaz de elaborar uma filosofia progressista. Logo de início, alega-se com a afirmativa do sr. Guerreiro Ramos de que «os antagonismos essenciais da sociedade brasileira são atualmente os que se exprimem na polaridade «estagnação» e «desenvolvimento», e ainda «nação» e «continuação»... «Para o camarada Gorender o sr. Guerreiro Ramos «alcança... uma contradição essencial inerente ao atual processo histórico brasileiro... «esta contradição tornou-se a principal...» «Trata-se de uma contradição que polariza a nação em desenvolvimento, com suas forças progressistas e revolucionárias em

expansão (dentro dos marcos capitalistas, únicos possíveis no momento)...» («Correntes Sociológicas no Brasil» — Jacob Gorender, Estudos Sociais 3/4)

Em primeiro lugar, agora estamos em dúvida sobre a paternidade da contradição «principal» entre as «fundamentais»: se o sr. Guerreiro Ramos no livro «Críticas» por Gorender, se Agildo Barata em seu artigo-plataforma na Voz Operária durante os debates de 1956/57, ou se a Declaração. Em segundo lugar, fica claro que ninguém está falsificando os termos da Declaração, das Teses ou das afirmações de seus defensores. Trata-se mesmo de limitar, desde logo, a expansão das forças revolucionárias «dentro dos marcos capitalistas». Dessa forma, o único «curso» que nos cabe, faça o camarada Gorender as prestidigitações que fizer, é ajudar o desenvolvimento capitalista, «elemento progressista» por excelência da economia brasileira», ou se quiser, o «progressista e dinâmico» (o que, no final das contas, dá no mesmo). O que é isso senão a política revisionista, da qual falava Lenin?

Mas, sigamos adiante. Partindo da inevitabilidade do desenvolvimento capitalista como o único possível para a sociedade brasileira na atual etapa, o camarada Gorender procura, demonstrando uma ausência de posição de classe bastante clara, englobar os sociólogos brasileiros num todo único:

«Já diante dos sociólogos brasileiros, que procuram dar «funcionalidade», como se expressa aquele professor do ISEB, à sua ciência, se apresenta o imperativo de ascender audaciosamente no plano teórico (grifo meu — VP) a fim de captar os processos fundamentais e as necessidades históricas de nossa sociedade. Ascender no plano teórico significa elaborar os critérios na esfera das categorias, dos princípios metodológicos e da temática, que conduzem à interpretação da realidade social brasileira com o objetivo de transformá-la.»

Temos diante de nós uma prova flagrante de capitulação. Primeiro, ausência total de posição de classe do proletariado (aliás, uma constante do artigo); depois, verdadeira negação do marxismo como ciência que resolveu teórica e praticamente o problema do desenvolvimento histórico da sociedade. Só o fato de supor que os sociólogos da burguesia brasileira (e não é a outros que o camarada se refere, como veremos mais adiante) possam se elevar a planos teóricos mais elevados, já constitui uma deformação nada coerente com os princípios marxistas que o camarada Gorender proclama defender.

Porém, o próprio camarada Gorender não acredita lá muito na vitalidade de ascensão dos sociólogos do ISEB e procura chamar à razão o sr. Guerreiro Ramos, pois suas idéias «apenas se aproximam da solução, sem atingi-la. Ficam a meio caminho...» O camarada, no entanto, não explica porque tais ideólogos são inconseqüentes, mas reconhece que o sr. Guerreiro Ramos e demais isebistas, ideólogos da burguesia de um país subdesenvolvido, inspiraram-se, para criar sua «redução sociológica», na «redução fenomenológica» de Husserl que tentou, como muitos outros confusionalistas ideológicos, superar a contradição entre o materialismo e o idealismo. Assim — é o próprio camarada Gorender quem afirma — «o sr. Guerreiro Ramos se apóia... num péssimo suporte filosófico...»

Como podem tais ideólogos, apoiados num suporte desse tipo, criar algo de progressista no campo filosófico ou sociológico? Como podem elevar-se a planos teóricos mais elevados? A essas perguntas, talvez também sob a influência da fenomenologia de Husserl, o camarada Gorender responde com o excepcionalismo brasileiro: esse é um «fenômeno bem brasileiro», onde a «burguesia de um país subdesenvolvido que ainda tem um papel progressista a desempenhar vai «ascender no plano teórico» mesmo apoiada na «filosofia decadente da burguesia imperialista». (Os trechos aspeados são do camarada Gorender). Dessa forma, estamos frente a uma contradição da qual só a capacidade de malabarista do camarada poderá nos tirar: os alitercos estão péssimos, mas ainda é possível colocar mais andares no edifício. Trata-se, sem dúvida, de uma engenharia «suí generis»...

Raciocinando dessa maneira, o camarada Gorender volta à carga no sentido de demonstrar que a burguesia brasileira possui, na atualidade, «tarefas mais elevadas, mais amadurecidas do que no século passado» e que, portanto, é sómente por uma infelicidade que o existencialismo, produto ideológico da «degradação reacionária» da burguesia europeia seja justamente a mercadoria que os «intelectuais burgueses do presente» transplantam para o nosso país e de onde procuram «extrair a superestrutura ideológica de um movimento que, mesmo dentro dos marcos burgueses, se volta para a emancipação nacional e o progresso social».

Em lugar de pôr a nu a incapacidade da burguesia brasileira em criar uma sociologia progressista nacional, coisa que mesmo nas condições do Brasil só o proletariado é capaz, o camarada Gorender mostra-se impotente para sair dos marcos burgueses de sua capitulação. E, um tanto desesperado ante essa sua impotência, deblatara:

«Voltamos à questão original: onde encontrar a teoria sociológica adequada ao estudo científico do devenir essencial da sociedade brasileira, com tudo que ela tem de próprio, de particular...»

Apesar de se declarar marxista mais adiante, o camarada está procurando a sociologia adequada ao estudo da sociedade brasileira. E em parte tem razão, porque o marxismo como teoria exata, cujos princípios gerais já foram univer-

salmente comprovados como aplicáveis a todos os países, contraria os pontos de vista econômicos, políticos e filosóficos do camarada Gorender em relação ao «fenômeno bem brasileiro». O camarada Gorender confunde a aliança política do proletariado com a burguesia e o papel progressista, mas limitado, que esta pode exercer no campo político e econômico, com a aliança ideológica, coisa que jamais poderá ocorrer a não ser com o sacrifício da independência de classe do proletariado.

Fica claro pois, mais uma vez que o camarada Gorender abandonou as posições de classe do marxismo e capitulou conscientemente à ideologia burguesa. Suas críticas ao sr. Guerreiro Ramos não passam de um chamamento amigável para que ele supere suas limitações, «dentro dos marcos burgueses». Aos esforços dos ideólogos do ISEB para «combinar o existencialismo ao marxismo» o camarada se contenta em afirmar que «seria um dos piores pontos-de-partida para chegar a uma teoria sociológica íntegra e correta». É como quem diz: «Não sejam burros, sr. isebistas! Há outras teorias mais adequadas para superar o marxismo».

O camarada tenta achar uma teoria acima do marxismo e do existencialismo para o caso genuinamente brasileiro. Mas, dessa feita, notou ter voado alto demais e procura dar um passo atrás ao criticar os ideólogos do ISEB por tentarem «extrapolarem a aliança política para o plano da ideologia», extrapolando essa que «consiste em ganhar para a ideologia da burguesia» as grandes massas. «Daí porque o proletariado — afirma o camarada Gorender — aliando-se à burguesia não só deverá permanentemente defender-se da exploração capitalista, como empenhar-se, no seu papel de força de vanguarda, por um curso consequente da revolução antimonopolista e antifeudal».

O recuo, porém, não foi muito feliz. Que outra coisa fez o camarada em seu artigo senão «extrapolarem a aliança política para o plano da ideologia? Além disso, apesar da declaração formal do papel de vanguarda do proletariado, o camarada Gorender continua limitado por suas concepções revisionistas e reformistas. Obscurecer o objetivo do proletariado na atual etapa da revolução, dando-lhe somente a tarefa de empenhar-se por um «curso consequente» que não se sabe bem qual possa ser «dentro dos marcos do capitalismo» ou do regime vigente significa na prática a renúncia do papel dirigente do proletariado. Dessa maneira, o recuo não passou de uma manobra para tentar fazer passar gato por lebre.

Perdoem-me os camaradas se me estender demais sobre o trabalho de J. Gorender. No entanto, é se entra com a orientação traçada na Declaração e agora reafirmada pelas Teses, tendo por objetivo inculcar nos militantes comunistas as seguintes conclusões fundamentais:

Primeiro. Que a contradição entre a «nação» brasileira e a «continuação» (ou «desenvolvimento» e «estagnação») tornou-se a principal no atual processo histórico brasileiro e que tal contradição só pode ser resolvida dentro dos marcos capitalistas, únicos possíveis;

Segundo. Que, dessa forma, as forças progressistas e revolucionárias da nação devem, inevitavelmente, ser dirigidas pela burguesia;

Terceiro. Que a burguesia brasileira, representante do sistema econômico progressista por excelência na atual etapa histórica do país, tem todas as condições para elaborar uma sociologia progressista, apesar de apoiar-se numa base filosófica decadente e reacionária, e que deve ser justamente essa teoria sociológica que nos levará a determinar, cientificamente, o caminho da sociedade brasileira.

Tais conclusões tem norteado a orientação da direção do Partido nos últimos anos. As críticas dos militantes e de vários dirigentes os defensores da atual linha política respondem com uma pergunta: — Onde está escrito, em que documento? numa vã tentativa de fugir à autocrítica que deles exige o Partido. Mas, agora que estamos mostrando onde está escrito, qual será a atitude dessas camaradas? Será uma atitude comunista, de princípios? É o que esperamos.

Lenin sempre ensinou ao Partido que em questões de princípios não se pode transigir o mínimo que seja. A defesa do marxismo-leninismo, a única teoria social capaz de indicar aos povos — e também ao brasileiro — o caminho da emancipação e do progresso, é uma questão de princípios. A essa questão fugiu um dos mais ardorosos defensores da Declaração e das Teses, o camarada Gorender, ao capitular frente à ideologia burguesa. A essa questão também tem fugido a atual direção do Partido ao abandonar completamente o trabalho de educação dos militantes e ao deixar circular livremente no Partido idéias extranhas ao proletariado. Espero, no entanto, que tais camaradas se convencam de que tais camaradas se convencem de queão prejudicial vem sendo essa orientação e, nos debates de agora, modifiquem suas posições.

Sou de opinião que todos os camaradas devem procurar estudar com profundidade as Teses a fim de apreender e pôr a nu seu caráter oportunista de direita, revisionista em essência. Quanto a mim, estou convencido de que é necessário dar ao Partido uma nova orientação que se coadune, não com os erros do passado como querem fazer crer alguns camaradas, mas com o verdadeiro passado glorioso de lutas e abnegação dos comunistas brasileiros, passado isso tão deturpado e negado pelas Teses.

OTTO ALCIDES OHLWEILER (R.G.S.)

## As Relações Dos Problemas Nacional e Agrário

A discussão que presentemente se trava no Partido não revela discrepância com relação à caracterização da atual etapa da revolução brasileira. Todavia, profundas divergências aparecem quando se trata de definir as relações dos objetivos estratégicos e táticos do proletariado na revolução brasileira, mais concretamente as complexas questões da frente única antimonopolista e democrática, o tipo de alianças que o proletariado deve forjar para alcançar seus objetivos, o problema do poder e outros com esses relacionados.

A elaboração da linha política do Partido deve partir necessariamente da análise, segundo o critério dos interesses da classe operária, da realidade brasileira e suas vinculações com a conjuntura mundial de nossos dias.

É indubitável que o país atravessa um notável surto de desenvolvimento econômico. Ignorar o processo de expansão capitalista constituiria, érrico crasso. Entretanto, não menos perigoso seria aceitar o tipo de desenvolvimento econômico operando-se no país como o único caminho através do qual pudessem avançar as forças produtivas ainda sob o regime capitalista, caso em que, então, não restaria ao partido revolucionário da classe operária outra tarefa que a de ajudar a impulsionar a evolução do capitalismo tal como ele se processa.

Tão ou mais importante do que constatar o fenômeno é, certamente, assinalar e ter em conta as peculiaridades do desenvolvimento capitalista em curso no Brasil. A primeira peculiaridade é que a expansão do capitalismo está se realizando nos marcos da dominação imperialista, notadamente do imperialismo norte-americano, e da manutenção do monopólio da terra. A segunda peculiaridade, determinada pela redução do campo de investimento dos países imperialistas, é a intensa participação do capital estrangeiro, através de maciças inversões diretas, nos setores básicos da economia brasileira, com a colocação de considerável parcela de capitais nacionais sob a influência dos monopólios estrangeiros e, mais ainda, a associação dos investidores estrangeiros com capitalistas brasileiros através da formação das empresas mistas.

Um desenvolvimento econômico com tais características está beneficiando particularmente os monopólios norte-americanos e as classes dominantes. Sem romper com os aspectos negativos da estrutura econômica tradicional, pelo contrário adaptando-se à dominação imperialista e às relações pré-capitalistas determinadas pelo latifúndio, o tipo particular de desenvolvimento capitalista que se processa no país é exatamente o mais penoso para as massas trabalhadoras, para as quais se torna cada vez mais insuportável as difíceis condições de vida impostas pela inflação ou seja o desenvolvimento a custo do povo. É isso que ocorre quando a presença do campo socialista em crescimento abre as mais amplas perspectivas para o desenvolvimento independente e progressista da economia dos países atrasados. Não obstante os sacrifícios impostos ao povo no momento, os setores interessados na propaganda do desenvolvimento, a custo do povo procuram criar um falso clima de euforia, que não deixa de refletir-se também no Partido através de manifestações tendentes a exaltar os aspectos positivos do processo capitalista, de superestimá-lo na sua condição de fator progressista e dinâmico da economia brasileira, de apresentá-lo como elemento determinante da democratização da vida política, etc.

O Brasil se mantém na condição de país subdesenvolvido e dependente. A eliminação dos entraves que se opõem ao progresso importa em libertar o país do jugo do imperialismo norte-americano e suprimir o monopólio da terra. Isso significa que a atual etapa da revolução brasileira é antimonopolista e antifeudal, nacional e democrática. Uma das mais sérias divergências que o debate vem revelando é a concernente às relações entre os aspectos antimonopolista e antifeudal da etapa da revolução. A partir da Declaração de Março de 1958, ganhou corpo no Partido a tendência mecanicista de separar os problemas nacional e agrário, de que a manifestação mais veleidada é a que consiste em atribuir à luta antimonopolista a condição primordial com a consequente subestimação do problema agrário.

Em nosso entender, a tendência de dissociar artificialmente os problemas nacional e agrário já está implícita na própria formulação das duas contradições fundamentais da sociedade brasileira dadas na Declaração e nas Teses: a primeira, entre a nação e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos; e a segunda, entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra com as relações de produção nele baseadas.

A formulação da contradição tida como a primeira fundamental contrapõe a nação em conjunto, de um lado, e o imperialismo norte-americano, de outro, apoiado o último no que impresentemente se denomina agentes internos. A denominação é imprópria por mascarar o caráter de classe dos sustentáculos internos da dominação imperialista, que não podem ser identificados com um simples e pequeno grupo de traidores. Assim, poderiam ser conceituados os dirigentes políticos, administradores, advogados e publicistas vendidos aos monopólios estrangeiros, mas fundamentalmente a dominação imperialista se realiza através de um sistema de complexo entrosamento de interesses econômicos comuns unindo os monopólios estrangeiros com os latifundiários e os setores da burguesia áquelas vinculados. Não há, pois, uma contradição da nação, como um todo, e o imperialismo norte-americano. A dominação imperialista se contrapõe efetivamente ao proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. A formulação dada a chamada primeira contradição fundamental corresponde propriamente a um

caso especial, admitido por Mao Tse-Tung em sua conhecida obra «Em torno à contradição», o da agressão imperialista a um país quando então suas diferentes classes são capazes de se unir provisoriamente para fazer a guerra nacional contra o imperialismo.

Também não nos parece correta a formulação atribuída à pretendida segunda contradição fundamental. O crescimento das forças produtivas é, de fato, freado pelo monopólio da terra, mas não apenas por ele. A dominação imperialista conduz a graves deformações da economia brasileira: primeiro, porque ela é obrigada, em grande parte, a expandir-se de acordo com os interesses dos monopólios estrangeiros e não no sentido independente e progressista dos interesses nacionais; em segundo lugar, porque absorvendo parte considerável da renda nacional e parcela importante das divisas provenientes das exportações brasileiras, os monopólios estrangeiros dificultam a acumulação interna de capitais. Ora, se o crescimento das forças produtivas é também obstaculizado pela dominação imperialista, o correto será falar-se na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção atrasadas, baseadas no monopólio da terra e na dependência ao imperialismo.

O esquema das duas contradições fundamentais, nos termos apresentados pelas Teses, abre o caminho para a separação mecânica dos aspectos antimonopolista e antifeudal da revolução brasileira, portanto, à dissociação antidualística dos problemas nacional e agrário. A principal forma através da qual se manifesta a tendência de separar os problemas nacional e agrário é a que consiste em dar ao primeiro o caráter de primordial com relação ao segundo. O renegado Agildo Barata invocava, como argumento em favor da preponderância das tarefas antimonopolistas, o avanço mais rápido da luta antimonopolista em confronto com o movimento camponês. A observação do fato é correta, mas a constatação não pode, de forma alguma, ser elevada à categoria de uma lei da atual etapa da revolução e nem mesmo da fase inicial dessa etapa. Trata-se, isso sim, de uma debilidade do processo da frente única decorrente do grau incipiente em que se encontra, da fraca participação das grandes massas trabalhadoras e populares, especialmente os camponeses, e de não estar a direção ainda nas mãos das forças mais consequentes.

Alguns camaradas argumentam em favor do caráter primordial atribuído à contradição antimonopolista com a observação de Mao Tse-Tung, feita na obra já mencionada, segundo a qual todo processo envolvendo numerosas contradições, possui uma principal, que tem o papel decisivo, no passo que as demais ocupam um papel de segunda ordem. Esquecem, entretanto, de lembrar que o próprio Mao Tse-Tung, linhas antes, sómente reconhece a conversão da contradição entre o imperialismo e um país dependente em contradição principal no caso particular de agressão da parte do imperialismo, quando então passam trinitariamente a plano subalterno — em sua opinião — todas as demais contradições, inclusive a que em outras circunstâncias exerceria o papel de contradição principal, precisamente «aquela entre o regime feudal e as massas populares». Mao Tse-Tung mostra, ainda, que, em situações diferentes, quando as classes dominantes e o imperialismo se aliam para oprimir em comum as massas populares, podem exacerbar-se particularmente as contradições internas.

Nas Teses, a afirmação de que dentro das condições peculiares ao nosso país, desenvolveu-se mais rapidamente a corrente antimonopolista — representa, de certa forma, uma tendência de aceitar o avanço da luta antimonopolista com relação ao movimento camponês como uma decorrência necessária das peculiaridades brasileiras, mas, fundamentalmente, o caráter primordial dos objetivos nacionais da revolução é defendido com base na argumentação de que «na situação atual do Brasil, o desenvolvimento independente e progressista da nação, quer no plano econômico como político, entra em choque, em primeiro lugar, com a exploração imperialista norte-americana».

Ora, examinando-se a questão do ponto-de-vista econômico, não se pode fugir à constatação de que o crescimento das forças produtivas é, no mesmo tempo, obstaculizado pela dominação imperialista e o monopólio da terra. Além disso, a dominação imperialista e o monopólio da terra não são dois fatores atuando independentemente um do outro; pelo contrário, eles atuam intimamente vinculados. De outra parte, vista a questão no plano político, não se pode deixar de constatar o apoio recíproco que se presta entre os monopólios norte-americanos, de um lado, e os latifundiários e a burguesia vinculada ao imperialismo, de outro, os monopólios norte-americanos para poderem se apropriar de uma parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros e as forças reacionárias internas para conservarem seus privilégios de classe. Ressalta, assim, o flagrante artificialismo que caracteriza a tentativa de dissociar os aspectos antimonopolista e antifeudal da revolução brasileira. Artificiosa é, também, a conclusão de que o golpe principal das forças revolucionárias deve ser dirigido contra o imperialismo norte-americano e os agentes entreguistas que o apóiam, porque esta formulação mascara o caráter de classe dos sustentáculos internos da dominação imperialista. A contradição básica da formação econômico-social brasileira entre as forças produtivas em crescimento e as relações de produção atrasadas, determinadas pelo monopólio da terra e a dominação imperialista, coloca frente a frente, em posições antagônicas, a maioria do povo brasileiro, as classes e camadas sociais oprimidas, de um lado, e o imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos — os latifundiários e os setores da burguesia áquelas vincua-

dos. Portanto, os aspectos antimonopolista e antifeudal da revolução brasileira não podem ser encarados fora de suas vinculações recíprocas e o golpe principal das forças revolucionárias há-de ser dirigido contra o imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos, que, longe de ser um pequeno grupo de traidores, como pode levar a crer a expressão «agentes entreguistas», representam classes e camadas sociais bem definidas.

A dissociação dos aspectos antimonopolista e antifeudal da revolução brasileira, de que, em nosso entender, é expressão a tese da condição primordial atribuída ao problema nacional, conduz a distorções as mais perigosas para o futuro do movimento revolucionário. A primeira delas é a subestimação do problema agrário com seus reflexos no esquema da disposição das forças revolucionárias. Com a Declaração arriamos a bandeira da reforma agrária e a substituímos pela balbuciente palavra de ordem de «medidas de reforma agrária», ao mesmo tempo que incluíamos na frente única setores de latifundiários. Quanto às Teses, embora proclamem, em palavras, a necessidade de urgentes transformações na estrutura da propriedade da terra, elas deixam margem ao espontaneísmo na fórmula «a reforma agrária deve tornar-se a bandeira dos próprios camponeses» e insistem em situar na frente única setores de latifundiários, a pretexto de eventuais interesses em choque com o imperialismo norte-americano, quando, no caso, o essencial é ter em conta que o monopólio da terra coloca os latifundiários em antagonismo permanente com os camponeses. Na prática, a pretensão de alargar a frente única antimonopolista posterga a consigna da reforma agrária para as calendárias gregas e leva a subestimação do papel dos camponeses na revolução.

A subestimação do papel dos camponeses na revolução leva necessariamente a conceber-se — ou, pelo menos, a aceitar-se na prática — como base da frente única não a aliança operário-camponesa, mas a aliança operário-burguesa. É um equívoco tomar a burguesia em conjunto para apresentá-la como possuindo um caráter duplo. A parte da burguesia com interesses vinculados aos dos grupos imperialistas, nos setores da indústria, bancos e comércio exterior, esta é decididamente pró-imperialista. A burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez no poder, a burguesia nacional ou seja a parte da burguesia com interesses opostos ao imperialismo, compreendendo principalmente as capas média e pequena da burguesia industrial, abriga sentimentos antimonopolistas e antiferais. Porém a burguesia nacional, como qualquer outro setor da burguesia, vive antes e acima de tudo ao lucro, de sorte que, embora participando da luta pela libertação nacional quando não lhe resta outra saída, tende a conciliar com o imperialismo e a reação interior sempre que pode praticar as soluções mais medíocres e limitar sobre os ombros das massas trabalhadoras os onus da dominação imperialista e da estrutura agrária arcaica. A existência histórica contemporânea demonstra que nos países dependentes governados pelos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, a burguesia nacional não tomou o poder e não pôde tomá-lo, a não ser por meio de uma revolução socialista, a qual não pôde ser realizada sem a participação das massas populares. Mas, uma vez

# Tribuna de Debate

CAIO PRADO JÚNIOR

## As Teses e a Revolução Brasileira (III)

Trata-se, como se vê de proposições fragmentárias, casuísticas, esparsas, que se bem que em princípio representam verdades, não se enquadram em sistema algum de conjunto e não se subordinam a princípio geral a luz de que seja possível enfrentar adequadamente a infinita variedade de situações concretas que se apresentam e se podem apresentar. Além disso, são essas proposições formuladas de maneira fluida, ambígua, como se observava no emprego de expressões como "necessidade do país", "importações essenciais", sem nenhuma caracterização precisa. Finalmente, e mais importante ainda, as medidas propostas pelas teses para o fim de nortear a luta anti-imperialista são de todo insuficientes. Fosse elas adotadas integralmente — se é que existe algum legislador de agudeza jurídica tal, capaz de as traduzir em textos legais claros, precisos e aplicáveis desde logo na prática — e o Brasil ainda estaria muito longe de libertar-se do imperialismo, ou mesmo de desvincular-se do caminho da dependência econômica.

A primeira condição para uma política anti-imperialista eficaz, é a análise e conhecimento precisos da situação do imperialismo, das circunstâncias que condicionaram e favorecem ainda a exploração imperialista. Situar a questão em termos de saber exatamente a que se refere o imperialismo como que o gênio malféfico de que nos predissimos libertar, e isso "golpear", como dizem, as organizações e indivíduos que representam sob formas diretamente perceptíveis, as relações econômicas que constituem o sistema imperialista. Isso é errar por completo o alvo. É esse sistema que deve preliminarmente ser considerado, o seu mecanismo e dinâmica, a função que desempenha com respeito à economia brasileira. É preciso partir da análise, em suma, da maneira pela qual a economia brasileira se relaciona e enquadra dentro do sistema imperialista. Relacionamento e enquadramento esses de onde decorre a exploração imperialista que não provém da "maldade" dos capitalistas europeus e norte-americanos, ou de seus ídolos unicamente... É preciso ainda, do outro lado, não esquecer, como fazem as Teses, a dialética da contradição imperialista, as circunstâncias e situações econômicas em que essa contradição se manifesta e opera; bem como o elemento que nesse processo se contrapõe ao fato imperialista como sua negação: as forças atuantes de uma economia nacional em gestação e progressiva estruturação. Tivessem os elaboradores das Teses procedido, em profundidade, a essa análise, e não teriam por certo ficado nas pobres medidas que apresentam. Nem se orientariam, no geral e fundamental, como ainda teremos ocasião de ver, para a defesa do capitalismo, sob pretexto de que o capitalismo é, no Brasil, anti-imperialista.

Sem entrarmos em particularidades históricas que demandariam um desenvolvimento maior do assunto, observemos apenas que o Brasil se encontra no momento em que se desvincula de sua fase de dependência econômica com o imperialismo. Numa fase anterior, essas relações se fundamentavam na produção exportável para os centros do sistema imperialista, de produtos primários (matérias-primas e gêneros alimentares) que se compensavam comercialmente com a importação de bens de manufatura.

As inversões de capital estrangeiro se realizavam sobretudo nas atividades ligadas a esse comércio, seja nele diretamente (firmas, comerciais, bancos), seja indiretamente no aparelhamento das atividades que o serviam: produção agrícola e mineral, transporte (navegação, portos, estradas de ferro).

Numa etapa seguinte, a situação se complica. As empresas sediadas nos grandes centros industriais fornecedores das manufaturas que compõem as importações brasileiras, tendem a transferir suas atividades para o Brasil, e se estabelecem no país com filiais que passam a produzir aqui mesmo, em parte ou na totalidade, os artigos que antes nos remetiam suas matrizes. Isso acontece por diferentes motivos de ordem comercial, financeira, fiscal, etc., que não vamos aqui especificar, mas entre os quais destacamos pela particular importância que assume, o fato de contarem essas empresas, no Brasil, com mão-de-obra de menor custo e mais dócil, sem as exigências e agressividade do proletariado de seus países. É importante notar esse fato, porque uma das circunstâncias que contraria por muito para desenvolver a penetração imperialista de empresas que se estabelecem no Brasil, será por certo o ascenso das lutas do proletariado nacional. Uma política anti-imperialista precisa contar com esse fator.

Em consequência dessa transferência de atividades industriais, surge e toma grande impulso um outro tipo de inversões estrangeiras, antes limitadas sobretudo às atividades do comércio exterior brasileiro, e as ligadas à produção e mobilização das mercadorias que entram para aquele comércio. Esse novo tipo de inversões será em filiais ou prolongamentos das empresas fornecedoras das manufaturas do nosso consumo.

O Brasil assim se industrializa. Uma industrialização sui-generis, que não passa efetivamente de coleção desconexa de unidades industriais filiadas aos grandes trustes internacionais, simples extensões d'elles dentro do país, e que exploram diretamente como antes faziam indiretamente) os trabalhadores nacionais e o mercado de restritos setores da população brasileira excepcionalmente melhor aquinhoadas dentro do primilivismo e pobreza geral do país. Industrialização essa bem distinta daquela que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, e em algumas outras regiões diretas ou indiretamente associadas, em pé de igualdade, aquelas centros da economia capitalista de nossos dias, como em particular os domínios britânicos (Canadá, Austrália, ...). Nesses países a industrialização teve o sentido de uma ascensão geral do nível tecnológico, a substituição pela energia mecânica, de uma parte crescente do esforço humano dedicado ao conjunto das atividades produtivas e outras. É isso que fundamentalmente significou naqueles países referidos o processo de industrialização, muito diferente, como logo se vê, do que ocorreu entre nós com o surgimento de uma esparsa atividade industrial limitada a insignificantes setores do trabalho e da população do país.

Essencialmente, nas suas bases, a economia brasileira permanece a mesma. Continuamos a contar e significar

car alguma coisa no sistema econômico internacional de que participamos, como produtores e fornecedores de produtos primários aos países centrais do sistema. Esses produtos nos são pagos com o fornecimento que nos é feito por aqueles países, das manufaturas do nosso consumo, com a diferença que a troca se faz agora, em parte apreciável, com manufaturas produzidas aqui mesmo, mas pelas mesmas empresas estrangeiras através de suas filiais estabelecidas entre nós. Os pagamentos se liquidam também diferentemente. As divisas provenientes de nossas exportações de produtos primários serviam antes para pagar as importações de manufaturas. No novo sistema, usamos aquelas divisas para o pagamento, no exterior da remuneração das empresas matrizes que através de suas filiais nos fornecem aqui mesmo, aquelas manufaturas antes importadas.

Essencialmente, é por essa forma que a economia brasileira se relaciona e integra no sistema internacional do capitalismo, que é o imperialismo. E é ainda esse relacionamento que constitui o essencial e fundamental daquela economia, de que o mais, por enquanto, não é senão acessório e complementar.

Não vamos insistir aqui em todas as consequências de ordem econômica e financeira que resultam dessa situação e novo tipo de relações da economia brasileira dentro do sistema imperialista (1). Consequências essas que concorrem fortemente para manter a nossa economia, sob a óptica e com as insignificantes compensações de um progresso muito mais aparente e de fachada que real, num estágio inferior de desenvolvimento e sem possibilidade de atender efetivamente às necessidades da grande maioria da população brasileira, que só por influxo indireto e muito remotamente, é atingida por aquele aparente progresso.

É uma etapa histórica como essa que atualmente nos encontramos. O surto industrial que caracteriza a nossa evolução econômica dos últimos anos, tem essencialmente sua origem no estímulo proporcionado pelo afluxo de empreendimentos estrangeiros. Esse desenvolvimento superficial — porque de reduzido alcance e que rapidamente esgotará suas possibilidades, a continuarem as coisas como vão, segundo procurei mostrar no trabalho acima citado — está cheio de contradições graves cuja consequência principal é de deformar ainda mais a nossa economia, opondo embaraços à sua reorganização e estruturação sobre bases nacionais e suficientemente amplas para proporcionar uma substancial elevação dos padrões de vida do conjunto da população brasileira, e não apenas de insignificantes setores dela, como está acontecendo.

É por essa forma que se propõe uma política nacionalista, que deve ter por objeto, na base das contradições geradas a esse comércio, seja nele diretamente (firmas, comerciais, bancos), seja indiretamente no aparelhamento das atividades que o serviam: produção agrícola e mineral, transporte (navegação, portos, estradas de ferro).

Numa etapa seguinte, a situação se complica. As empresas sediadas nos grandes centros industriais fornecedores das manufaturas que compõem as importações brasileiras, tendem a transferir suas atividades para o Brasil, e se estabelecem no país com filiais que passam a produzir aqui mesmo, em parte ou na totalidade, os artigos que antes nos remetiam suas matrizes. Isso acontece por diferentes motivos de ordem comercial, financeira, fiscal, etc., que não vamos aqui especificar, mas entre os quais destacamos pela particular importância que assume, o fato de contarem essas empresas, no Brasil, com mão-de-obra de menor custo e mais dócil, sem as exigências e agressividade do proletariado de seus países. É importante notar esse fato, porque uma das circunstâncias que contraria por muito para desenvolver a penetração imperialista de empresas que se estabelecem no Brasil, será por certo o ascenso das lutas do proletariado nacional. Uma política anti-imperialista precisa contar com esse fator.

Em consequência dessa transferência de atividades industriais, surge e toma grande impulso um outro tipo de inversões estrangeiras, antes limitadas sobretudo às atividades do comércio exterior brasileiro, e as ligadas à produção e mobilização das mercadorias que entram para aquele comércio. Esse novo tipo de inversões será em filiais ou prolongamentos das empresas fornecedoras das manufaturas do nosso consumo.

O Brasil assim se industrializa. Uma industrialização sui-generis, que não passa efetivamente de coleção desconexa de unidades industriais filiadas aos grandes trustes internacionais, simples extensões d'elles dentro do país, e que exploram diretamente como antes faziam indiretamente) os trabalhadores nacionais e o mercado de restritos setores da população brasileira excepcionalmente melhor aquinhoadas dentro do primilivismo e pobreza geral do país. Industrialização essa bem distinta daquela que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, e em algumas outras regiões diretas ou indiretamente associadas, em pé de igualdade, aquelas centros da economia capitalista de nossos dias, como em particular os domínios britânicos (Canadá, Austrália, ...). Nesses países a industrialização teve o sentido de uma ascensão geral do nível tecnológico, a substituição pela energia mecânica, de uma parte crescente do esforço humano dedicado ao conjunto das atividades produtivas e outras. É isso que fundamentalmente significou naqueles países referidos o processo de industrialização, muito diferente, como logo se vê, do que ocorreu entre nós com o surgimento de uma esparsa atividade industrial limitada a insignificantes setores do trabalho e da população do país.

Essencialmente, nas suas bases, a economia brasileira permanece a mesma. Continuamos a contar e significar

ro insignificante de consumidores privilegiados. Observando-se com atenção o conjunto de nossa indústria, verifica-se que ela se acha, no final das contas, a serviço quase exclusivo desse tipo de consumidores. O resto do país se beneficia dela só muito indiretamente e por afastada repercussão.

Não se diga que esse é um momento inicial e inevitável do progresso industrial moderno, que sempre começa por se concentrar no serviço de reduzidos círculos de consumidores de alto nível, como se está dando no Brasil, para só depois se difundir por efeito do impulso dado por aquele ponto de partida. Não é isso que ocorreu na fase de industrialização preliminar (que é aquela em que nos encontramos) dos grandes países industriais da atualidade. Nesses países, tanto na Europa como nos Estados Unidos, o maior estímulo da industrialização, aquele que lhe imprimiu o primeiro grande impulso, foi entre outros da mesma natureza: a instalação de serviços públicos, as estradas de ferro em particular, que beneficiariam o conjunto da população. Por efeito direto e repercussão mais ou menos remota, a instalação das ferrovias em substituição das antigas comunicações, o que se fez num espaço mínimo de tempo, exigiu uma ampla mobilização de iniciativas, esforços, capitais e trabalho. E isso inaugurou a primeira grande etapa da industrialização contemporânea.

Não podemos aqui desenvolver a análise do assunto que referimos unicamente para contrastar o caso brasileiro (além da generalidade dos países do nosso tipo), fazendo ressaltar as suas particularidades que decorrem da natureza da estrutura econômica e social que é a nossa. A industrialização brasileira tomou de início um rumo, que no essencial se mantém, bem diferente daquele que se observa nos países pioneiros da industrialização moderna. Rumo esse que não leva o progresso tecnológico a se difundir pela coletividade, e tende a concentrá-lo em áreas e setores restritos da população.

É esse o sentido geral do nosso desenvolvimento econômico, que se prende a remotos e profundos fatores históricos, mas que a inclusão e participação da economia brasileira no sistema imperialista veio reforçar. Sentido esse que se trata de modificar, o que implica a remodelação e reconstrução a partir de suas bases, da nossa economia. É um quadro como esse que, a par da reforma agrária de que me ocupei anteriormente, se inscreve a luta anti-imperialista. Essa luta, que significa a separação e libertação da economia brasileira do sistema imperialista, e representa a remoção do principal obstáculo oposto à reconstrução dessa economia em novas bases, envolve assim uma tarefa de grande vulto que não se cinge, como parecem crer os elaboradores das Teses, a simplesmente "golpear" o imperialismo, atingindo-o em alguns de seus aspectos e efeitos mais aparentes que são as atividades das empresas estrangeiras, e mais particularizadamente ainda, segundo as Teses, das empresas norte-americanas que operam no Brasil.

Como ponto de partida e sentido geral da tarefa que assim se apresenta, destaca-se desde logo e em particular, a necessidade de tornar efetivo e rigoroso o monopólio estatal das transações financeiras com o exterior, uma vez que é por essas transações que se realiza o principal e fundamental entrelaçamento da economia brasileira com o imperialismo. Essa medida está prevista no item "c" da Tese 40. Mas de maneira superficial e incompleta. Não se diz ali, embora reconhecendo-as, quais, são muitas falhas do monopólio que é preciso corrigir, e não se considera a maneira de tornar o monopólio realmente efetivo. Doutra lado, não se analisam devidamente a forma e os fins com que o monopólio será empregado. Satisfazem-se as Teses, nesse ponto, com uma vaga referência a "critérios seletivos e prioritários derivados dos interesses nacionais." Não perceberam os elaboradores das Teses que a questão se prende precisamente à interpretação do que sejam "interesses nacionais..."

Assim por exemplo, a aplicação de divisas no pagamento de lucros, amortizações, royalties e outras formas de remuneração dos empreendimentos estrangeiros que operam no Brasil, parece a muitos como perfeitamente condizente com os interesses nacionais, pois aquela liberdade é condição do afluxo de capitais e iniciativas estrangeiras que de outro modo não procurariam o nosso país. As próprias Teses admitem essa aplicação de divisas para remessas exteriores efetuadas por empreendimentos estrangeiros, embora exigindo rigorosa restrição e esborçamento às necessidades do país (Tese 40 item b). Que rigoros será aquele, e que "necessidades" serão estas últimas? Como se vê, ficamos sempre na mesma.

O que falta aos elaboradores das Teses, mais uma vez, é uma análise atenta do assunto que abordam. A questão se esclarece e a maneira de se tratar se proporia desde logo, se se tivesse o cuidado de verificar as condições de aplicabilidade efetiva do monopólio cambial, bem como dos objetivos que essencialmente ele objetiva. Vejamos esses pontos. O monopólio cambial, que já foi muito mais severo, vem sofrendo sucessivas restrições que a pretensão de favorecer as inversões estrangeiras e de estimular as exportações, já quase o anularam. A brecha principal aberta no monopólio, foi sem dúvida o estabelecimento do câmbio livre, o que se deu em 1953, e se definiu expressamente a facilitar as remessas exteriores efetuadas por empresas estrangeiras operando no país. Pensava-se com isso, além justificadamente, mas não vantajosamente para o país, estimular as inversões estrangeiras e corrigir com isso o grande desequilíbrio do balanço das contas externas do país, naquela época gravemente comprometido.

Orientava-se então a nossa política econômica, como ainda se orienta, no sentido evidentemente paradoxal, de procurar o correivo dos desequilíbrios derivados da posição dependente da economia brasileira, acentuando ainda mais aquela dependência. A insuficiência de nossos recursos financeiros para fazer frente aos compromissos externos (importações, pagamento de juros de empréstimos, lucros, amortizações, fretes marítimos, serviços, etc.), insuficiência essa que salvo situações excepcionais (como a da Venezuela); é característica de países economicamente dependentes como o nosso, e não pode ser nelas eliminada, se pretenda corrigir criando novas fontes de compromissos externos, que seriam as inversões pelas quais, no futuro, pagaríamos um pesado tributo sob forma de mais juros, amortizações, etc.

A nossa política econômica e financeira deve dirigir-se no sentido da eliminação do maior número possível de compromissos externos, e não da ampliação d'elles. Ora uma das mais pesadas categorias de compromissos externos que se trata de eliminar desde logo, são os derivados das remessas exteriores feitas por empresas imperialistas. Tocamos aqui num ponto que se

GILVAN C. MELO (Pernambuco)

## Apologia do Capitalismo ou Negação do Marxismo?

O camarada Grabois tentando refutar as Teses — direito que lhe assiste — procura convencer o partido da justiça de sua posição, infelizmente o faz de maneira onde preconiza uma volta ao passado — modificando alguns pontos errados do Programa do IV Congresso. Como se a realidade brasileira estivesse estagnada, ou fosse a mesma de 1931. Seria mesmo, a negação da lei do desenvolvimento — Tese fundamental do marxismo-leninismo.

Devemos partir do princípio que existe uma sociedade brasileira objetiva, independente de nossa consciência, com leis objetivas e que não estão sujeitas à nossa vontade. O que um partido de vanguarda deve fazer, é justamente analisar esta sociedade, descobrir as leis que a regem e usá-las em benefício da classe operária. Será isto então oportunismo? Será apologia do Capitalismo? Ou então seria possível o Partido elaborar uma tática sem primeiro analisar a estrutura da sociedade brasileira, suas modificações, a influência da situação internacional; o que representa o Estado brasileiro; as classes que atuam na sociedade, suas origens e posições diante da Revolução brasileira? A estas questões o camarada Grabois responde na prática do ponto de vista idealista e não materialista. Parte da criação em sua consciência da forma de luta mais justa que o Partido deve seguir, quando cientificamente devemos atuar de acordo com as condições existentes e não criar fórmulas ou modelos em nosso pensamento e arbitrariamente querer aplicar a uma realidade onde não corresponde a tais fórmulas ou modelos.

De outro lado aborda os fenômenos de maneira metafísica e não dialética, procurando colocar os problemas um atrás do outro isoladamente, negando a tese fundamental do marxismo-leninismo: todo fenômeno ou objeto está em ligação recíproca; nada existe isolado.

Portanto, partindo de teoria falsa, negando no fundamental as teses mais importantes do marxismo, o camarada Grabois não teria outra saída que fosse a por ele encontrada. Estuda e mostra o Brasil isolado do mundo, não levando em conta a situação internacional onde as forças da Paz, da Democracia e do Socialismo são mais poderosas, influyendo poderosamente no processo de crescimento favoráveis às forças anti-imperialistas e democráticas no Brasil.

O camarada Grabois, «aceita» a realidade quando mostra que na estrutura do país tem havido modificações, surgindo no quadro da sociedade um desenvolvimento capitalista e em consequência apareceu duas classes novas: a burguesia e o proletariado. No entanto negando a realidade, quando esta nos tem mostrado no atual processo de desenvolvimento capitalista modificações na situação política e no crescimento da influência ideológica da burguesia isoladamente cada vez mais os defensores do feudalismo. Existe de fato uma ampliação das liberdades democráticas; isto só foi possível nesta etapa, quando os latifundiários estão sendo superados como classe, perdendo sua influência política.

A burguesia como classe exploradora e mais progressista, mais democrática por sua essência, do que o latifundiário com seus horizontes limitados. Ou será que o Grabois nega isto e prefere ficar voltado para o passado? Será então direitismo reconhecer uma realidade? Ou então ele entende por democracia nos marcos do sistema capitalista, o mesmo conceito de democracia na sociedade socialista? Ou pretende que as «teses» ao definir a etapa atual da revolução brasileira como anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática, analise o processo democrático do ponto de vista dos países socialistas?

O camarada Grabois não leva muito em conta a força da burguesia e o papel que esta representa, digo, desempenha na etapa atual. Ao pensar assim nega na essência a contradição existente entre setores da burguesia de um lado e os interesses dos trustes, principalmente norte-americanos de outro lado, que constituem verdadeiro entrave ao desenvolvimento independente da burguesia nacional como classe. Ora, se a burguesia sente nesta etapa o peso das dificuldades, causado pelo imperialismo norte-americano e toma cons-

ciência de seu papel como classe que aparece na arena da história, se esta sua posição coincide com os interesses da classe operária e de toda a nação; então surgiram condições reais, objetivas da classe operária e sua vanguarda, mantendo sua independência ideológica, política e orgânica, aliar-se à burguesia nacional para derrotar o inimigo comum da Nação brasileira.

O resultado desta luta dependerá da direção do movimento. Até onde ela for dirigida pela burguesia não será consequente; terá um caminho cheio de vacilações e conciliações, própria da burguesia como classe exploradora. Na medida que a classe operária e sua vanguarda assumirem a direção, o movimento seguirá um caminho consequente, pois somente a classe operária é revolucionária até o fim e será capaz de lutar por seus interesses de classe, defendendo ao mesmo tempo os interesses de toda a Nação brasileira. Mas essa direção não poderá ser conseguida com um simples desejo nosso, como afirma teoricamente Grabois. Essa direção dependerá mais e fundamentalmente de nossas forças, da grau de unidade da classe operária e na medida que sobermos atrair para nossas posições, camadas cada vez mais amplas da sociedade brasileira.

O camarada Grabois afirma que as «teses» coloca a burguesia nacional de maneira consequente, capaz de levar até o fim a revolução na sua etapa atual. Diz ainda, que a declaração de março é no fundamental uma linha de direita, um embelezamento do sistema capitalista e cria na massa operária uma ilusão na sociedade burguesa. Vejamos o que afirma as «teses»; Vamos então comparar com os argumentos do autor de «Duas concepções. Duas orientações Políticas». Ao definir o caráter da Revolução brasileira, depois de mostrar quais são as forças ou classes sociais que lutam para manter o processo de desenvolvimento em dependência do imperialismo norte-americano, quais as forças internas que apoiam esta política, as «teses» mostram bem claro as forças, classes, camadas e setores que se opõem à política de dependência diante dos monopólios norte-americanos; diz a «tese» 24: «Ao inimigo principal da Nação Brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura agrária retrógrada que tem apoio na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana que não pode expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. Incluem, também em determinadas circunstâncias, os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas no mercado interno; bem como os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos, e que são prejudicados por estes últimos».

Está bem clara a formulação da questão. Distintas, portanto, as questões que unem estas forças; apresentadas as camadas e classes com seus interesses bem definidos, diferenciando de modo evidente o papel do proletariado, não deixando qualquer dúvida no papel vacilante das outras forças que lutam exclusivamente por seus interesses de classe, com tendência bem acentuada de conciliação na medida que sejam satisfeitos seus interesses de classe, mesmo que estes venham se chocar com os de toda a Nação brasileira. Não há, portanto, formulação onde seja colocada a burguesia como força consequente, em pé de igualdade com o proletariado.

O que poderia deixar certa dúvida nesta questão é justamente, a formulação dada pelo camarada Grabois sem mostrar ou definir até onde a burguesia está realmente interessada em levar a Revolução brasileira. Vejamos o que diz ele no ponto 16: «São insensíveis e poderosas, porém as forças sociais que se opõem aos inimigos do povo brasileiro. Incluem o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana e a bur-

guesia nacional, além de outros elementos patrióticos. Todas estas forças estão interessadas na liquidação do domínio imperialista e na extinção do monopólio da terra».

Quem coloca em posição de igualdade a burguesia e Proletariado? Qual a burguesia que está sendo consequente, a formulada nas «teses», ou a do camarada Grabois? Qual a conciliação que cria ilusão na possibilidade da burguesia levar até o fim a Revolução Brasileira, inclusive em liquidar com o monopólio da terra, onde é mais patente a vacilação da burguesia?

Estou convencido que o camarada Grabois não pretendia chegar à síntese que formulei; bem pelo contrário, ele tinha necessidade de combater as concepções das «teses» de mostrar a burguesia nacional sem capacidade de desempenhar um papel na etapa atual da Revolução brasileira; de idealizar no seu pensamento uma classe operária e seu partido bastante forte, capaz de realizar, isoladamente, todas as transformações tomadas amadurecidas na sociedade brasileira. Mas, de tanto julgar as «teses» como linha de direita, revisionista, oportunista; de procurar embelezar as «teses» de todos os conceitos imagináveis que a caracterizam de defensora do Capitalismo, Grabois chegou a defender aquilo que ele pretendia existir na declaração e nas «teses». Passou de um lado para o outro; simplesmente uma contradição.

Nos, jovens, estudantes secundários, temos uma experiência prática que nos obriga a raciocinar pelo menos três vezes. Sofremos derrotas uma seguida de outra, as pequenas vitórias, quando conseguidas, eram vitórias devido mais os erros, falhas do adversário do que propriamente nossas posições justas.

Partilmos de análise falsa, fora da realidade e não poderíamos chegar nunca a formular uma tática onde correspondesse plenamente a realidade do movimento estudantil. Hoje, adotamos uma posição bastante diferente; aproveitamos o que havia de positivo no passado, sobermos, em tempo, fazer uma crítica àquelas posições negativas e caminhar por uma nova linha mais ampla e muito mais revolucionária. Sabemos o quanto é mais difícil ser um revolucionário no dia-a-dia, enfrentando os problemas surgidos a cada momento, num trabalho que muitos camaradas julgam sem importância. Adotamos uma posição nova, mais flexível, temos sabido agir as nossas reivindicações específicas com as lutas pela emancipação econômica da Nação.

No fundamental a linha exposta na declaração de março, tem melhor correspondido à realidade; quando acertamos aquilo que diz da aplicação correta, na prática, temos obtido vitórias. Essas vitórias, hoje, têm um saldo positivo bem elevado. Conseguimos consolidar o prestígio do órgão máximo dos secundaristas pernambucanos; de uma entidade de penetração limitada passamos a ter mais influência, inclusive no interior, onde temos um número bem elevado de entidades municipais filiadas ao órgão máximo do Estado.

São problemas ligados à nossa atividade prática que têm a força de mostrar quais os caminhos a trilhar, evitando os erros e somando maiores forças, unindo-as cada vez mais em torno de objetivos comuns.

Para finalizar estas breves argumentações — gostaria de prolongar — sinto-me obrigado a criticar os camaradas Mário Alves, Goreneder e Fragmon, São homens de responsabilidades, portanto, deviam ser os primeiros a travarem um debate em torno de princípios; de usar as páginas do nosso jornal no sentido de tornar o «Debate» o menos possível pessoal; refutar as teorias que julgam erradas; tentar mostrar em argumentações fraternas as posições, os pontos de vista considerados falsos. Estou plenamente convencido que somente desta maneira sairíamos vitoriosos e mais fortalecidos. Continuando como estão os debates poderiam afastar muitos desejosos de escrever que não o fazem temerosos de uma crítica em termos puramente pessoais.

Levando em conta minha pouca idade, compreendo os debates, como de alta responsabilidade para o partido. Mas, se os camaradas desejam tratar de casos pessoais que o façam, não nas páginas do jornal, mas numa mesa redonda onde possam resolver suas opiniões contrárias,

xas tarefas que se propõe na luta anti-imperialista.

Vejamos contudo, antes de ir adiante, quais as medidas necessárias para impedir a considerável sangria que representam para o Brasil as remessas de empresas imperialistas instaladas no país. Note-se que embora tais remessas constituam o item principal dos compromissos exteriores que se tratam desde logo de eliminar, há outras também igualmente nefastas, ou mais ainda, a serem suprimidas, inclusive as de capitalistas brasileiros, que seja para fins especulativos, seja para se assegurarem contra a desvalorização cambial da moeda, aplicam recursos no exterior. A primeira medida naturalmente que se impõe para estancar todas essas remessas exteriores, é a abolição do câmbio livre, cuja permanência torna impossível qualquer controle das transações financeiras com o exterior. Mas o câmbio livre tem um substituto imediato: o câmbio negro. É esse último, como a experiência mostra, só pode ser eficazmente combatido, com o controle, pelos órgãos estatais, das fontes de que o câmbio negro se alimenta. Essas fontes são essencialmente as transações comerciais com o exterior, em que o subfaturamento; as exportações, e o sobrefaturamento nas importações, geram as disponibilidades com que se opera o câmbio negro.

Trata-se portanto de controlar estritamente o faturamento, tanto na exportação como na importação. Ora esse controle, para ser realmente eficaz (a experiência também o demonstra claramente) só é possível com o monopólio estatal do comércio exterior. Esse monopólio, portanto, se impõe, sob pena de cair por terra todo o sistema do monopólio cambial, e se abrirem as portas não só para os prejuízos e perturbações financeiras que com ele se procura obviar, mas ainda para outras graves consequências a que leva a fraude cambial tornada incontrolável.

RAYMUNDO PEREIRA DE SOUZA (São Paulo)

# Tribuna de Debate

## A Frente Única Nacionalista e Democrática e a Educação Política e Ideológica de Nossas Fileiras

GIOCONDO DIAS

# Partido de Ação e Direção Coletiva

O projeto de Estatutos apresentado para debate não contém diferenças radicais em relação aos Estatutos aprovados no IV Congresso do PCB, naquilo que se refere aos princípios básicos de organização. Muitas das modificações propostas encerram, no entanto, problemas não só de forma, mas também de conteúdo.

Tentaremos, neste artigo, apreciar as modificações propostas que possibilitam a transformação do nosso Partido num partido de ação e — para que tal objetivo venha a ser alcançado — as que orlam as condições para que se aplique no Partido, de alto a baixo, o princípio da direção coletiva. Pois é sabido que um Partido de ação, isto é, um Partido ligado estreitamente às massas e capaz de realmente dirigi-las, ao mesmo tempo em que exige a mais ampla iniciativa e autonomia dos seus membros e de suas organizações, requer a mais rigorosa aplicação do princípio do centralismo democrático e, portanto, o pleno exercício da direção coletiva.

Nos Estatutos aprovados no IV Congresso essas questões não podiam ser tratadas com acerto. Predominava então a concepção antimarxista do Partido como uma seta, como um pequeno grupo de heróis que deve ser fatalmente obedecido pelas massas, como uma organização que se basta a si mesma e pode solucionar as grandes tarefas históricas dispensando a verdadeira ação das massas.

O centralismo democrático era sistematicamente violado, predominava uma excessiva centralização, os métodos mandonistas campeavam e as relações entre camaradas eram baseadas na desconfiância, numa grosseira interpretação das palavras de Lenin segundo as quais o Partido é a desconfiância organizada. Lenin, na verdade, referia-se ao fato de que os «Estatutos... representam a desconfiância organizada do Partido frente a todos os seus setores, isto é, o controle de todas as organizações locais, regionais, nacionais, etc.» (Obras Escolhidas, ed. em espanhol, 1º vol., pág. 410). Quanto às relações entre camaradas, Lenin ensina que elas devem basear-se «na plena e fraternal confiança mútua entre os revolucionários» (idem, idem, pág. 313).

Baseado no sistemático desrespeito aos princípios de organização e aos métodos leninistas de trabalho e de direção, dominado pelo sistema do culto à personalidade, o dispositivo de direção — ou o núcleo dirigente, criado para servir — não podia formular de modo justo nos Estatutos as normas que possibilitassem a existência de um Partido de ação e permitissem a vigência do princípio da direção coletiva. Nem dirigentes nem dirigidos sentiam essa necessidade. Éramos felizes quando compreendíamos o que os mais capazes formulavam e quando muito, de maneira tímida ou reciosa, nos ariscávamos a aduzir a nossa contribuição. Por que pensar em Partido de ação se estávamos convencidos do poder miraculoso das fórmulas, da infalibilidade dos dogmas, da justiça da luta desesperada de uns poucos e, portanto, considerávamos na prática dispensáveis a ação das massas e a conquista de aliados?

E quanto à direção coletiva — por que pensar nisso se bastava a última palavra dos mais responsáveis e contestávamos com a nossa aprovação as mais rudes infrações à democracia interna? É típico, nesse sentido, um fato ocorrido em pleno IV Congresso: em face de um camarada que teve a ousadia de se abster em determinada votação — quebrando desse modo a unanimidade forjada pelo medo de errar, violação que se transformou em princípio —, o companheiro

representante número 1 do Secretário Geral advertiu, como argumento supremo e esmagador, que se tratava de uma decisão que refletia a vontade do Secretário Geral.

A direção coletiva era amesquinçada, reduzindo-se a uma recomendação feita sempre com agrado e jesuítismo às organizações inferiores. Podiam os mais graduados falar em direção coletiva, sua aplicação constava até do regulamento, mas procurar levá-la à prática de maneira justa era coisa impossível, não passava de uma utopia. Num ambiente em que o Presidium não prestava contas ao CC e se subordinava ao Secretariado, aplicar a direção coletiva seria contrariar um sistema que se baseava na violação dos princípios e na usurpação de poderes. Somente um acontecimento tão poderoso como o XX Congresso do PCUS poderia abrir as possibilidades para que pensássemos seriamente em tais assuntos.

Foi com as resoluções do XX Congresso e as denúncias sobre os malefícios do culto à personalidade, bem como, hoje, graças ao processo autocritico e de reeducação que estamos tentando levar a efeito que se criaram as premissas para que no atual projeto de Estatutos fosse colocada na ordem-do-dia, para que possa se tornar realidade, a transformação do nosso Partido em um Partido de ação, assim como se orlam as condições para a luta com êxito pelo exercício do princípio da direção coletiva.

Cabe-nos reconhecer, antes de mais nada, que tanto em um como em outro aspecto temos avançado muito pouco. Estamos ainda no aprendizado, dando os primeiros passos. Temos experiência sobre o que não se deve fazer, mas não há ainda clareza bastante sobre o que se deve fazer. Como todos sabemos, a luta contra o costume e o hábito tem que ser demorada, persistente, decidida e hábil. A verdade é que o uso do cachimbo, por tanto tempo, entortou a nossa boca, principalmente a boca dos que dirigem.

O projeto de Estatutos em discussão está, na medida da nossa capacidade, penetrado do espírito do princípio da direção coletiva e da necessidade de nos transformarmos, realmente, num Partido de ação, ligado às grandes massas e capaz de dirigi-las. Já na introdução procuramos deixar claro que o Partido «luta atualmente para que a classe operária e as demais forças patrióticas e progressistas se unam politicamente» para a conquista dos objetivos da revolução no momento presente. Reconhecemos assim a necessidade de forjar a frente única, assim como o fato de que a luta que travamos exige a ação de milhões, não apenas de um punhado de heróis.

Na letra b do artigo 3º formulamos como dever do membro do Partido — «manter estreita ligação com as massas e dedicar-se à defesa das reivindicações destas — participando de seus movimentos e organizações, trabalhando para que conheçam, assimilem e ponham em prática a orientação geral do Partido —, esforçar-se para que se ampliem sempre mais os laços entre o conjunto do Partido e as massas». No parágrafo único do artigo 19 é possibilitada a estruturação do Partido, em organizações específicas, das mulheres, dos jovens e de categorias profissionais. Coloca-se como tarefa importante da Organização de Base participar ativamente da vida da massa no local de trabalho ou moradia, dos seus movimentos, suas lutas e suas organizações, ouvindo-a atentamente, recolhendo suas experiências e levando-a a conhecer, assimilar e pôr em prática as palavras-de-ordem, as resoluções e a linha política do Partido. O projeto de Estatuto estimula a iniciativa dos membros do Partido, das suas organizações e seus órgãos dirigentes.

São regras e dispositivos baseados no fato de que um Partido de ação, que se esforça para aplicar uma linha de massas, deve compreender que o seu papel dirigente consiste em indicar às massas o verdadeiro caminho da luta e dirigi-las precisamente nesse caminho. E que para isso é necessário manter estreita ligação com as massas, consultando constantemente as suas tendências e a sua opinião.

As indicações acima referidas são o resultado, sem dúvida ainda insuficientes, da generalização de nossa experiência e do estudo da experiência dos Partidos irmãos. Correspondem às necessidades mais elementares de um Partido de ação, cujos membros começam a compreender que é unicamente a luta de massas que transforma as possibilidades revolucionárias em realidade, que a unidade da classe operária e a unidade das forças patrióticas e progressistas se forja na ação, que o papel dirigente do Partido será reconhecido não porque o marxismo-leninismo fundamente a sua necessidade, mas quando as massas se convencem, por sua própria experiência, de que os comunistas vão de fato à sua frente e são na verdade os seus melhores dirigentes. Que, enfim, a hegemonia não se conquista por decreto, e sim no dia a dia, sobre a base da luta de massas, participando sempre e de maneira correta das ações de massas.

Hoje, quando a correlação de forças mudou de tal modo que se tornou possível à classe operária conquistar o Poder por via pacífica, sem a necessidade da guerra civil, cresce enormemente o papel da ação de massas. As possibilidades da via pacífica para a revolução no Brasil só se converterão em realidade sobre

a base do aguçamento da luta de classes e da ação unida de todas as forças interessadas em derrotar o imperialismo norte-americano e acabar com o atraso em nossa terra. Daí a importância decisiva da existência em nosso país de um Partido Comunista voltado realmente para as grandes massas e capaz de dirigi-las.

Entre outros problemas que o projeto de Estatutos procura enfrentar quando aborda as medidas que tornam possível a transformação do nosso Partido em um Partido de ação figura o da justa combinação do trabalho entre as massas e o trabalho interno do Partido. Esses dois aspectos do trabalho partidário são apresentados no projeto de Estatutos não como domínios separados e independentes, mas, ao contrário, estreitamente vinculados entre si. Levou-se em consideração que «o trabalho interno do Partido não é um fim em si mesmo; é necessário para a conquista de êxitos na atividade entre as massas e para reforçar a ligação com elas».

Uma linha política de massas e um Partido de ação exigem que a vanguarda da classe operária se conduza, internamente, pelo princípio da direção coletiva — aspecto fundamental do centralismo democrático. O exercício da direção coletiva constitui para nós um problema novo, em que não possuímos quase nenhuma experiência.

No projeto de Estatutos o princípio da direção coletiva está formulado de modo explícito no Capítulo II, alínea h — como norma para todas as organizações e órgãos dirigentes. Numa série de outros dispositivos aparece de modo implícito: na definição dos deveres e direitos dos membros do Partido, na enunciação das tarefas que correspondem às Organizações de Base, na maneira como foi regulada a questão das relações dos Secretariats com as Assembléias ou órgãos dirigentes e delimitação dos seus poderes e atribuições, etc. Pelo projeto, reunida a assembléia da Organização de Base, as Conferências ou Comitês, os órgãos restritos prestam as contas de sua gestão.

Outra norma estabelecida que ajudará a aplicação da direção coletiva é a estabelecida no artigo 36 acerca da Conferência Nacional do Partido. Essa Conferência será convocada uma vez por ano, possibilitando que nesse período se reúnam os camaradas dos Estados e de outras organizações partidárias para a discussão mais ampla de determinados problemas do Partido e com poderes para substituir, entre um e outro Congresso, até um quinto dos membros efetivos do CC. O caráter obrigatório da convocação do CC. A direção será exercida pelo Secretariado do CC e pelo Secretário Geral do CC. As atribuições e funções do Secretariado ficam limitadas às de um órgão operativo diário, que atende às questões de ordem prática e atua subordinado à Comissão Executiva. Quanto ao Secretário Geral, coordena a atividade do Secretariado e trabalha sob a direção deste.

São medidas elementares, tentativas de regulamentar de maneira acertada, tendo em vista a necessidade de ser posta em

prática a direção coletiva, um problema em torno do qual existem controvérsias e incompreensões. Alguns camaradas, por exemplo, julgam que o trabalho coletivo exclui a responsabilidade individual, enquanto outros atum ainda de acordo com o nosso velho estilo de direção e defendem o direito de os órgãos restritos ou camaradas individualmente tomarem decisões importantes, assim como há os que defendem a necessidade de subordinar todas as questões — por menores e menos relevantes que sejam — às decisões coletivas, em reuniões intermináveis.

Existem incompreensões também a respeito de como trabalhar com as camaradas que divergem — problema que o projeto de Estatutos procura resolver em seu artigo 4º, letra e. Com esse dispositivo o que se visa é assegurar o direito que o militante tem de divergir, sem no entanto transformar-se esse direito em indisciplina. É esse, sem dúvida, um meio de tornar mais coletiva a elaboração das decisões importantes, que nesse caso não contarão apenas com a opinião crítica dos que concordam, mas também com a opinião dos que não estejam de acordo.

Surgem, nos diversos escalões, dificuldades sobre a aplicação do princípio da direção coletiva. Costuma-se colocar na ordem-do-dia das reuniões uma série de problemas que, por serem puramente práticos e de importância secundária, poderiam ser resolvidos pelas direções restritas ou pelas camaradas responsáveis. Por outro lado, questões importantes não são expostas, deixando assim de ser discutidas coletivamente e ficando a sua decisão — o que viola a direção coletiva — entregue a direções restritas ou a camaradas individualmente. Isso não é direção coletiva, mas a sua negação e a sua caricatura. Violam também o princípio da direção coletiva ideias segundo as quais os órgãos dirigentes devem ser sempre homogêneos, não existindo nelas discordâncias ou divergências de opiniões e pontos de vista. É, ao contrário, através da exposição franca de opiniões e do confronto de pontos de vista que os órgãos dirigentes têm maiores possibilidades de chegar a soluções mais justas e acertadas.

Não há dúvida de que o problema da direção coletiva e sua justa aplicação apresenta enorme complexidade. Em nosso caso, particularmente, as dolorosas experiências de anos e anos de domínio do sistema do culto à personalidade e de violações do centralismo democrático — o abuso da direção individual, a aborção sistemática do coletivo pelas direções restritas ou por indivíduos, etc. transformaram-se em hábito. Mas, por outro lado, a consciência que se forma em nossas fileiras acerca dos males causados por tais violações cria as premissas para que procuremos aplicar com acerto e firmeza o princípio da direção coletiva. Pensamos que, nesse sentido, as modificações e inovações propostas no projeto de Estatutos e os debates que ora se travam irão ajudar o Partido a encaminhar a solução correta dos problemas que se referem ao exercício da direção coletiva e à transformação do Partido em um Partido de ação.

São duas questões interdependentes, influenciando uma sobre a outra. Quanto mais coletivamente forem elaboradas as decisões, mais acertadamente elas refletirão os anseios das massas e mais inspirarão o Partido em sua ação política. Por sua vez, quanto mais se desenvolver o Partido entre as massas maior será a soma de experiências a transmitir ao coletivo, maior será a necessidade da aplicação, em todo o Partido, do princípio da direção coletiva.

CARLOS DA SILVA ALMEIDA (E. da Guanabara)

# A VERDADE ABSOLUTA

Podemos afirmar sem receio de errar que as «teses» ora em discussão são o documento mais importante que o partido já elaborou. Precisamos ganhar o partido para a nova linha política, pois é preciso não esquecer que muitos camaradas ainda pensam de acordo com o programa de 1954, o que é natural porque sobre o mesmo se fez uma propaganda tremenda.

— E o nosso passado glorioso? Não negamos o passado no que é de tem de positivo, afirmamos o presente, mesmo porque águas passadas não movem moinhos.

— Mas as «teses» são nacional-reformistas e não representam o pensamento de toda a direção? Acusar as «teses» de reformistas, significa lançar palavras ao vento, fazer afirmações vazias. Só a prática nos poderá mostrar a sua justeza ou não.

Diz-se que a linha anterior era produto de marxismo criador, era a expressão máxima, a verdade absoluta e no entanto a vida mostrou-nos que de marxismo criador ali não havia nada. Quanto ao fato de não haver unanimidade na direção, não há nisso mal nenhum, é até bom que assim seja, unanimidade significa estagnação, «que se abram as bocas» da discussão nascerá a luz.

— Mas a atual direção prima pela falta de combatividade e tem tendências direitistas? Enquanto os camaradas da direção anterior eram comba-

tivos, esforçados, abnegados e dispostos até ao sacrifício da própria vida!... Não duvidamos das qualidades dos camaradas da antiga direção, aliás, nós não temos o direito de duvidar, temos apenas o dever de ser vigilantes. Mas, bastarão essas qualidades a uma direção comunista? Infelizmente não. Além dessas, uma direção comunista precisa ser hábil, sagaz, perspicaz, precisa sentir, pressentir, isto é, adivinhar os acontecimentos e antes do desenrolar dos mesmos, passar à ofensiva. E que vimos nós em 1956? Vimos uma direção perplexa e embaçada diante dos acontecimentos. E quando o inimigo atacou e alguns setores nossos caíram, que fez a direção? Veio a campo enfrentar o inimigo? Veio defender aquilo de que tanto gostava de falar, isto é, a pureza do marxismo leninismo?

Nada disso, omitiu-se vergonhosamente. Hoje o camarada Grabois queixa-se de que circulam ideias estranhas no partido. O mal não está em circularem ideias estranhas e sim em não combatermos essas ideias estranhas. Que surjam, não cem, mas mil ideias estranhas e falsas erradas e certas. E da luta dos contrários que surge a unidade.

«Nem todos os que me dizem: «senhor, senhor!... Entrarão no reino dos céus, mas sim os que fazem a vontade de meu pai... E todo o que ouve estas minhas palavras e não as observar, será comparado ao homem sem

É com satisfação e orgulho comunista que tomo a iniciativa de escrever para esta Tribuna Livre. Aproveito a oportunidade para cumprimentar e enviar as minhas saudações comunistas a todos que militam em nossas fileiras e aos nossos amigos. Os comunistas têm hoje uma responsabilidade muito grande, que é a de dirigir a luta pela independência econômica e política de nossa Pátria. Qual deve ser a nossa principal preocupação na aplicação dessa tarefa? Acho que deve ser a de nos educar, política e ideologicamente. Só assim estaremos à altura de aplicar com êxito essa tarefa, e as demais resoluções que sairão do debate. É justamente para essa questão que quero chamar a atenção das direções em particular, e, no geral a todos os que militam em nossas fileiras.

### I — Análise do trabalho de educação em nossas fileiras

Penso que por ocasião do Programa saído do IV Congresso as direções cuidaram mais da educação do Partido, enfrentando grandes dificuldades econômicas e restrições antidemocráticas existentes, em maior grau, contra os comunistas. Estas questões dificultavam enormemente a execução desta tarefa de magna importância para um Partido Comunista.

Pergunto aos companheiros, adiantaram estes esforços e os sacrifícios enfrentados se o que estudamos estava errado como por exemplo, o Programa? Quando participamos de campanhas eleitorais, etc., há companheiros que são contaminados por defeitos maléficis e nós não temos podido ganhá-los para nossas posições. Darei alguns exemplos, que demonstram esta afirmação:

a) Nos últimos tempos não são poucos os companheiros que se deixam influenciar por dinheiro e cargos públicos.

b) Vemos, também, companheiros que relegam a segundo plano a organização comunista. Justificam esta posição alegando não ser necessário manter-se organizado, para ser comunista, bastando apenas estar ligado a uma organização de massas (Sindicatos, Sociedades de Amigos do Bairro, etc.). O que revela esta tendência? Não será a influência dos liquidacionistas? Esta tendência foi muito difundida nos debates após o XX Congresso do P.C.U.S.

c) Há companheiros que ao entrarem em contato com outras forças políticas, passando a atuar junto às mesmas, perdem toda a vigilância ideológica, política e partidária, deixando-se influenciar facilmente por ideologias estranhas ao Partido, passando a atuar a reboque das demais forças aliadas. Não travam a luta contra as tendências prejudiciais e quando são advertidos justificam sua posição, sob o pretexto de não quebrar a unidade com os aliados. Esquecem-se estes companheiros que os comunistas não são pela unidade a qualquer preço, e esquecem-se, assim, do princípio de «unidade e luta» e «luta e unidade».

d) Há outros que dentro da frente única adquirem os piores defeitos da burguesia. É muito comum vermos companheiros que são verdadeiros burgueses nos métodos de atuação e tratamento com as massas que os cercam e até com seus próprios companheiros do Partido. Se transformam em burocratas, mal duceados, vaidosos e auto-suficientes. Onde melhor podemos constatar o exposto é no movimento sindical e nos parlamentos. Estas posições negativas são oriundas da pouca compreensão dos mesmos sobre o papel que devem desempenhar os comunistas que atuam nessas frentes. Não culpam só estes companheiros, mas principalmente as direções que são responsáveis pela educação política e ideológica dos mesmos. Depois da nova linha política, é comum ouvirmos a frase de que «todos os comunistas devem estar dentro de uma organização de massas». Isto é correto. Mas acho que temos que cuidar da educação partidária dos mesmos, para que não sejam contaminados dos males que se encontram nos mesmos, em ingressarem nas organizações de massa, que congregam pessoas de todas as tendências. Se um médico vai tratar de um doente contaminado por uma doen-

ça contagiosa, ele deve primeiro, se imunizar contra a mesma. O mesmo devemos fazer quando vamos atuar junto a outras forças políticas burguesas

### II — Métodos errados na tarefa de educação

A tarefa de educação em nossas fileiras nunca foi correta e hoje mais do que no passado, está relegada a segundo plano. Penso que esta é a causa dos erros que cometemos constantemente na aplicação das linhas políticas e no diminuto crescimento do Partido. Hoje se fala mais em nacionalismo em nosso meio do que no socialismo e no comunismo. Esquecemos que não somos nacionalistas, apolamos o movimento nacionalista por motivos táticos, mas o que queremos é o socialismo. Este é o nosso objetivo final. É do socialismo que temos que fazer propaganda e ganhar as massas para esta ideia. Mas como fazer a propaganda do socialismo se são muito poucos os que conhecem o que venha a ser um regime socialista? Penso que este é um grande mal em nosso meio. Como podemos fazer propaganda de um regime político que pouco conhecemos? Isto é impossível. Se pregamos o socialismo é porque estamos convencidos, que esta é uma forma de regime político melhor.

Entretanto, não estamos à altura de convencer as massas das razões porque assim pensamos. Falamos de maneira muito geral e pouco convincente para as grandes massas. Há uma norma comunista que diz que cada comunista deve saber o necessário para a execução de suas tarefas. Acho que esta norma é justa e por isto mesmo temos que encontrar a forma de realizar a propaganda do regime socialista. Darei aqui um exemplo: vi há poucos dias um velho companheiro, de importante posição em nossas fileiras, em palpos de aranha, para explicar a um anarquista como se rege o socialismo na U.R.S.S.. Penso que a principal falha no trabalho de educação em nossas fileiras são os métodos de ensino. Não educamos os militantes sobre as questões elementares a respeito do que é o Partido, do que queremos conquistar e as vantagens do sistema político pelo qual lutamos, bem como sobre o sistema em que vivemos.

As direções superiores estão ainda impregnadas de subjetivismo e idealismo sobre o nível político, ideológico e de organização dos comunistas em seu conjunto. O nosso Partido é muito mais fraco nesta frente, do que pensamos as direções. Nos cursos que ministrávamos, no passado, era patente o que afirmo. Vimos que as aulas eram muito elevadas para a compreensão dos alunos. Queríamos ensinar economia política a companheiros que não compreendiam um mínimo de política de classe e às vezes não sabiam nem o que era classe e política. O resultado é que o companheiro, ao sair do curso, se tornava mais confuso, e não menos do que antes. Não são poucos os casos de camaradas que abandonavam o Partido depois de frequentarem nossas escolas.

Outro aspecto que devemos analisar, é a carência de obras marxistas e leninistas, editadas ou difundidas e outros materiais indispensáveis ao estudo. Estas obras, na sua maioria, não são editadas em português e não é costume dos dirigentes do Partido escreverem sobre questões que contribuem para elevar o nível político e ideológico dos militantes. Penso que temos que aprender muito com o P.C. chinês, que são mestres nestas questões. Temos como exemplos vários folhetos escritos pelos dirigentes do P.C. chinês, acessíveis à compreensão e a preços que facilitam sua aquisição. Temos que habilitar nossos militantes à leitura. Para isso devemos proporcionar-lhes obras pequenas e acessíveis à sua compreensão. Isto é, pouco caros. Só assim nos habituaremos à leitura, depois de habituados poderemos enfrentar as obras de maior fôlego e mais complexas.

Acho que está em tempo de se fazer autocritica na prática, de emprendermos uma mudança na situação anormal a um Partido Comunista. Espero que se estude com carinho essa questão vital, que muito contribuirá para a aplicação de nossa política.

BENEDITO JOSÉ

(E. da Guanabara)

# Sobre o Nome do PC

Venho acompanhando com interesse as teses apresentadas na «Tribuna de Debate», «Jornal dos Novos Rumos». Gostei da ideia apresentada pelo sr. Luiz Alves Silva, de Sergipe. Ora se o PCB está na ilegalidade, por que não se organiza um novo Partido? que possamos votar em candidatos, de confiança da massa, enfim candidatos nossos. Será que só serve o que tenha nome de comunista? É justamente como diz o companheiro Luiz Alves, votando nesses partidos de políticos profissionais, por causa de um candidato nosso a deputado ou vereador, somos obrigados arrastar os piores elementos na garupa do partido que votamos. Por exemplo: Prestes é candidato a deputado pelo Estado da Guanabara pelo PTB, quantos pelegos não irá na legenda? Companheiros, lutemos para registrar um Partido nosso, que se possa votar, sem ter que levar para as Câmaras, os piores elementos no bôjo do PTB e PSD, UDN e outros.

Benedito José — Rio, 19/5/60.

to não há vida, essa tese ficou superada.

Há teses que têm longa vida, são válidas para um longo período, enquanto que outras têm duração precária.

Stálin no XIX congresso, afirmou que a burguesia havia jogado fora a bandeira das liberdades democráticas e da independência nacional.

Muitos camaradas consideraram esta tese, uma verdade absoluta e no entanto tratava-se duma verdade relativa. Stálin referiu-se à burguesia adulta e, por conseguinte conservadora e reacionária dos países adiantados, e não à burguesia jovem e por conseguinte progressista e revolucionária dos países subdesenvolvidos.

Ficará entendido, que o progressismo e revolucionarismo da burguesia dos países subdesenvolvidos não é uma verdade absoluta.

Antes de terminar queremos endossar o artigo do camarada Mário Basílio de Santa Catarina. Na verdade, pouco valor tem um debate realizado em caráter formal e é o que acontecerá se valecer a velha pressa; quem esperou até aqui também pode esperar mais um pouco. Não queremos aprovar as teses com um amém, queremos aprová-las mas dizer porque, entretanto isso leva tempo e se o prazo estabelecido para a discussão for mantido, a maioria dos camaradas não terá oportunidade de se manifestar.

Lenin estava certo ou errado? A história mostrou-nos que estava certo.

É Marx? Marx também estava certo na época em que formulou a sua tese. Mas como a vida não pára, porque sem movimen-

Carlos Almeida

# Tribuna de Debatido

MAURICIO GRABOIS

## Não Retornar Aos Erros do Passado, Nem Perseverar Nos Desvios do Presente

Os entendidos em assuntos militares costumam afirmar que o ataque é a melhor defesa. Fiel a este preceito — útil na arte da guerra, mas nem sempre eficiente na polémica — o camarada M. Alves, em seu mais recente artigo, abandona a justificativa da linha da Declaração e se volta, em maciças investidas, contra a opinião que expõe em meu primeiro trabalho ao debate em curso.

Depois de longa digressão crítica a respeito da chamada teoria da «revolução a curto prazo», o articulista inculpa-me do feio pecado de dar nova indumentária àquela «teoria», de procurar «conciliar a linha esquerdista» do Programa de 1954 com a necessidade de definir o caminho da tática para atingir os objetivos revolucionários. E' o libelo batido e repisado em vários artigos de outros companheiros de que pretendo voltar aos velhos erros sectários e dogmáticos, isso sem nenhuma argumentação, sem qualquer prova. Agora, o camarada M. Alves — justiça lhe seja feita — procura fundamentar a mesma acusação. Mas, em seu aranzel, atribuiu-me uma série de incoerências, amou tal labirinto, onde o ecletismo e a soneca se alternam, que não será fácil deslindar suas opiniões. Tentarei mais expor meu ponto de vista: não estou de acordo com a linha atual, mas não desejo retornar aos erros do passado.

### I — As Teses e a transição para o socialismo

Logo de início, o fogo cerrado da crítica converge contra os «esquerdistas» que se caracterizam durante longos anos «pela proclamação bombástica dos objetivos revolucionários e pela omissão quanto ao problema importantíssimo dos caminhos para a conquista do Poder». E' o necessário e justo interesse pela tática que, através dos anos, vem sendo o cacafurço de Aquiles a atuação política dos comunistas. Mas o autor de «Revolucionarismo em Palavras, Oportunismo na Prática», seguindo o conselho daquele douto santo da Igreja, de mandar fazer o que diz e não o que fazia, começa sua enérgica ação acusatória abordando tema muito mais avançado que a proclamação dos objetivos revolucionários da atual etapa histórica da sociedade brasileira. Vai longe. Sua preocupação se concentra na «revolução ininterrupta». Sou incriminado de não tratar da transição para o socialismo. Mas a ideia que domina o articulista não é a de esclarecer esta questão, Impulsiona-o o intuito de exibir as Teses como documento mais «revolucionário». Que faça bom proveito. Mas não venha assacar a outrem a pecha de «revolucionarismo em palavras». Defensor de uma orientação oportunista, nada o inibe de imputar-me seus próprios erros e falsas concepções.

E' certo que em meu artigo não culdei especificamente da transição para o socialismo. Não era este o meu propósito, uma vez que não se tratava de uma questão colocada na ordem-do-dia diante do Partido. Reconheço, contudo, que se trata de um problema vital para o movimento revolucionário e que exige estudo e aprofundamento. No entanto, o assunto está implícito no trabalho inicial que apresentei ao debate. No capítulo III daquele trabalho, as tarefas da presente etapa da revolução são enfrentadas tendo em conta que o movimento revolucionário é um movimento único, que engloba tanto a revolução nacional e democrática, como a revolução socialista. Embora sejam duas etapas bem diferenciadas, elas se interacionam e, portanto, a realização dos objetivos da primeira etapa da revolução devem levar a uma situação que dê margem, de fato, a passagem ao socialismo.

O artigo, «Duas Concepções, Duas Orientações Políticas», embora de maneira sucinta, ao analisar o caráter da revolução brasileira, fixa tarefas que, uma vez resolvidas, possibilitarão passar para segunda etapa do processo revolucionário. As premissas para esta passagem ao socialismo são nitidamente estabelecidas quando apresenta a necessidade de substituir o regime político vigente por um novo regime; quando enumera de modo claro os principais encargos, tanto no aspecto político como no terreno econômico, que caberão ao novo regime realizar; quando mostra que, no curso desta etapa histórica, os objetivos antiliberalistas não podem ser alcançados sem que, simultaneamente, se enfrente os objetivos de caráter agrário; quando define que o novo poder deve ser um poder da frente única das forças democráticas e antiliberalistas, dirigido pela classe operária.

No entanto, apesar das Teses, em palavras grandiloquentes, proclamarem que «somente no socialismo, o povo brasileiro encontrará não apenas a sua definitiva emancipação nacional como a completa libertação social», a verdade é que a linha nelas exposta jamais conduzirá à solução dos problemas da atual etapa da revolução, nem assegurará a marcha para o socialismo. Vejamos, por exemplo, a tese 25, mencionada pelo camarada M. Alves. Ela serve como amostra do ecletismo que as Teses exibam por todos os poros. O autor de «Revolucionarismo em Palavras, Oportunismo na Prática», triunfante exclama que naquela tese se apresenta claramente «a perspectiva de transição ao socialismo». Ora, nas atuais circunstâncias, falar que o socialismo é a solução para o povo brasileiro não significa lutar por ele. Com as estupendas vitórias dos países socialistas, em particular da União Soviética, com a grande atração que as ideias do socialismo despertam entre as massas, é comum, hoje, políticos burgueses e pequenos burgueses se declararem socialistas. Que o mundo marcha para o socialismo anuncia publicamente o P.S.B., onde, aliás, militam inúmeros lutadores, honestos e provados, pelo socialismo. Muitos dirigentes trabalhistas se dizem socialistas. São sentimentos respeitáveis e merecedores de aplausos.

Mas o que diretamente interessa ao proletariado e ao seu partido — como força conseqüente na luta pela vitória

do socialismo — é o caminho que poderá conduzir a uma sociedade livre da exploração do homem para o homem. Este caminho nunca será o indicado nas Teses, cuja orientação propugna para o Brasil um curso de desenvolvimento capitalista que, nos quadros do regime vigente «pode e deve alcançar as reformas de estrutura que conduzam às transformações radicais requeridas pela sociedade brasileira na sua etapa histórica presente» (tese 26). Em realidade, o que, efetivamente as Teses defendem e o desenvolvimento capitalista, através da acumulação gradual de reformas. Não dão qualquer perspectiva, a não ser de maneira abstrata, do caminho para o socialismo. Não indicam a necessidade de lutar pela completa emancipação do país do domínio norte-americano, pois não apresentam as medidas concretas capazes de liquidar este domínio. Não apontam ser indispensável lutar pela extinção do monopólio da terra, através de uma reforma agrária radical. Ficar somente nas medidas propostas nas Teses (capítulo VII), em sua quase totalidade bastante justas e oportunas como reivindicações de caráter imediato, corresponderia a fortalecer o capitalismo, sem criar as bases econômicas e políticas que possibilitariam passar ao socialismo. De nada vale falar em «transição ao socialismo» se o programa das Teses (entenda-se para toda a etapa) não declara explicitamente que é preciso confiscar e nacionalizar as empresas e os capitais norte-americanos existentes no Brasil e que, em lugar disso, refere-se unicamente a reivindicações antiliberalistas parciais com a «inteira liquidação da exploração do capital imperialista em setores como os da produção e distribuição da energia elétrica, frigoríficos, distribuição de derivados de petróleo, bancos e companhias de seguros» (tese 39). Nenhum sentido tem proclamar a «revolução ininterrupta», se o programa das Teses, depois de afirmar taxativamente a necessidade da reforma agrária radical, não coloca a exigência de lutar por ela, mas sim «pela aprovação e aplicação de medidas parciais de reforma agrária». E, assim mesmo, tanto as medidas agrárias como as antiliberalistas, postuladas no capítulo VII, devem ser alcançadas através de «profunda reforma legislativa», o que, na prática, significa, devido à composição do atual Parlamento e às restrições antidemocráticas ao processo eleitoral, adiar indefinidamente a luta pela solução dos problemas cardiais da revolução brasileira.

Com esta política, em tempo algum, o proletariado conquistará a hegemonia no movimento revolucionário, nem as massas camponesas serão atraídas para luta, como um dos estelios fundamentais da revolução, jamais será forjada a aliança operário-camponesa, condição decisiva, segundo ensina o marxismo-leninismo e comprova a experiência do movimento operário internacional, para que a revolução nacional e democrática se transforme em revolução socialista. A orientação exposta nas Teses substitui, assim, a nefasta «teoria da revolução a curto prazo» por outra «teoria» não menos perniciosa da «revolução a longo prazo». Ambas as concepções são prejudiciais à marcha do processo revolucionário no país.

Que significação tem, portanto, a afirmação das Teses sobre a «transição ao socialismo»? Seu único valor é o de pôr a nu o profundo ecletismo do documento em discussão. As Teses têm de tudo. Dão a falsa impressão de um trabalho multilateral, completo. Parecem explicar todos os fenômenos da sociedade brasileira, mas, em verdade, não apresentam a solução acertada para os problemas da revolução. Tem sempre um trecho a ser esgrimido como resposta a qualquer observação crítica aos seus erros, sejam de direita, sejam de «esquerda». As Teses ajustam-se como uma luva a seguinte constatação de Lenin: «Com a suplantação do marxismo pelo oportunismo, o ecletismo apresentado como dialética enganosa, mais facilmente as massas, dá-lhes uma aparente satisfação, parece ter em conta todos os aspectos do processo, todas as tendências do desenvolvimento, todas as influências contraditórias, etc., quando, na realidade, não dá nenhuma solução completa e revolucionária do processo do desenvolvimento social» («Obras Escolhidas», Volume II — pág. 186. Edição em espanhol, Moscou). Que meditem sobre isso todos os militantes, ao ler e estudar o documento em debate.

### II — O caráter do atual Estado brasileiro

No curso de sua argumentação a respeito do problema da «revolução ininterrupta», o camarada M. Alves critica minha posição face ao atual Estado brasileiro. Não está de acordo com a definição de que o regime estatal vigente representa, no fundamental, os interesses dos latifundiários e da grande burguesia. Nega também que o Estado brasileiro é, no essencial, um instrumento do imperialismo lanque nas questões decisivas da política externa e em uma boa parte dos principais problemas internos. Afirma que para chegar a tal conclusão dispensei «qualquer análise da evolução histórica do regime político do Brasil», que não dá maior importância ao «caráter heterogêneo do Estado atual», às «contradições existentes em seu seio», à «influência da burguesia nacionalista», aos «conflitos in-

ternos» que nele se manifestam, etc. E' uma irrogação imprudente. Como tratar de todos estes problemas em um artigo que visava analisar resumidamente os principais aspectos da revolução na atual etapa? Agora, é a oportunidade para debetê-los.

O articulista refere-se ao tratamento dado pelas Teses a estas questões como se fosse algo absolutamente certo, indiscutível. Porisso não argumenta: é axiomático. Mas, a dura realidade evidencia que as Teses exageraram ao máximo aqueles fenômenos que se processam no âmago do Estado. Ao examinar o regime estatal imperante no Brasil, as Teses fazem uma falsa caracterização deste regime. Com uma visão falsa sobre os interesses que o Estado brasileiro representa, as Teses enxergam em seu interior conflitos inexistentes. Apresentam de forma tão deformada a questão da heterogeneidade do Estado, que se deduz que em seu seio existem contradições inteiramente antagônicas. E, por fim, acabam por vislumbrar, como tendência predomi-

NESTOR VERA

## As Teses e a Análise Crítica da Atuação do Partido

Lenin, em sua grande obra «A DOENÇA INFANTIL DO «ESQUERDISMO NO COMUNISMO», surgida em 1920, nos ensina que «A atitude de um partido político diante de seus erros é um dos critérios mais importantes e seguros para a apreciação da seriedade desse partido e do cumprimento efetivo de seus deveres para com sua classe e as massas trabalhadoras. Reconhecer francamente os erros, pôr a nu as suas causas, analisar a situação que os originou e discutir cuidadosamente os meios de corrigi-los é o que caracteriza um partido sério; nisso consiste o cumprimento de seus deveres; isso significa educar e instruir a classe e, depois, as massas» (Pág. 60 — Edição Vitória — 1960).

Este é o método leninista do Partido diante de suas falhas. Este é o método justo para evitar que o Partido se afunde no charco do oportunismo como os Partidos da Segunda Internacional, que acabaram transformando-se em instrumento do imperialismo e da guerra.

Mas, também, foi com Lenin e com Stalin que aprendemos que, a seriedade de um Partido Comunista, está em mostrar publicamente os êxitos do Partido, os lados positivos do seu trabalho, de sua atuação, divulgando e valorizando as experiências acertadas, suas posições corretas como meio para, ao lado do que é errado, que se deve condenar severamente, entusiasmar os comunistas, os simpatizantes e as massas para educá-los revolucionariamente. Fazendo-os ver que seu trabalho, seus esforços e sacrifícios, não foram em vão. Tiveram seu valor. Errou-se porque não se conhecia toda a verdade, mas também não se desconhecia toda verdade e por isso acertou-se também e houve êxitos.

O conhecimento é um processo contínuo. Mais doloroso ou menos doloroso. Depende das condições históricas, do domínio da teoria, da posição conseqüente de classe, da capacidade de pesquisa e das condições de se poder pesquisar, assim como de se poder penetrar a fundo em determinados fenômenos em desenvolvimento.

Há determinadas teorias e posições que apesar de não serem totalmente corretas, em todos os seus detalhes, porque não houve condições de se descobrir toda a verdade, desempenham, assim mesmo, um grande papel no processo de elaboração de posições acertadas e contribuem para encontrar o caminho correto dos objetivos a atingir.

A descoberta de um erro ou de uma verdade significa sempre uma descoberta científica, tanto de um lado como de outro, porque ambos estão unidos entre si: o erro e a verdade. Não se pode descobrir um erro sem encontrar uma verdade, e sempre que se descobre uma verdade superou-se um erro.

Ficar somente mostrando os erros, escondendo ou menosprezando o que há de certo, é assumir uma posição não marxista. Também é antimarxista proclamar somente os lados positivos sem mostrar os erros ou menosprezar os prejuízos que os mesmos causam. O correto é ter uma posição analítica, mostrando o que é errado e o que é certo, sem diminuir o conteúdo de cada lado, a fim de não se perder o equilíbrio. O desequilíbrio causa geralmente grandes prejuízos. Ter uma posição equilibrada é uma coisa difícil, mormente quando não se tem conhecimentos marxistas elevados. O equilíbrio é a condição principal para se tirar o máximo proveito em todas as questões complicadas da vida. E o equilíbrio coincide com uma posição conseqüente de classe do proletariado.

nante, a marcha do atual regime político — devido à ação do proletariado, da burguesia e da intelectualidade pequeno-burguesa — no sentido de sua transformação em um autêntico regime democrático.

Tudo isso as Teses erroneamente constatarem porque idealizam a burguesia brasileira, que é apresentada com algumas características que não possui, como força conseqüentemente revolucionária, que luta por transformar o atual Estado em Estado democrático, capaz de resistir ao imperialismo. Assim, por exemplo, quando estudam a classe dos latifundiários, procuram desvinculá-la da burguesia industrial, afirmando, de maneira categórica, que seus interesses econômicos são «eventualmente» (tese 17) se entrelaçam. Tal afirmação visa mostrar que, objetivamente, nada une a burguesia industrial a uma força tão reacionária como os latifundiários, que suas contradições são irreconciliáveis. Mas a vida não milita a favor das Teses. Em verdade, na sociedade brasileira não predomina esse

dência no caso em apreço não quer dizer deixar de ter firmeza nas posições ou pensamentos, nem alimentar o oportunismo. Trata-se de situar-se o quanto possível dentro da verdade. Ao me ver as Teses não procedem desta maneira.

O Capítulo VIII, que trata da Análise Crítica da Atuação do Partido, faz, a meu ver, uma apreciação desequilibrada e pequeno-burguesa. A começar da metade de Tese 48 até a 58, inclusive, ocupando 10 colunas do Suplemento, somando umas 1.000 linhas, cerca de 350 só mostram erros e defeitos do Partido. Apenas umas 50 linhas referem-se aos êxitos do Partido, de uma maneira que passa quase despercebido o que houve de positivo. Esta manobra não é correta de se proceder. E' antimarxista, oportunista e prejudicial ao Partido. Mostrar os erros é necessário, mas denegrir o passado revolucionário do Partido, pensando-se que isto é autocrítico, negando quase todo o esforço realizado como sendo todo «esquerdismo», dogmatismo, etc., etc., não corresponde à verdade. Como está colocado nas Teses, dá impressão que até 1958, tudo que o Partido fez esteve errado, no essencial, e só dessa data em diante encontramos a verdade. A iluminação veio agora. Antes era tudo trevas.

Considero que, apesar dos grandes e graves erros por nós cometidos até 1958, nas questões essenciais o Partido manteve-se em posição acertada. O Partido manteve-se fiel ao internacionalismo proletário, defendeu intransigentemente os interesses de classe do proletariado e das massas populares, colocando com toda firmeza à frente do povo brasileiro em defesa da Paz, desenvolvendo uma luta corajosa, ampla e conseqüente contra o imperialismo, norte-americano, foi o primeiro Partido no Brasil a levantar a bandeira da Reforma Agrária buscando unir operários e camponeses e não descurou da construção orgânica política e ideológica de nossas fileiras, formou um grande número de quadros e realizou um grande esforço para elevar a capacitação política e teórica dos mesmos. Os erros devem ser examinados, partindo desta verdade: no fundamental o Partido vinha se desenvolvendo, vencendo as dificuldades, como Partido do proletariado. Isto permitiu que o Partido pudesse resistir a todos os golpes desencadeados pela reação depois da cassação do seu registro. Isto deve ser ressaltado como altamente positivo para educar o Partido e as massas.

Será que não devemos mostrar com ênfase a luta pela paz na época do Manifesto de Agosto, quando do Apelo de Estocolmo? E a luta em defesa do Petróleo? O Apelo de Berlim na época do Programa? Não era justo o movimento no campo quando a reação atacava ferozmente e assassinava operários e camponeses? Será que as lutas de rua, que enfrentamos com a polícia e nas quais tombaram comunistas e outros patriotas, foram devido a posições «esquerdistas», dogmáticas e sectárias? Será que foram lutas inglórias que só acarretaram prejuízos e dificultaram a acumulação de forças? E a luta que enfrentamos para impedir o envio de tropas brasileiras para a Coreia? Será que isto foi devido a nossos erros «esquerdistas», etc.? Nada disso! Os choques com a reação não significam sectarismo ou «esquerdismo» e sim que lutávamos e a reação queria calar a voz do povo e transformar o Brasil numa colônia norte-americana. Somente os revisionistas e inimigos do proletariado podem atribuir à direção do Partido a responsabilidade do assassinato de operários e camponeses, cometidos pela polícia nos últimos quinze anos. Tomar esta posição é defender os cães de fila do imperialismo e do latifúndio, e condenar a luta abnegada dos revolucionários. Se o nosso país tem hoje uma certa liberdade e um pouco de demo-

industrial «puro», sem qualquer ligação, direta ou indireta, como o monopólio da terra ou com o capital monopolista estrangeiro. Principalmente no que concerne à grande burguesia. Muitos latifundiários são também industriais e inúmeros industriais se tornam grandes proprietários de terra. O surgimento da grande indústria em São Paulo, maior centro fabril do país, se deu, fundamentalmente, à base da acumulação feita pelos grandes fazendeiros feudais, que conseguiram amearhar imensas riquezas com a exportação de café. Tal fato revela os vínculos econômicos que foram estabelecidos entre os latifundiários do mesmo Estado, vínculos, até agora, não rompidos. Isto explica as posições reacionárias da grande burguesia paulista nos diferentes momentos de crise política nacional.

Em vários governos federais, representantes da grande burguesia, que ocupavam postos no ministério, defenderam também os interesses dos latifundiários. Assim é o caso do governo

de Dutra. Em sua composição predominavam representantes da indústria — Morvan de Figueiredo, Correla e Castro, Clemente Mariani e outros — e, no entanto, aquele governo realizou uma política que beneficiou grandemente os latifundiários. Na situação presente, o governo do sr. Juscelino Kubitschek, com todo o seu «desenvolvimentismo», em nada prejudica os interesses desta classe reacionária. Dá-se o inverso. Sua política econômica, além de facilitar a penetração imperialista e ajudar certos setores de industriais, também favorece em enormes proporções os grandes proprietários de terra, principalmente, os donos das fazendas de café.

E' evidente que entre os latifundiários e a burguesia industrial existem contradições, que a classe operária e seu partido devem levar em conta para fazer avançar o movimento revolucionário. Mas, também, é inevitável que latifundiários e industriais, como classes exploradoras, têm interesses comuns. Se é certo que o monopólio da terra e as outras sobrevivências feudais entravam seriamente a expansão do mercado interno, imprescindível à burguesia industrial, não menos verdadeiramente é o fato de que o temor ao ascenso das lutas do proletariado e das massas camponesas, o medo à revolução, impõem os grandes industriais e os latifundiários ao acórdio.

Na linha de conduta de embelezar o chamado capitalismo nacional, as Teses, no concernente às relações da burguesia com o imperialismo, dividem, subjetivamente, esta classe social, sem levar em conta o grau de riqueza (a concentração do capital), em dois setores — um a favor e outro contra a «política de subordinação nacional ao imperialismo». Tal divisão arbitrária conduz à errônea definição das Teses sobre o Estado. No documento em discussão é dito que «o Estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo... particularmente o norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional». Sob a designação da «burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional» estão incluídos grandes, médios e pequenos capitalistas, os quais constituem o setor da burguesia que, segundo as Teses é contra o imperialismo. Nada, no entanto, comprova que o regime estatal vigente represente os interesses dos médios e pequenos capitalistas, os quais, objetivamente, como classe, são contrários à dominação imperialista e, em certa medida, já tomam posição contra ela. Se estes setores menos afortunados da burguesia também estivessem representados no Estado, isso, de fato, acarretaria dentro dele intensos conflitos internos, uma vez que são agudas as contradições entre aqueles setores burgueses, de um lado, e os latifundiários e a grande burguesia, de outro. Os episódios citados pelo companheiro M. Alves, para exemplificar os choques no seio do Estado, como os acontecimentos de 24 de agosto e 11 de novembro, não resultaram da participação da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional no Estado. Tais acontecimentos são apresentados, exclusivamente, como manifestações das divergências que se verificam dentro do Estado entre forças nacionais e os agentes do imperialismo lanque, quando muitos outros fatores não interferiram, principalmente, a luta de massas contra os golpistas e o imperialismo norte-americano, e a disputa dos grupos das classes dominantes pelas posições de mando na administração do país.

E' mais acertada a caracterização de que o Estado brasileiro representa, no fundamental, os interesses dos latifundiários e da grande burguesia. Esta caracterização do regime estatal corresponde efetivamente à realidade, coloca nas devidas proporções as contradições que se verificam no seio do Estado e revela a sua essência reacionária. Principalmente, fixa com precisão as forças sociais que o Estado representa e não idealiza o seu conteúdo de classe. Explica também o porquê da política antinacional e antipopular do governo. O contrário das Teses, que afirmam o Estado representar também uma força social interessada no desenvolvimento independente da economia nacional — o que não é certo — o justo é mostrar que a grande burguesia, que compartilha o Poder com os latifundiários, tem uma parte que está aliada aos imperialistas, e outra que, ora, a eles resiste, ora, com eles concilia. Só assim, é possível compreender a política do governo de sucessivas concessões aos monopolistas lanques, entremeada por tímida resistência num ou outro problema.

E' evidente, portanto, que, não estando de acordo com as Teses no concernente ao Estado brasileiro, também não concordo com a concepção do Programa de 1954 sobre o regime político vigente que era, então, caracterizado como de latifundiários e grandes capitalistas, a serviço do imperialismo norte-americano.

O erro essencial das Teses em relação ao Estado brasileiro atual resulta, portanto, da falsa constatação de que não é o «grau de concentração de capitais o fator decisivo que divide a burguesia brasileira face ao imperialismo». Apesar dos grandes capitalistas (cuja concentração de capital é elevada) terem interesses que se chocam diretamente com a dependência do Brasil em relação ao capital monopolista estrangeiro, particularmente, o norte-americano, sua tendência, como o setor da burguesia mais explorada, é entrar em acórdio com o imperialismo. Aliás somente grandes capitalistas, embora em número reduzido, dispõem, em virtude de seu poderio econômico de posições-chave no aparelho estatal e de meios para influir sobre as massas a fim de servir de esteio ao imperialismo dentro do país. O mesmo, no entanto, não se dá com aqueles setores da burguesia cujo grau de concentração de capital é mínimo (pequenos e médios capitalistas) e que, porventura, se colocam a favor do imperialismo. São tão ínfimos em número e tão fracos economicamente que, na prática, quase nada representam como sustentáculo interno dos imperialistas.

Temos experiências próprias. Os revisionistas tanto atacaram nosso Partido e nosso glorioso passado, pela nossa própria imprensa que ainda estamos sofrendo as conseqüências desses prejuízos. Devemos tirar ensinamentos destas lições. Estamos aprendendo diariamente com a prática da vida. Das lições nefastas do inimigo tiramos também ensinamentos que nos podem ser úteis não repetindo e nem fazendo o mesmo que eles fazem contra nós. Por isso, os debates que estamos realizando, devem ajudar-nos a corrigir os erros da análise crítica da atuação do Partido, mas situarmos-nos numa posição justa e equilibrada, condenando os erros do passado e os do presente para não mais repeti-los, mas sem denegrir o glorioso passado do nosso invencível Partido Comunista do Brasil.

NESTOR VERA

(Continua)

DIÓGENES ARRUDA CAMARA

# Estertores e Mimetismos da Tradição Sectária

## Tribuna de Debate

JOSÉ ANDRADE FREIRE (S. Paulo)

# Contribuição às Teses

Ninguém admite a hipótese de equívocos e erros. Todos parecem estar com toda a verdade. Se prestabelecermos, porém, que tudo o que dizemos é verdade, não existirá uma só verdade. É compreensível que busquemos argumentar mil vezes para convencer; mas, ao mesmo tempo, supomos ser necessário esforçarmo-nos para compreender que a verdade é só aquilo que corresponde à realidade objetiva.

Sem cair na dúvida metódica nem na obstinação nos preconceitos, podemos dar justa solução às nossas principais contradições atuais e avigorar as forças partidárias. Não que as divergências para os comunistas sejam fatores temporários, como já se afirma com beatíssimo simplismo; ao contrário, ali onde há vida, há contradições, há divergências. Daí, a necessidade de nos guarmos por um método correto de tratar e solucionar as contradições internas sempre existentes no Partido, aprendendo, ao mesmo tempo, a trabalhar conjuntamente e em estreita unidade com os camaradas que divergem e a respeitar o direito de manterem suas opiniões divergentes, continuarem a defendê-las nas discussões partidárias, com o dever, porém, de cumprir as decisões de que divirjam e a obrigação de zelar pela unidade partidária.

### Política leninista inspirada na realidade

Se a verdade é tudo aquilo que corresponde à realidade objetiva e não aos nossos desejos ou vontades, é impossível formular uma política correta ou relativamente correta guiados por critérios emotivos, sentimentais ou voluntaristas. Tomar a abnegação, o entusiasmo, o heroísmo, a força de vontade, os ideais políticos dos revolucionários pela realidade objetiva é, no dizer de Lenin, o mais perigoso dos erros para os revolucionários. «Uma longa, dura e sangrenta experiência nos convenceu que apenas com sentimentos revolucionários é impossível elaborar uma tática revolucionária. A tática deve ser elaborada levando em conta serenamente, e de modo estritamente objetivo, todas as forças de classe», «a experiência dos movimentos revolucionários e a disposição de forças em presença (Lenin — A doença infantil do esquerdismo no comunismo).

Cabe-nos encontrar a espinha dorsal da nossa política tomando como ponto de partida as forças motrizes essenciais do desenvolvimento social brasileiro, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes de todas as classes e setores progressistas do nosso povo, o caráter, as proporções e a profundidade do movimento real. Como consequência, os objetivos principais a alcançar na atual etapa histórica do desenvolvimento do Brasil devem corresponder à riqueza de suas singularidades como nação, às condições concretas do momento presente, à psicologia do nosso povo e às experiências das suas lutas, não sendo obrigatoriamente necessário indicar desde logo as tarefas antimperialistas e democráticas na sua totalidade. É boa política indicar apenas medidas que, embora não destruindo de vez toda a atual organização econômica e social brasileira, golpeiem seu predomínio e criem as condições para a liquidação progressivamente, pelos impulsos do próprio movimento revolucionário. Na formulação das tarefas é imprescindível dar-lhes coerência orgânica, mas tudo devemos fazer para não sobrecarregar em demais e desnecessariamente o movimento revolucionário, a fim de facilitar ao nosso Partido a sua missão primordial de agrupar todas as forças da frente única, permanentes ou ocasionais, precisando claramente os interesses das classes e dos setores que podem ser unidos, através de medidas capazes de proporcionar um impulso permanente na vida política brasileira, partindo sempre dos interesses das massas. Não nos afastando das experiências do movimento de massas e do que esse é capaz de realizar, temos sempre condições de indicar os meios e as formas mais prováveis e mais vantajosas para impulsionar o movimento real, para estabelecer as melhores relações com as massas e os aliados, para desenvolver e consolidar a frente única e para expandir as forças do nosso Partido, através de palavras-de-ordem e de ações de massas possíveis e necessárias em cada momento.

É, na verdade, uma concepção nova e uma política nova na compreensão das características da frente única e das formas flexíveis para fortalecê-la e desenvolvê-la, na compreensão da aliança entre operários e camponeses e da hegemonia do proletariado e dos meios e formas para lutar por elas na prática, pacientemente, dia a dia, através da atividade infatigável e de hábitos iniciativos dos comunistas. Nova é a concepção e nova é a política, também, na compreensão do caráter do governo que visamos alcançar e dos meios prováveis para conquistá-lo, incluindo-se aí a admissão do valor inestimável que representa o surgimento de governos de aproximação. O mesmo se verifica na indicação do caminho que mais convém à classe operária e à nação para alcançar os objetivos da revolução brasileira e dos meios de lutar-se e acumularem-se forças para transformar em realidade a possibilidade real da solução pacífica, sem perder a vigilância de que batalhas podem ser travadas, também, no terreno da luta armada, nos casos em que as forças reacionárias e pró-inequas em desespero de causa venham a empregar a violência contra as forças revolucionárias e progressistas. De importância equivalente se reveste a atitude positiva de propor soluções para cada reivindicação parcial e radical e de buscar os melhores meios e formas para lutar vitoriosamente para alcançá-las.

única nacionalista e democrática, capaz de fortalecer as posições do movimento revolucionário e de facilitar aos comunistas e ao trabalho cotidiano de despertar as massas de milhões de brasileiros e de dirigir acertadamente as suas lutas. Se não nos curamos das doenças crônicas do sectarismo na concepção do desenvolvimento da revolução brasileira, do método de elaborar a política do Partido e na compreensão dos meios e formas de impulsionar o movimento revolucionário, é de todo impossível estabelecer de modo flexível e hábil a conexão dialética entre as verdades universais do marxismo-leninismo e a originalidade com que se reveste o desenvolvimento dos fatores da revolução brasileira e transformar esta conexão em um processo vivo e atuante, em um movimento de massas de milhões de brasileiros.

### Mimetismo e vascas do sectarismo

Mil vezes já se tentou no nosso Partido alcançar grandes colheitas nos terrenos estereis das políticas esquerdistas e através dos métodos sectários; mil vezes, como não podia deixar de ser, se fracassou. Subestimação prática das massas como única força capaz de transformar a realidade social, substituição da mobilização e organização das massas pelas ações puramente agitativas dos comunistas, pouca atenção às circunstâncias e aos fatos reais e apreensões exageradas do verdadeiro nível associativo e de consciência política das massas ao formular as suas reivindicações e dirigir as suas lutas, insuficiente preocupação pela unidade da classe operária, pelas formas viáveis de aliança dos operários com os camponeses e os setores semi-proletários e da pequena burguesia urbana e pelo desenvolvimento da frente única, peraltências em impor e manter formas pré-fabricadas de organização das massas e da frente única, débil participação na atividade das associações de massas existentes, excessiva atenção pelo trabalho de cúpula e pelas iniciativas espetaculares, maneiras rígidas, bruscas, impositivas e exclusivistas de trabalhar com as massas e os aliados e de dirigí-las, descuido em procurar mercar, ganhar e conquistar a maior confiança das massas, tentativas continuadas de fazer vistozinha ou de procurar passar como algo sobre brassas diante das fases ou situações difíceis do movimento revolucionário e de seus problemas complicados, foram concepções e práticas comuns, usadas e abusadas, na nossa atividade entre as massas e na frente única. Como chegar a dirigir, assim, massas de milhões de brasileiros? Como conseguir desempenhar, então, um papel hegemônico nas lutas do nosso povo? Impossível; é impossível também, deixarmos de reconhecer publicamente que malfadados foram ao nosso Partido e ao movimento revolucionário brasileiro as concepções e práticas sectárias e de, abertamente, fazermos autocritica pelos enormes prejuízos verificados.

Compreende-se que no passado buscássemos ofuscar a visão uns dos outros com o brilho do europeísmo esquerdista, como se fosse ouro de lei. Coberto com o manto de frases sonoras de fidelidade aos interesses de classe do proletariado e aos princípios marxistas-leninistas, o oportunismo esquerdista, tão estranho ao marxismo-leninismo quanto o oportunismo direitista, viveu e cevou-se tranquilamente, sem receber o merecido combate. Temerosos dos epítetos dos esquerdistas e receando cair em posições direitistas, conciliou-se mil vezes com o esquerdismo virulento e não fomos capazes de romper com a tradição sectária profundamente arraigada no organismo partidário, das direções superiores às bases. Generalizou-se a apreensão ante a possibilidade de que se fosse carimbado de direitista. Quem quereria passar por direitista? Quantos se esforçaram intencionalmente para aparecer como sectários, já que ser sectário era sinal de firme posição de classe do proletariado? Ser direitista era o pior antema; ser esquerdista era a maior auréola.

Contra as concepções e práticas esquerdistas e sectárias se alçou, porém, a consciência do coletivo partidário a partir de 1956, consciência que se veio plasmando, pouco a pouco em anos e anos de prática revolucionária. A nova política dos comunistas, que daí resultou, estruturou-se no processo de ruptura com o esquerdismo e o sectarismo estereis e nocivos, pois essa era a condição elementar para começarmos a resolver a tarefa de trabalhar corretamente com as mais amplas massas do nosso povo, de explorar as contradições existentes entre os adversários e de isolar os imperialistas lanques e os entreguistas. A nova política do Partido, realista, flexível, coerente e que se forma dia a dia, nos foi e está sendo imposta pela vida, pelas próprias necessidades do desenvolvimento do movimento revolucionário do nosso povo; e nisto está a sua solidez e a maior garantia dos seus sucessos.

Vão têm sido e vão serão as tentativas de dar volta atrás neste processo novo, irreversível. Não há elixir que possa avigorar as forças combatidas do esquerdismo; não há milagre que lhe dê vida. Ninguém quer passar hoje, abertamente, por esquerdista. Talvez não se deseje ser esquerdista; nem por isto, entretanto, se deixará de sê-lo, se não se fizer auto-crítica e buscar reduzir-se. A pedra de toque é a posição em que nos colocamos para elaborar a política a seguir pelo nosso Partido. Se não se aceita subjetivamente o fato objetivo de que a contradição antimperialista é fundamental e dominante e à base disto se informa toda a nossa política, tudo o mais será consequência. Ao não se reprimir a primeira fantasia, cai-se nas posições esquerdistas e afunda-se no abismo de todas as demais fantasias. Subestimamos a aliança com a burguesia e só se considera possível, talvez, realizá-la com alguns dos seus setores; afirma-se ser ilusório unirmo-nos à burguesia e combatê-la ao mesmo tempo na frente única; acha-se que a direção do golpe principal deve ser contra os nacional-reformistas ou os conciliadores; coloca-se a luta agrária no terreno da luta exclusiva e imediata pela conquista da terra; ignora-se a existência de contradições e

divergências no campo adversário e não se vêem condições de aproveitá-las para concentrar o fogo nos imperialistas lanques e nos seus agentes entreguistas; desprezam-se as possibilidades de marchar temporariamente e em torno de problemas concretos com elementos e mesmo setores do campo inimigo que não sejam o inimigo principal; pretendem-se colocar todas as tarefas nacionais, agrárias, democráticas, e populares de uma só vez e vencer todos os inimigos ao mesmo tempo; nega-se o caráter heterogêneo do governo e se o considera um bloco homogêneo de reacionários e entreguistas; atribui-se erroneamente a tarefa imediata da frente única a luta por um governo possível de alcançar agora e capaz de abrir caminho ao governo de todas as forças nacionalistas, democráticas e populares. Exclui-se o caminho pacífico como possibilidade real. E as fantasias não param aí; consideram até que não há outro meio senão derrotar todo mundo de uma vez e da noite para o dia, ainda que na prática não derrotem ninguém. Que é tudo isto? Digamos que se quis, proclame-se o que se proclamar, esta posição está saturada até a medula de elementos esquerdistas. Em alguns essa concepção pode ser mais ou menos incoerente e fragmentária, mas o denominador comum é uma compreensão esquerdista do desenvolvimento do movimento revolucionário brasileiro. O som e a plumagem das palavras podem ser distintos, mas encobrem o mesmo corpo disforme do velho sectarismo em agonia. É o rível que se tenta procurar fugir do fogo, mas se calha nas brasas. Queira-se ou não, repudia-se, assim, na realidade, a luta pela hegemonia do proletariado, porque se leva o proletariado a combater praticamente isolado; e, por este caminho, a experiência já nos mostrou, até a saciedade, que a revolução brasileira jamais poderá triunfar.

Não se pode deixar de fustigar os intentos esquerdistas de isolar a classe operária dos seus aliados naturais, como também daqueles aliados que são possíveis numa ou outra circunstância, temporários e capitulacionistas, podendo ser aliados ou neutrais hoje e até mesmo traidores e inimigos amanhã. Já em 1872, Marx dizia que os sectários «submetem à crítica os antagonismos sociais e simultaneamente brigam soluções fantásticas que as massas operárias não têm mais que aceitar por completo, difundir e pôr praticamente em ação ao tempo em que aqueles se conservam estranhos de toda atividade política real, mantêm-se isolados diante de toda ação conjunta e convertem-se em obstáculos da ação quando esta os supera». «Em uma palavra, representam a infância do movimento proletário, como a astrologia e a alquimia representam a infância da química» (Carlos Marx — Crítica ao Programa de Gotha, pags. 135 e 136, Editorial Lautaro, Buenos Aires).

### Por a nu as ideias esquerdistas

A tradição sectária e esquerdista se mimetiza e aparece na lida qual arrojado bramindo suas palavras sagradas contra os males direitistas. Até aí são compreensíveis e representam importantes advertências em face de erros e de tendências direitistas, descontando-se os naturais exageros de quem está obstinadamente no polo oposto à direita. Se daí, porém, proclama-se que as nossas políticas esquerdistas, incluindo-se as posições voluntaristas e aventureiras de 1948 a 1950, apenas não eram justas, então já se vai percebendo a sua verdadeira face. E se se acrescenta que as nossas concepções e práticas sectárias nos métodos de trabalho com as massas e os aliados — causadoras de tão grandes prejuízos ao nosso Partido e ao movimento revolucionário brasileiro — apresentavam apenas graves defeitos, a fisiologia do sectarismo se torna ainda mais clara. Indicar, só de passagem, o mostrador de nossas anteriores posições políticas e de nossos métodos de trabalho e de direção, em vez de deter-se na análise e crítica do mecanismo interior da nossa tradição sectária e esquerdista que lhes deram origem, parece-nos uma atitude simplista e irreflexiva.

Se retomemos mais a nossa atenção, atrás disto está a figura esquelética do sectarismo, com toda nitidez. Pugnar pela ampla frente única de forças sociais e políticas, que incluía a burguesia e, também, numa ou outra circunstância, e em face de problemas concretos, até mesmo setores de latifundiários, para conquistar reivindicações nacionalistas e democráticas, é linha de direita? Compreender que os interesses dos inimigos do nosso povo são atingidos pela luta democrática e nacionalista, em diferentes situações, de maneiras diversas, e, por isso, adotar em relação aos mesmos posições distintas, capazes de facilitar a cada momento a concentração do máximo de força contra o imperialismo lanque e seus agentes entreguistas, será mais difícil do que considerar uma tal política de falsa, idealista? Buscar alcançar, através de amplas e poderosas ações de massas, desde agora, dentro do atual regime, um governo nacionalista e democrático, capaz de realizar, apoiado no povo e nas suas lutas, transformações radicais que destruam este regime que aí está e construa um novo regime, é uma posição oportunista? Lutar por soluções nacionalistas, democráticas e populares de caráter parcial e radical, no terreno social, econômico e político, e adotar uma tática de acumulação das forças revolucionárias, é afastar o nosso Partido e as massas do caminho revolucionário? As concepções do caminho revolucionário que ter a visão sobre política através de um espelho curvo. Aos aráculos do esquerdismo, porém, são sempre possíveis raciocínios involuntariamente falsos e atitudes visionárias, para daí tirarem ilações fantásticas e lançarem catilânias contra tudo e todos que não estejam de acordo com as suas alegorias.

Todo esquerdista tem uma predileção instintiva em baralhar o real, parecendo transformar a política numa espécie de jogo de «caça-ogre». É um vício lamentável. Não se pode deixar de pôr a nu as ideias esquerdistas, despidendo-se das suas roupagens novas. E isto é indispensável para mostrar o acerto da política reconhecida nas Teses — política

que reflete os interesses de classe do proletariado — e fazer com que a sua verdadeira expressão seja fielmente realizada.

### Seguir a política de frente única de massas

Formulada a nova linha do Partido não se podia considerá-la como qualquer coisa elaborada de uma vez para sempre nem que se estava imune de equívocos e erros na sua estruturação e na sua aplicação. E isto era essencial para que a nossa linha tivesse todas as possibilidades de se aperfeiçoar e se enriquecer sempre no fogo dos movimentos e das ações de massas.

Se a nova política contém lacunas e erros na sua estruturação, busquemos corrigi-las e quando antes para não se tornarem duráveis. Se na sua realização manifestam-se, na direção e em todos os escalões do nosso Partido, tendências errôneas de direita e de esquerda, que vêm causando prejuízos à correta orientação do movimento operário e da luta antimperialista e democrática, algumas das quais justamente assinaladas pelas Teses, busquemos igualmente descobri-las todas e vencê-las todas o mais rapidamente possível. Nem na direita nem na esquerda podemos dar solução justa e enfrentar com êxito os problemas da aliança entre operários e camponeses e entre aqueles e as massas da pequena burguesia urbana; consequentemente, em nenhuma das duas posições podemos tampouco resolver com justeza os problemas das nossas relações com a burguesia, da unidade para a luta pelas reivindicações nacionalistas e democráticas e do combate ao seu espírito conciliador e capitulacionista nos quadros da política de ampla frente única. A direita, um caldosopelo de ilusórias soluções inspiradas nos figurinos burgueses; à esquerda, um narcótico que conduz inevitavelmente ao isolamento, à inércia e à atrofia. Tudo devemos fazer para reduzir ao mínimo nossas falhas e erros, para evitar o mais possível os graves erros, para tirar ensinamentos dos pequenos erros e dos erros parciais e temporários, a fim de que não se convertam em grandes e duradouros. E também para que não aproximemos sempre mais da verdade e cheguemos a posições políticas cada vez mais justas.

Sabendo-se que os hábitos arraigados só se mudam gradualmente e que na ampla e audaz política de frente única nacionalista e democrática e na sua aplicação é sempre possível haver erros, inferese-se indispensável existir tolerância e paciência, se não estamos muito em equívoco. A par de criticar-nos e autocriticar-nos e de fazer esforços continuados para superar os velhos hábitos sectários e os erros na realização da nova linha, essa tolerância e paciência parecem necessárias para que haja independência de pensamento e de caráter e surjam ideias novas, a fim de que se construam gradualmente novos hábitos e se desenvolvam sempre mais iniciativas oriundas no terreno fértil da linha de massas e dos movimentos e lutas de massas.

De forma alguma, porém, temos o direito de aceitar uma volta atrás, à velha tradição sectária e esquerdista, que surge hoje mimetizada. Isto não; seria o mesmo que nos deixáramos enlevar pelo palavreado ruidoso dos esquerdistas e marcharmos de olhos vendados para o abismo. Por que só vêm, sempre e em toda parte, graves perigos, gravíssimas consequências, na ampla e audaz política de frente única e de luta de massas por um governo nacionalista e democrático? Não parece que a firmeza de princípios e a «defesa dos interesses de classe do proletariado» dos camaradas esquerdistas são a expressão mais típica da desorientação política diante das dificuldades que exige a busca continuada de novos métodos, persuasivos e flexíveis, para despertar, esclarecer, unir e dirigir as massas e todas as forças aliadas, permanentes ou temporárias? Neste terreno, é trabalho perdido recorrer às fórmulas já confeccionadas nos livros ou mesmo às experiências válidas em ambiente e situações inteiramente distintos. As nossas tarefas são tarefas cuja solução não se encontram em nenhum livro comunista mas através das nossas próprias experiências, variáveis conforme as circunstâncias concretas, os hábitos e costumes do nosso povo, o nível de sua consciência política, de seus movimentos e lutas. Os princípios marxista-leninistas nos são guias insubstituíveis não para esgrimi-los fora da vida real das massas mas para orientar-nos corretamente na busca da verdade a partir dos fatos concretos. A fim de superar as dificuldades extraordinárias para desenvolver a frente única nacionalista e democrática e suas ações políticas de massas e para resolver os seus complicados problemas, que surgem de momento a momento, dependemos da análise dos fatos reais e das experiências vividas dos movimentos e lutas de massas. Nisto está o segredo do mais rápido desenvolvimento do nosso Partido e da revolução brasileira, porque só aí teremos os elementos para impulsionar vitoriosamente a frente única nacionalista e democrática, a unidade da classe operária, a aliança entre operários e camponeses e a hegemonia do proletariado.

É de meridiana evidência que as necessidades históricas do desenvolvimento das lutas do nosso povo e do fortalecimento do nosso Partido nos impõem impedir qualquer volta à tradição sectária e nos impõem também avançar na estrada real da linha de massas. O nosso Partido e a revolução brasileira têm na linha de massas e numa ampla, audaz e flexível política de frente única e nas suas ações políticas de massas a seiva para se desenvolverem, florescerem e frutificarem.

Quanto mais o nosso Partido se guiar firmemente pela linha de massas e pela política de ampla frente única e das ações de massas da frente única tanto maiores serão os êxitos, tanto maior será a garantia da vitória. E, como dizia Marx, só assim a revolução reunirá o corpo sem o qual seu solo se converteria no canto de ciané.

Camaradas:

Trago aqui minha modesta contribuição para a discussão sobre teses, fase em que se encontram as «Teses para Discussão». E o faço certo de que é imprescindível o pronunciamento de todos os camaradas que estão em nível teórico capaz de fazê-lo, pois desta discussão sairá, naturalmente, a linha certa, justa, necessária à emancipação do povo brasileiro que, para conseguir esse fim, deverá se organizar em ampla frente nacionalista e popular. Em prego aqui o termo «popular» e não «democrático» — embora sejam equivalentes — porque «popular» se destina mais como lema de massas do que «democrático», que se ajusta mais à burguesia e à classe média.

Vamos então ao miolo da questão.

**PREDOMÍNIO IMPERIALISTA** — O imperialismo norte-americano que aos poucos foi se impondo perante seus concorrentes ganhou predomínio absoluto após a guerra 1939-1945 tanto na exportação como na importação brasileira. Enquanto exportamos produtos agrários especialmente o café, importamos quinquilharias, indústria leve, combustíveis, e também... dinheiro a juros altos. Outros países imperialistas, somente no último quinquênio conseguiram penetrar em brechas deixadas pelo adversário, apresentando algum valor em nosso comércio de exportação. Em consequência de «importar mais que exportar», temos um desequilíbrio permanente em nossa balança de pagamentos, causador da escassez cambial que é uma excelente estimuladora da inflação interna, pois desfalca de recursos, o governo se vê obrigado a emitir, causando a desvalorização do dinheiro e a aparente valorização das coisas.

**MONOPÓLIO DA TERRA** — Grande número de propriedades agrícolas são de estrutura latifundiária, de tipo arcaico, ainda com sobrevivência, de formas pré-capitalistas de exploração. Não há legislação trabalhista estabelecendo direitos de trabalho aos assalariados rurais e os processos de trabalho são os mais primitivos com baixo rendimento. Encontramos, entretanto, certas áreas meridionais com métodos mais modernos de cultivo, enquanto, na maioria, a penetração capitalista na agricultura é lenta.

**INDUSTRIALIZAÇÃO** — A pequena indústria, de bens de consumo, já abastece o mercado interno e progride à medida do aumento da população urbana e da penetração capitalista na agricultura. A indústria de base é incipiente, tanto na produção energética como na siderúrgica, cujas iniciativas progressistas e nacionais têm pertencido ao Estado do que mesmo à burguesia nacional. A instalação industrial se encontra localizada também em área meridional. Por isso mesmo, os aspectos sociais e econômicos não são homogêneos em todas as regiões, daí resultando tipos diferentes de conteúdo político.

**DEMOCRACIA** — Funcionam atualmente os órgãos democráticos de governo capitalista, apesar de não ser permitida a existência legal do partido do proletariado e do camponado. Há liberdades públicas que às vezes são esboçadas pelos setores comprometidos com o imperialismo e incrustados no aparelho do Estado. O funcionamento dos órgãos democráticos permite a colocação das reivindicações trabalhistas e populares, tanto nos órgãos legislativos como no tablado da praça pública. Usando do processo democrático as forças nacionais empreendem a luta antimperialista e anti feudal, isto é contra o imperialismo norte-americano, e por medidas que destroam progressivamente o monopólio da terra, no processo da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

**REVOLUÇÃO BRASILEIRA** — Isto posto, conclui-se que, a revolução brasileira se encontra na etapa antimperialista, anti feudal, nacional e democrática. O processo de desenvolvimento econômico, estimulado pela industrialização, seja ela de bens de consumo, energia ou siderúrgica, em setores não comprometidos com o imperialismo norte-americano, apresenta características contraditórias. Estas contradições são fundamentais para a Revolução Brasileira, enquanto que o antagonismo entre proletariado e burguesia é secundário, datado o caráter progressista do desenvolvimento proletário reside no próprio interesse da conquista do socialismo no Brasil.

**FRENTE NACIONALISTA E POPULAR** — Somente uma força social capaz de impulsionar o desenvolvimento nacional, e praticar a democracia, será capaz de arregimentar as diferentes camadas sociais interessadas na emancipação e no progresso. Essa força deverá constar principalmente da burguesia nacional e do proletariado, mais a pequena burguesia urbana, a intelectualidade e o camponado. É também, em alguns casos, latifundiários e grupos capitalistas ligados a monopólios concorrentes dos norte-americanos. Essa força social, ou seja a frente nacionalista e popular ganha corpo após as lutas pelos interesses nacionais e das massas, determinando a polarização seguinte: de um lado, nacionalistas, e de outro lado, entreguistas. Essa polarização será conseguida com a unidade de organização das forças nacionalistas e populares, e para a qual deverá contribuir a capacidade de trabalho e dedicação dos comunistas, pois a composição de forças heterogêneas lutando por interesses comuns, opõem-se em certos pontos cujos interesses defendem. Como a burguesia nacional e o proletariado são

duas forças sociais aliadas, constituindo o fundamento da frente nacionalista e popular, a hegemonia do movimento caberá a quem souber dirigir-lo com maior força organizativa e revolucionária. O proletariado como força social consequente, tem todas as condições para conquistar essa hegemonia, ou seja a sua direção, desde que mantenha independência ideológica, política e organizativa, estabelecendo alianças com o camponado e a classe média, ou seja pequena burguesia urbana e intelectualidade. Se isso não ocorrer, apesar da burguesia ser força social incoerente, vacilante e disposta a compromissos com entreguistas e reacionários, ela empolgará o movimento, como já vimos acontecer em outros países.

**CAMINHO PACÍFICO PARA A REVOLUÇÃO BRASILEIRA** — Em decorrência, principalmente de suas condições internas, existe a possibilidade do caminho pacífico para a revolução brasileira. Além disso, essa possibilidade é fortalecida pela situação internacional que nos apresenta o socialismo vitorioso em vários países, constituído em sistema florescente, enquanto o capitalismo entra em decadência. Se as condições internas nos apresentam as contradições entre a burguesia nacional e o imperialismo norte-americano, pior inimigo do socialismo, há o enorme potencial do progresso econômico, científico e tecnológico do campo socialista inflando na tomada de posição das forças nacionais. A campanha eleitoral ora se desenrolando, apresentou duas candidaturas destinadas à polarização entre forças contraditórias: Lott, representante dos nacionalistas, e Jânio, os entreguistas. A capacidade de mobilização nacional e popular depende a vitória ou derrota do nacionalismo. Se isto ocorrer, entraremos em grave período histórico, do qual somente sairemos após grandes sacrifícios.

**CONCLUSÃO** — Sou contra Gracilo, Pomar, Chade, Amazonas, Daniell, Ploze, Diógenes, e outros, por defenderem posições sectárias, esquerdistas e dogmáticas, e por serem em sua maioria, responsáveis pelas linhas tortuosas do Partido desde a conquista da legalidade e pelo anti-leninismo na organização, na direção e no trabalho. O camarada Prestes não está isento desta culpa, mas em boa hora saiu do palheiro. Isto tudo conduziu o P. às atuais dificuldades, tanto ideológicas como políticas e organizativas, cabendo-lhe a responsabilidade da fraqueza atual do movimento nacionalista e popular, porque não lançou os pilares desse edifício na época própria. Se fosse analisar aqui os detalhes da posição de cada camarada responsável por esses erros, ora se debatendo em ângulo especial, a minha manifestação se tornaria longa demais.

Estou, no fundamental, com as Teses, embora nelas possa encontrar alguma coisa secundária e não ajustável. Não sou oportunista de direita, nem tão pouco nacional-reformista, nem ainda liquidacionista. Não superestimo o capitalismo, nem subestimo o papel do proletariado e do camponado. Não sou revisionista, nem tão pouco ando à rebuque da burguesia. Sou, isto sim, centrista, com tendências de esquerda, que me parece ser a posição das Teses, única posição tática conveniente aos interesses da Revolução Brasileira desde há muitos anos, tais as peculiaridades nacionais. Sou nacionalista (centrista), como posição fundamental para a luta antimperialista; e popular (tendência de esquerda), ou seja democrático, pela missão histórica do proletariado aliado ao camponado em estabelecer o socialismo substituindo o capitalismo.

Somente graves acontecimentos internacionais poderão mudar de rumo esta posição, ficando claro que a revisão tática obedecerá aos ditames da nova situação.

Esta é minha contribuição ao Partido.  
José de Andrade Freire  
(São Paulo)

**COMUNICADO**

Os responsáveis pela TRIBUNA DE DEBATE comunicam a todos os interessados que foram estabelecidas as seguintes normas sobre a publicação dos artigos e cartas:

- A fim de possibilitar a participação do maior número de companheiros no debate, cada participante terá direito a um máximo de 10 laudas dactilografadas (30 linhas por lauda) em cada edição da TRIBUNA DE DEBATE. Os artigos que excederem a este limite serão divididos e publicados em série.
- Os artigos e cartas serão publicados por ordem de recebimento na redação de NOVOS RUMOS. Em cada edição da TRIBUNA DE DEBATE figurará uma relação dos artigos recebidos, segundo a ordem em que serão publicados.

ALVARO DE FARIA (São Paulo)

# «Marxismo» Formal e Marxismo Leninista

Depois de termos vivido uma época de unanimidades arbitrariamente impostas, encontramos agora, no ensejo do V Congresso, frente a frente com divergências que parecem ser acima de tudo, formais.

Nota-se que uns e outros afirmam coisas equivalentes, mas acusam-se reciprocamente. Talvez o que se passa seja ainda o remanescente de um passado partidário dominado por uma orientação pendular e empírica, moldada em diretrizes de origem abstrata.

Deixando de falar na ANL como movimento forçado em fase de ascensão do fascismo, podemos lembrar o apoio incondicional a Getúlio na paz e na guerra, a palavra de ordem **cabalo Dutra**, a inclusão de sermos par de governo na administração Ademar, a votação em Getúlio e a propensão de derrubar o seu governo, a nossa ajuda à oposição de direita que acabou dando o golpe de 24 de agosto. Depois de não termos enxergado o desenvolvimento nacional do pós-guerra, passamos a lhe atribuir tintas antimperialistas e assim, também, foi com a nossa burguesia. Depois de tê-la desconfiado, emprestamos-lhe, agora, um teor revolucionário.

E como custamos a descobrir que o movimento cubano era revolucionário! Só porque não se fez em termos de competição democrática. Assim é que nos tem sido penoso descobrir aqui, por nós mesmos, que não nasceu com a fisionomia clássica, por nós mesmos.

Tudo isso, porém, não deve estar acontecendo por acaso. Não é possível que uma sistemática orientação oscilatória seja apenas casual. Há de haver para ela uma explicação e temos de encontrá-la se pretendemos superar um sistema que acurta-nos crescentes prejuízos.

Admito que tudo isso evidencie a existência, entre nós, de um pensamento em abstrato desligado da realidade histórica e materialista. E o que está atrás tem, também, a mesma marca. Não é o que nos revelam os encontros e as palestras entre comunistas? Quando estes se encontram é para discutir conceitos, fórmulas, enteadas abstratas tornadas finalidades em si, tais como reforma agrária, burguesia nacional, desenvolvimento, progresso, ditadura do proletariado, o partido, realismo socialista, a nação e outras tantas, lembrando muito os escolásticos.

De prática, o que tem sobrado não vai muito além da propaganda das teses de socialismo científico que adquirem prestígio e autoridade, menos pelo que temos dito do que pelo estilo concreto que lhes dão os regimes socialistas, vitoriosos hoje no mundo.

Fora disso, concretamente, os comunistas só têm produzido, em épocas eleitorais, quando se mobiliza o povo para alguma coisa material, como são as eleições e, assim mesmo, para votar em candidatos de outra classe.

Sem um programa no referido período, as diretrizes eram mais ou menos improvisadas. Não saíam de uma audiência e de uma consulta aos comunistas e ao povo, de uma análise objetiva da situação existente e, sobretudo, essas diretrizes não eram formuladas à luz dos propósitos definidos num programa inspirado nos interesses das classes trabalhadoras e em função das suas lutas de classes. Tinham sempre o aspecto de visarem finalidades em si, bem como saídas, umas desligadas das outras, abstraido do fato de serem simples pontos de um tecido histórico internacional sem fim.

Pois bem, contra aquele método de imposições dogmáticas, os comunistas levantam, hoje um protesto geral que, sem embargo, deve fugir do estilo abstrato e formal.

Contra o dogma e contra as unanimidades abúlicas, as atuais manifestações conservam ainda umas tintas formalistas e o que torna as teses e as discussões um tanto incapazes de nos esclarecer sobre o nosso caminho para o socialismo é o fato de permanecermos num plano pouco concreto.

Discute-se, por exemplo, a questão da burguesia nacional em termos tais que nos levam a crer que haja mesmo uma burguesia em si, autogerada, qual entidade abstrata com existência própria e sem ser engendrada pelos contrários e que, ao estar nascendo entre dois fogos, o imperialismo de um lado e as classes trabalhadoras de outro.

É claro, porém, que como tudo que existe, as classes se formam e se caracterizam também pelos seus contrários específicos aos quais estão ligadas e condicionadas.

A burguesia nacional, em si mesma, assim não existe, nem deixa de existir. Sua existência depende menos dela do que de seus oponentes. No estado atual, formar-se-la ela sem o imperialismo e sem o proletariado?

Nas relações de exploração da semi-colônia brasileira por uma burguesia internacional, ela vem se formando ao mesmo tempo em que o proletariado também se forma. Ela vem sendo criada em função das relações que se estão engendrando. Conforme estas relações o determinarem, assim será ela, podendo então passar de um estado germinal para um atuante.

Se, como até aqui, forem as relações com o imperialismo as que se impuserem aos germes da burguesia, esta continuará a ser, dele, apenas um galho. Mas se avultarem as relações com as classes trabalhadoras, a maior parte dela tomará caminho da defesa do patrimônio nacional, contra os imperialistas.

Encarando assim, não em abstrato, mas em concreto, não a burguesia em si, mas suas relações materialistas e históricas, em função das relações autênticas que veremos qual academia ficará a discussão que pretende fixar se existe ou não burguesia nacional e se ela será ou não revolucionária, pois o que irá prescrever-lhe a existência e o destino será menos ela do que as suas relações com os seus contrários.

A burguesia brasileira, com classe colocada entre dois fogos, terá pouca possibilidade de intervir, com o seu sub-objetivo de classe, na conduta da política atual e nas diretrizes da próxima marcha da nossa História.

Dessa maneira, no futuro próximo, sua direção será determinada pela corrente cujas forças, na correlação, avultarem. Sem dúvida, as do imperialismo estão muito por baixo e marcham para uma decadência inevitável e, assim, seria acreditar muito pouco nas classes trabalhadoras, admitir que seriam

as déles, e não as destas, as que devam impor sua vontade.

Nesse caso delineia-se a conduta dos comunistas. Não vejo outra, senão a de confiar nas possibilidades das classes trabalhadoras, nas suas lutas, sem jamais admitir que a nossa burguesia tenha atualmente condições de ditar as diretrizes políticas da nossa Pátria. Mesmo porque, parece-me, só haverá burguesia nacional, progressista e democrática, se esta se ligar ao proletariado e só existirá na medida em que crescerem as forças populares, em que se organizarem e em que se tornarem atuantes.

Essas nossas debilidades não refletem a minoridade do nosso marxismo.

Nós, marxistas, ainda não nos emancipamos. Ainda não pensamos por conta própria, sem formalismos e com audiência, com a disposição de não nos pretermos às fórmulas quando estas estiverem superadas pelos fatos. Não aprendemos ainda a usar o marxismo como guia apenas, como farol a nos iluminar as rotas da vida. Parece que o único funciona o leito de Procusto, ajustando sempre o objeto ao sujeito.

No entanto, o que caracteriza o marxismo é o fato de ser a filosofia de concreto, isto é, de ser a filosofia para a qual o conhecimento concreto é sempre original, não passando de um momento da praxis, nesse sentido sendo ferreteado com o antimarxismo todo o conhecimento que não se origine em objeto, para voltar a ele sob a forma de trabalho humano, de intervenção do homem nas relações sociais de produção. Para o marxismo não há conhecimento sem origem material, sem elaboração mental em função da sua utilidade e sem aplicação na prática dinâmica, histórica.

Para chegarmos, porém, ao estágio de pensar habitualmente em termos concretos, temos de fazer, todos, uma dura e longa reeducação. Depois dos milênios em que, na sociedade de classes, dominou o pensamento formal, alienado do trabalho, os homens conservaram seu pensamento no estilo abstrato, do qual a duras penas se livraram.

Será, então, só nossa essa imaturidade?

Creio que não, apesar da nossa ter sido atacada de infantilismo e de ter sofrido deformações.

O XX Congresso do PCUS veio evidenciar que em setores dos meios socialistas, o marxismo sofria uma involução dogmática e semipolítica, em consequência do rebatimento da ideologia proletária nesses meios.

Se na União Soviética foi isso possível, que digamos fora dela, onde os marxistas, não devendo enfrentar as tarefas da construção socialista, nada mais tinham a fazer senão denunciar o capitalismo e a falência dele?

Entretanto, os males dessa deformação dogmática do marxismo foram, a tempo, denunciados naquele congresso para serem definitivamente expurgados.

E assim tinha de ser. Os comunistas estão enfrentando uma situação inédita na História das Lutas de Classes. Trata-se da revolução socialista nos quadros da coexistência e da competição pacífica.

Numa época marcada pela original correlação de forças, tão favorável aos socialistas que as destes são, hoje, capazes, na crise, de impor a saída que lhes convém — a de evitar a guerra mundial n. III —, numa época destas, os comunistas não terão sucesso se não respeitarem as tradições leninistas, tornando efetivamente antiimperialista, criador e concreto o marxismo.

Segundo parece, a revolução social é indivisível. Todo o mundo sobre a terra está dela participando: uns a favor, outros contra e o resto da humanidade nela envolvido, queira ou não.

Por isso a revolução russa apresenta-se-nos como o I ato da revolução mundial. O II ato seria, assim, o do surgimento das repúblicas populares. Dessa forma, defrontaremos agora o III ato — em que devemos estar participando — o qual, tudo nos leva a crer, não será mais depois do término de uma guerra, mas em lugar dela.

Ora, isto é o bastante para, ao prosseguimento da revolução, ser dado um caráter absolutamente novo. A revolução passou a ter características diferentes, devendo aproveitar toda a cultura do mundo capitalista, a partir dela, e não do marco zero, que será agora iniciada a administração operária. A revolução, podendo ser sem guerras civis e sem insurreições, devastadoras de vidas e da cultura, e sem suceder a uma guerra, limitará-se, agora, à mudança das instituições.

Nesse caso, a revolução terá, de início, características construtivas e seu alvo imediato, constante de seus programas de ação, estará endereçado às relações sociais. Explicando melhor: em lugar da política socialista continuar acentuando as relações de produção, passará a acentuar as relações sociais visando o destino popular a ser dado à produção. Em outras palavras: não ao invés de a revolução continuar sacrificando o homem em holocausto da produção, colocará esta, desde já, agora, a serviço do homem, o que vem a ser a fase socialista da luta de classes.

Parece que este aspecto é, de fato, muito importante.

Até aqui o marxismo, mesmo reduzido a formas semipolíticas, semidogmáticas e semiformalistas, poderia funcionar dando o relativo rendimento nos países como o nosso. Esse marxismo empírico e praticista poderia bastar para o caso, apesar de não satisfazer plenamente.

Mas hoje, defrontando um novo ciclo revolucionário em uma inédita correlação de forças, os socialistas têm de continuar as tradições leninistas. E isso é tanto mais importante que o que os marxistas têm de fazer, como forma atual da luta de classes, é evitar a guerra mundial n. III. Isso significa que deles se exige um comportamento inspirado na dialética e no concreto em que a capacidade de manobras, numa competição pacífica democrática com aqueles que são inimigos jurados do proletariado e dos povos, e em que a capacidade de tratamento com aqueles que são, ou poderão ser, aliados do proletariado não impliquem em concessão alguma no terreno dos princípios — um deles, o socialismo, como finalidade próxima e o outro, que ele só ad-

virá pelo empenho expresso da classe operária e sob a direção dela, como o meio daquele próximo objetivo.

E ainda mais: se a guerra for evitada e se os povos chegarem a herdar a cultura acumulada pela burguesia que acrescentada ao destino produtivo dado aos créditos que o armamentismo consome, teremos tal volume de produção que terá, o mundo, suficiente riqueza para dar início à vida civilizada em toda a terra.

A luta contra a guerra e contra o armamentismo — que só interessa aos comerciantes de armas — situa-se no campo das relações sociais onde a determinação dos homens fracassa se for dogmática e mecanicista.

Vencida a fase da luta de classes mundial pela criação das bases materiais mínimas do socialismo e chegada a era da luta pelo estabelecimento de uma super-estrutura social destinada a assegurar o aproveitamento da cultura pelo povo, o material sobre o qual os comunistas têm de exercer sua ação, sendo o próprio homem, terão eles, então, no seu meio e com seus aliados, de abolir os métodos de compulsão mecânica e passar a usar habitualmente os da persuasão dialética.

Isso importa em reconhecer que a hora é de a colocar o acento tônico de toda a nossa atividade na luta ideológica, combatendo o individualismo bur-

guês das outras classes, expurgando-o das nossas fileiras e, a partir daí, da classe operária e do povo.

Se os comunistas, nesta fase, vão poder suprir as guerras e vão conseguir levar ao poder as classes trabalhadoras pelas vias pacíficas democráticas, o que vai ser menos duro, em contrapartida terão muito mais complicada a sua luta.

Não se trata mais de acusar o capitalismo, e já sentença condenatória está na boca de todos os povos, mas, sim de propor a solução teórica dos problemas concretos, descobrindo para isso os meios materiais e, para os pôr em ação, as forças sociais necessárias. Isso significa que nesta era, para ser comunista não bastará ser do contra. Precisar-se-á, agora, ser a favor, isto é, precisar-se-á ter uma atitude positiva, construtiva.

Nesse sentido é que voltaremos àquilo que constituía o núcleo dos ensinamentos de Lenin: comunismo é igual à cultura; é igual à sabedoria.

E se, conforme parece, o germe do conhecimento é ideológico, o acerto de nossas concepções vai depender, cada vez mais, da posição ideológica de cada um de nós.

Por sua vez, ideologia não é uma atitude intelectual, objetivista, apertada, equidistante. Sua base é afetiva, partidária, subjetiva com raízes nos in-

## Tribuna de Debate

teresses do indivíduo, tanto que é legítimo comunista só aquele que goste sinceramente do povo, que o respeite; aquele que acredite nele e nas suas potencialidades e que, ao invés de ser um vulgar carreirista, um aprofiteur da revolução em cargos e em honrarias, seja um homem que encontre a glória de viver naquilo que, em lugar de tomar ou de aproveitar da revolução, passa a ela dar.

O comunista, situando-se nesta espiral da política proletária, que é a de interpretar o povo e as suas necessidades, sempre revolucionárias, para servi-lo terá as condições subjetivas mínimas necessárias para apreçar as relações de produção e as sociais em bases históricas e materialistas, sem subjetivismo individualista e tornar-se, então, concreto, não só na análise, mas também nos seus propósitos.

Inubidos da ideologia proletária, não sustentaremos discussões acadêmicas, formais, marcadas pelos preconceitos subjetivos e pelas posições individuais já assumidas. Irá predominar o interesse de acertar e não o de tirar partido do acerto e de cobrar por ele. Dominará o interesse construtivo, objetivo, esculpido do individualismo, este que em vários graus, todos nós temos ainda...

Suponho que no dia em que funcionarmos nessas bases, as nossas dis-

cussões irão encontrar a linha pela qual deveremos conduzir o proletariado ao poder, subordinando as formas de luta e os caminhos do poder proletário às viabilidades concretas e não a formas pré-estabelecidas.

E agora, um paradoxo. Dêses que a dialética sugere.

Se a seqüência da exposição das teses dá-nos uma impressão de constituir um conjunto de dados justapostos, creio, contudo, que elas e os seus defensores revelam uma orientação mais de acordo com o rumo das coisas, neste III Ciclo, do que a dos críticos.

Abstraindo o fato delas não acentuarem que a classe revolucionária, hoje, é só dos trabalhadores e que serão estes com suas lutas de classes, os únicos capazes de dar forma aos seus aliados e, sobretudo, à burguesia nacional, o certo é que atrás das teses e dos seus defensores descobriu um conteúdo e sentimentos muito mais próximos da ideologia proletária, que é construtiva, que é modesta.

Para mim, afinal, é isto o que mais conta e é o principal, pois se é certo que temos um programa não arregimentarmos o povo e não nos organizarmos sistematicamente, também é certo que quem põe a política em movimento são os homens.

E é sobre estes que precisamos pôr as vistas vigilantes.

CALIL CHADE

## SÔBRE A ESSÊNCIA POLÍTICA DAS TESES

O presente debate tem provado com abundância de argumentos que as «Teses», tal como a Declaração de Março, caracterizam-se pelo seu conteúdo apologetico do capitalismo nacional e, em consequência, pelo papel exagerado que atribui à burguesia brasileira, como classe, no curso da luta antimperialista e democrática. Não é meu desejo insistir no mesmo tema que, segundo me parece, está exaustivamente esclarecido. Poderia parecer chover no molhado. Efetivamente, até os camaradas que se têm esforçado na tarefa de defender a linha programática e fática exposta nas «Teses», como a, própria menina de seus olhos, nada mais têm feito senão oferecer mais argumentos em favor dos seus opositores. O camarada Gorender, por exemplo, tem sido muito prodígio em argumentos, mas contra si mesmo... Isto é incompreensível, já que a apologia do capitalismo nacional constitui a pilastre, emprestada, da Declaração de Março, que sustenta a linha política direita das «Teses». Ainda recentemente (NOVOS RUMOS — ... 10/6/60), o camarada Gorender nos brindava, numa inconvincente autodefesa, a seguinte reafirmação:

«No meu referido artigo de 1958, considerei — o que penso ser insofismável — que os comunistas brasileiros não podem deixar de tomar o desenvolvimento capitalista nacional como um ponto de partida para a sua luta pelo socialismo e afirmem o seguinte (citado por Grubis): «... a sociedade brasileira ascenderá a uma etapa mais alta como resultado deste mesmo desenvolvimento, que hoje objetivamente existe, à medida que ele ganhar aceleração, profundidade e consequência».

Al está o que o camarada Gorender afirma e reafirma muito certo de que: «Esta formulação, em si mesma, era e continua correta». Portanto, não pode o camarada Gorender alegar que o seu atual conhecimento reflete a insuficiência do primeiro contacto com a realidade do desenvolvimento capitalista no Brasil. Porém, que dizer das suas conclusões com relação ao marxismo-leninismo ou com relação aos interesses de classe do proletariado brasileiro? E' o que pretendemos examinar.

Fora de dúvida, os comunistas brasileiros, ao lutarem pelo socialismo, devem tomar como ponto de partida a complexidade da realidade econômica, social e política de nosso país. Entretanto, o camarada Gorender desta realidade toma apenas o desenvolvimento capitalista nacional. Por que não o desenvolvimento capitalista em geral do Brasil? Será que apenas o capitalismo nacional cria em seu desenvolvimento as bases materiais para a futura construção da sociedade socialista, ou é todo o desenvolvimento capitalista, inclusive, independentemente da vontade dos imperialistas, o próprio capital monopolista estrangeiro associado ou não a capitais nacionais? Sei que o camarada Gorender conhece isto como o vigário conhece o padre-nosso e nem pode negá-lo. Se destaca o papel do capitalismo nacional é porque lhe atribui virtudes especiais e outras, além da criação da base material para a futura construção socialista. E' o próprio camarada quem afirma que «a sociedade brasileira ascenderá a uma etapa mais alta como resultado deste mesmo desenvolvimento, que hoje objetivamente existe, à medida em que ele ganhar aceleração, profundidade e consequência». Está claro que o camarada Gorender considera que chegaremos no Brasil ao socialismo através do desenvolvimento do capitalismo nacional. Esta é precisamente a essência da fática exposta nas «Teses», onde se diz (tese 12) que o desenvolvimento capitalista nacional se contrapõe à dependência ao imperialismo e à manutenção do monopólio da terra, bem como, apoiado na acumulação interna constitui elemento progressista e dinâmico da economia brasileira, manifestando-se no incremento das forças produtivas e na expansão de novas relações de produção». (Grifado por mim — C.C.)

As «Teses» — documento cético, em virtude do choque entre as tendências existentes na comissão que o elaborou e na direção que o aprovou — não demonstram, em nenhuma de suas partes, onde e como desenvolvimento capitalista nacional se contrapõe à dependência ao imperialismo e à manutenção do monopólio da terra. Ao contrário, as teses 10 e 16, refletindo a realidade, negam a decaída contraposição do capitalismo nacional à dependência ao imperialismo. Na tese 10, diz-se: «Nos últimos tempos, à medida que progredia a industrialização do país a exploração imperialista se acentua por intermédio das inversões diretas, inclusive em diversos ramos fundamentais da indústria». Mais adiante, na mesma tese, vamos encontrar: «O capital norte-americano atua, em geral, em condições monopolistas ou tendentes ao monopó-

lio. Atrai para a sua órbita considerável parcela de capitais brasileiros, os quais, em vários casos, se associa diretamente». Até certas formas de capitalismo de Estado, afirma a tese 13, são utilizadas pelo imperialismo norte-americano, que possui forte influência no aparelho de Estado brasileiro...». Tratando da forma como o capitalismo penetra na agricultura brasileira, a tese 11 conclui que: «Nestas circunstâncias, não se abala, mas se reforça o regime monopolista da propriedade da terra». Por fim, na tese 16, onde se propõe um novo curso para o desenvolvimento da economia nacional, está dito precisamente o seguinte: «O processo de desenvolvimento capitalista da economia nacional vem seguindo um curso, que se caracteriza, pela tendência predominante de adaptação desse processo à dependência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas na agricultura». Se, como diz a tese 12, o capitalismo nacional se contrapõe à dependência ao imperialismo e à manutenção do monopólio da terra, então a outra tendência, a que não predomina atualmente, é a do desenvolvimento do capitalismo nacional — é o que foregoingmente temos que concluir de todo esse emaranhado contraditório de proposições.

O camarada Gorender nos ajuda a sair dessas dialéticas proposições com a formulação que ele considera que «era e continua correta», e segundo a qual, «a sociedade brasileira ascenderá a uma etapa mais alta como resultado deste desenvolvimento que hoje objetivamente existe, à medida em que ele ganhar aceleração, profundidade e consequência». O desenvolvimento a que se refere na citada formulação é o do capitalismo nacional e a «etapa mais alta», naturalmente, é a socialista.

Que conclusão tirar daí, senão a de que o desenvolvimento do capitalismo nacional nos levará ao socialismo? É medida em que ele ganhar aceleração, profundidade e consequência. Não se trata apenas de «aceleração e profundidade», mas também de «consequência». O camarada Gorender está convencido da consequência do desenvolvimento capitalista nacional, em sua contraposição à dependência ao imperialismo e à manutenção do monopólio da terra. Ou será «consequência» de outra natureza? Querereá dizer da capacidade do capitalismo nacional nos levar ao socialismo? Se é assim, se nós, comunistas brasileiros, lutamos pelo socialismo, nossa tarefa deve ser, segundo o camarada Gorender e a linha política das «Teses», a de ajudar o capitalismo nacional a «ganhar aceleração, profundidade e consequência». Em outras palavras: ajudemos a burguesia brasileira a se enriquecer, isto é, a explorar mais e mais a classe operária! Será esse o significado da «adequação» da luta do proletariado contra a burguesia na frente única, a que se referem as «Teses»?

O camarada Gorender há de convir que aquela formulação, que ele considera que «era e continua correta», conduz, inevitavelmente, a duas posições revisionistas muito conhecidas: 1) a da integração do capitalismo ao socialismo, tão ardentemente defendida pelos revisionistas modernos, em particular pelos iugoslavos; 2) a teoria da revolução através do desenvolvimento das forças produtivas. Aliás, uma e outra são aspectos de uma mesma posição ideológica de diferentes correntes oportunistas de direita já aparecidas no seio do movimento operário. Ambas pleiteiam o aperfeiçoamento do capitalismo, tornando-o mais «humano», «democrático» e, entre nós, mais nacional. Claro que, sempre, para que essa mercadoria possa ser impingida à classe operária, os seus criadores e defensores acenaram e acenam com a possibilidade de se chegar, através desse doloroso e obscuro caminho, ao socialismo. Sem dúvida, não obstante todos os esforços e todas as teorias dos revisionistas e oportunistas para retardar o processo revolucionário, todos os países chegaram ao socialismo.

Em sua essência, as «Teses para discussão» defendem uma política de desenvolvimento do capitalismo nacional apoiado na acumulação interna. Este é o caráter do novo curso de desenvolvimento independente e progressista a que se refere a tese 16. E' o que dela deduzimos, pois que, segundo a tese 12, o desenvolvimento capitalista nacional se contrapõe à dependência ao imperialismo e à manutenção do monopólio da terra. E o novo curso é reclamado pelas próprias necessidades objetivas da economia nacional, a fim de que sejam superadas de modo consequente as contradições fundamentais que exigem solução na presente etapa histórica da sociedade brasileira — (tese 16) —. A linha política das «Teses»,

no essencial, consiste em pugnar para que o desenvolvimento capitalista nacional venha a ser a tendência predominante no curso do desenvolvimento econômico e ganhe «aceleração, profundidade e consequência». Assim, todas as medidas propostas, desde as soluções positivas até as reformas profundas ou reformas de estrutura ou transformações radicais, enfim toda uma gama indefinida de reformas, deverão ser alcançadas nos quadros do atual regime, incrementando o capitalismo nacional e fortalecendo as posições da burguesia no Poder, através de sucessivos governos nacionalistas e democráticos. A tese 35 afirma que a realização de reformas de estrutura constitui o conteúdo de um novo curso de desenvolvimento econômico e político da nação brasileira». (Grifado por mim — C.C.). Segundo as Teses, nesse processo de desenvolvimento do capitalismo nacional e de fortalecimento das posições da burguesia no Poder, o proletariado deverá alcançar a posição hegemônica na frente única. As «Teses» porém não explicam como o proletariado poderá conquistar a hegemonia e salvaguardar, na frente única, sua independência ideológica, política e organizativa, se (vide tese 27) «a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia...» E tais condições, ajudando a desenvolver o capitalismo nacional; a fortalecer as posições da burguesia no Poder, através de sucessivos governos; tomando as reformas como um fim e não como um produto acessório da luta revolucionária das massas, como ensinava Lenin; e sem que o proletariado lute na frente única para isolar a influência da burguesia (não digo romper a aliança com ela), evidentemente, jamais à classe operária conquistará a direção do movimento revolucionário e toda a sua luta, dentro da frente única, não ultrapassará os limites do aperfeiçoamento do regime capitalista.

O esquema estratégico e fático das «Teses», desta maneira, não se condiz com a teoria leninista da revolução na época do imperialismo, nem leva em conta as novas condições criadas, no pós-guerra, como resultado das profundas modificações havidas no âmbito internacional, principalmente com a formação do sistema socialista mundial e a mudança da correlação de forças em favor do socialismo. As «Teses» não tomam em conta o ensinamento leninista de que, se o caráter do processo revolucionário de um certo país é determinado, em última instância, pelo nível do seu desenvolvimento econômico, a correlação das diferentes etapas da revolução e seu caráter dependem, também decisivamente, da situação política nos diversos períodos históricos. As «Teses» resolvem de maneira incorreta o problema da correlação entre as tarefas nacionais, democráticas e socialistas, nas novas condições do mundo. A experiência revolucionária, nos últimos quinze anos, revelou que, nos países onde a revolução democrática ou completa, as tarefas nacionais, democráticas e socialistas aproximaram-se entre si e a revolução socialista adquiriu uma base mais ampla para se efetivar. Nos diferentes países da Europa e da Ásia, hoje pertencentes ao campo socialista, desde o começo do regime democrático popular, foram levadas a cabo, não só transformações democráticas, mas também algumas transformações de caráter socialista, tais como a nacionalização parcial da grande indústria, dos bancos, do transporte, etc.

No primeiro capítulo, as «Teses» dizem que: «a presente situação do mundo pode ser definida, quanto ao seu conteúdo essencial, como a época de transição do capitalismo ao socialismo». Esta proposição, dada pela primeira vez no XX Congresso do P.C.U.S. e reafirmada na Declaração da Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas, realizada em Moscou, em novembro de 1957, tem especial importância na determinação das particularidades atuais da luta revolucionária que se processa em todos os países do sistema capitalista. Entre nós, entretanto, desta justa definição do conteúdo essencial de nossa época têm sido tiradas lições, de caráter oportunista de direita. A própria linha política da Declaração e das «Teses» decorre de uma falsa interpretação do conteúdo essencial da situação atual do mundo.

A formação do sistema socialista mundial e a modificação da correlação de forças, no plano internacional, em favor do socialismo atribuem às revoluções dos países coloniais e dependentes características novas e novas perspectivas. As condições mais favoráveis existentes no mundo contribuem para que as forças revolucionárias despertem mais rapidamente e avancem mais céleres e confiantes. Ao invés de tornar

mais lento o processo revolucionário e de reduzir o seu ímpeto, a atual situação mundial favorece o desenvolvimento mais rápido desse processo, aproxima as tarefas nacionais e democráticas das tarefas socialistas. Não se trata apenas de que a luta de libertação dos países coloniais e dependentes é parte da revolução socialista mundial, mas, também, de que a perspectiva do socialismo está hoje colocada imediata e concretamente diante dos povos que lutam pela democracia e contra o jugo dos monopólios capitalistas. Todos os países, independentemente do nível do seu desenvolvimento econômico-social e do seu tamanho, têm a possibilidade de se libertar dos seus principais opressores estrangeiros e nacionais e passar ao socialismo, sem esperar pelo desenvolvimento das relações capitalistas.

O camarada Kuusinen, numa conferência realizada em Berlim, em janeiro deste ano, e publicada na revista «Problemas da Paz e do Socialismo» — n.º 4 (1960) — pag. 15 —, apreciando em que consiste o significado fundamental do sistema socialista para os países que abraçaram ou abraçarão no futuro o caminho do socialismo, afirmava:

«Consiste primeiramente em que a existência do sistema socialista mundial torna possível do ponto-de-vista econômico a construção do socialismo em qualquer país, independentemente do nível do seu desenvolvimento econômico e social no momento da revolução. E' desnecessário dizer a importância que isso tem, posto que a maioria da humanidade vive em países economicamente subdesenvolvidos. Se esses países tivessem que lutar sozinho pelo progresso, quantos sofrimentos e calamidades se abateriam ainda sobre seus povos devido ao desenvolvimento das relações capitalistas! A existência do sistema mundial do socialismo fornece a estes países a possibilidade, não só de economizar tempo, mas também de evitar muitos sofrimentos a seus povos; tais países obtêm a possibilidade de passar ao socialismo evitando toda uma etapa histórica».

Desenvolvendo mais esta tese, no que se refere aos aspectos políticos da revolução, o camarada Kuusinen acrescenta:

«O significado fundamental do sistema socialista mundial consiste, além disso, em que garante a segurança de cada um dos países que o integram frente ao campo imperialista. Esta circunstância assegura a possibilidade política de construir o socialismo em qualquer país independentemente de seu tamanho, sua população ou seu potencial defensivo».

Nas atuais condições do mundo, é falsa a política como a das «Teses» que pretende fazer a revolução brasileira se arrastar através dos meandros reformistas de um doloroso processo de desenvolvimento capitalista, mesmo que seja um desenvolvimento capitalista nacional. Só pode ser correta para nosso Partido uma linha política que procure orientar os processos reais em desenvolvimento na sociedade brasileira, tendo em vista as novas possibilidades criadas com as profundas transformações havidas na estrutura econômica, política e social do mundo. Os atuais debates devem buscar a elaboração de uma linha política que defina e situe a revolução brasileira, com suas particularidades e processos próprios, dentro das novas perspectivas e possibilidades da revolução socialista mundial. A existência do novo perspectivas e novas possibilidades exigem que sejam criadas determinadas condições e fatores subjetivos para que elas se transformem em realidade. O papel de vanguarda revolucionária do Partido e a ação consciente das massas populares, sob a direção do proletariado, constituem os fatores decisivos para a transformação daquelas possibilidades em realidade. Daí o significado fundamental da linha política do nosso Partido. Da sua justiça ou não depende todo o futuro da revolução brasileira. Da luta acirrada e de princípios que travamos no atual debate deverá sair uma linha programática e fática capaz de ajudar o povo brasileiro a avançar mais rapidamente até os objetivos nacionais, democráticos e socialistas da revolução. A linha política das «Teses» não corresponde, porém, ao que reclamam de nosso Partido as aspirações revolucionárias do povo brasileiro.

A linha política das «Teses» não se situa no ângulo das novas perspectivas e possibilidades revolucionárias, criadas pelas transformações internacionais, nem está em consonância com o estágio de desenvolvimento econômico e social alcançado pela sociedade brasileira. Subestima o grau de desenvolvimento das relações capitalistas e o nível atual da contradição entre o proletariado e a burguesia. Deste assunto pretendo me ocupar num próximo artigo.

Neste artigo quero apenas abordar a questão das contradições, pois acho que este é o ponto principal a ser esclarecido, dele dependendo, fundamentalmente, a linha estratégica do Partido.

As Teses, confirmando — com modificações que em nada alteram o conteúdo — a Declaração de 1958 e o Informe de janeiro de 1959, apresentam as contradições existentes na sociedade brasileira de um modo falso, que, numa decorrência lógica, só pode levar a conclusões falsas e a uma linha política errada.

Penso que é aí que está o erro fundamental das Teses, conduzindo-as, por isso, a uma confusão geral sobre o golpe principal, sobre as forças sociais capazes de transformar a sociedade brasileira, e, o que é mais importante, sobre qual a contradição a ser resolvida pela revolução brasileira na presente etapa.

Diz a Tese 21: «No estágio atual do seu desenvolvimento econômico, social e político, a sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, com as relações de produção pré-capitalistas nele baseadas, o que se expressa, em termos de classe, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. As duas contradições fundamentais são agravadas pelo desenvolvimento da economia nacional, em particular pelo processo de industrialização, exigindo solução na presente etapa histórica da sociedade brasileira, a fim de que esta possa avançar firmemente por um caminho independente e progressista».

Ora, isto é uma confusão danada! As contradições serão resolvidas na presente etapa histórica da sociedade brasileira? Mas, se a presente etapa histórica da sociedade brasileira é a etapa do latifúndio e da dominação, pelo imperialismo norte-americano, da nossa economia, como resolver a contradição — ou, como pretendem as Teses, as contradições — que ela traz em si, sem mudarmos radicalmente a face desta «presente etapa histórica da sociedade brasileira» para outra completamente diferente, onde não haja latifúndio nem dominação imperialista da economia? Não será necessário mudar-se, passar-se para outra «etapa histórica», para outro «estádio», passar-se desta forma velha para outra nova, da sociedade brasileira? Vemos que aqui já está implícita a ideia das reformas «dentro do atual regime», preconizadas nas Teses 34 e 35.

Pegamos socorro ao ainda não desmentido Karl Marx. No Prefácio à sua obra «Contribuição à Crítica da Economia Política», Marx enunciou a lei da correspondência obrigatória entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção, como lei econômica fundamental válida para todos os modos de produção. Seguindo seu raciocínio diz Marx: «Em certa fase de seu desenvolvimento as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma era de revolução social. Aí está: as forças produtivas entram em contradição com as relações de propriedade, que são a expressão jurídica das relações de produção. E quais as relações de produção que hoje impedem o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade brasileira, se não as relações de produção pré-capitalistas baseadas na propriedade latifundiária da terra, mantidas e apoiadas pelo imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos?»

Mas, tergiversando, diz a Tese 23: «Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento independente e progressista da nação, quer no plano econômico como no político, entre em choque, em primeiro lugar, com a exploração imperialista norte-americana. É a situação de dependência com relação ao imperialismo norte-americano que constitui hoje o principal obstáculo à plena utilização dos recursos internos para um desenvolvimento econômico independente... Parte daí, então, para as seguintes deduções: «Nestas condições, a contradição que se aprofunda, entre a nação brasileira em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, tornou-se a contradição principal, dominante, na sociedade brasileira. Em consequência, os objetivos nacionais da revolução adquiriram caráter primordial».

Mais confusão! Imperialismo norte-americano e seus agentes internos...! Quer dizer que o imperialismo norte-americano se apóia e é apoiado — numa interdependência mútua — por «agentes», por pessoas isoladas, e não por toda uma classe, que só sobreviverá com a manutenção destas atuais relações de produção superadas, que entram no desenvolvimento das forças produtivas? Quer dizer que é só livrarmos do imperialismo norte-americano para que, num passe de mágica, o desenvolvimento independente e progressista da nação, quer no plano econômico como no político, se realize plenamente e para que haja a plena utilização dos recursos internos para um desenvolvimento econômico independente? E as relações de produção pré-capitalistas baseadas no monopólio da terra, em que ficam? Se esfumaram, tocadas pela varinha da Mordana?

Não! A caracterização das contradições feita pela Tese 21 é que está errada! Não se pode falar em contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Em primeiro lugar, a figura — quem — se me permite a figura — pertence, se não a quem a dirige? E quem a dirige se não a classe dos latifundiários, apoiados no imperialismo norte-americano e nos grandes capitalistas a ele ligados?

Pode-se, ainda, falar em «contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, com as relações de produção pré-capitalistas nele baseadas» como «contradição entre os latifundiários e as massas camponesas»? Penso que não. Será que as relações de propriedade baseadas no latifúndio não entram em con-

(\*) E dizer que esta contradição tornou-se a «contradição principal, dominante, na sociedade brasileira», não é o mesmo que dizer que ela é a principal nesta etapa da revolução? Ou então, o que significa ser contradição principal na sociedade brasileira?

ARIEL TOMMASINI (São Paulo)

# Socorro, Marx!

tradição com os interesses do proletariado, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, da burguesia nacional não ligada ao imperialismo, e sim apenas com os interesses das massas camponesas? Penso, sim, que isso nada mais é que uma grande sofisticação para justificar uma linha política oportunista, de direita, que não conduzirá, jamais, nem à realização dos objetivos nacionais, nem à realização dos objetivos democráticos da revolução, e, muito menos, à conquista das grandes massas do proletariado e do campesinato para a sua realização, pois ela não se propõe a resolver nada, não se propõe a transformar nada, mantendo todas as reformas dentro dos quadros do regime vigente.

Para vemos que malabarismos precisam fazer defensores das Teses, basta lermos esse primor de ginástica mental realizado pelo camarada Jacob Gorder em seu artigo «A Oposição «Esquerdista» e a Contradição Principal»: «Houve sempre o cuidado de formular a questão atualmente, na situação atual, nas condições atuais... O que cabe notar, se quisermos argumentar de modo construtivo, é que, ao formular a questão nas condições atuais, as Teses, procedendo corretamente, não têm em vista um simples fato de conjuntura, mas uma situação de longo prazo, que preencherá ou não preencherá... impossível prever agora — toda a etapa presente. E ainda que a contradição antilimperialista fosse considerada a principal para toda a etapa, haveria, neste, no máximo, previsão excessiva, o que seria menos grave do que a incapacidade para identificar a contradição principal ou a tergiversação a seu respeito. (Os gritos são meus - AT). Lindo, não? Se alguém entendeu, faça o favor de me explicar. Procedimento correto... condições atuais... situação de longo prazo... preencherá ou não preencherá... previsão excessiva... menos grave...; só falta tecer leis à incapacidade de identificar a contradição principal.

Mas, voltemos ao ponto central. Disse mais acima que julgo errada a caracterização das contradições da sociedade brasileira feita pelas Teses. Por quê?

Em primeiro lugar, porque não caracteriza claramente a sociedade brasileira como a sociedade dividida por contradições e antagonismos de classes. A Tese 17 diz: «O Brasil é um país capitalista de formação recente. A sua estrutura de classe apresenta características de uma fase de transição, não possuindo ainda a nitidez das sociedades capitalistas maduras». Passa depois a Tese 18 a afirmar: «As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado, a burguesia e a intelectualidade pequeno-burguesa, vêm impondo um novo caminho ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. A tendência que predomina neste novo curso é o da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas... Mas a tendência dominante é o processo de democratização». Processo de democratização? Mas de que democratização, se não da democracia burguesa? Falta-se aqui do processo de democratização como se ele — em decorrência do desenvolvimento capitalista — garantisse a todos os componentes e a todas as classes da sociedade brasileira, ou pelo menos a «camadas cada vez mais amplas» todos os direitos políticos. Que direitos têm a classe operária, que direitos têm os camponeses? Apenas o direito de serem explorados miseravelmente pela burguesia e pelos latifundiários. Quanto ao direito de voto, o que vemos é que ele, ao invés de estar sendo ampliado, com a sua extensão às grandes massas de analfabetos, está, isto sim, sendo cada vez mais restringido, como aconteceu com a última reforma eleitoral. E nesta reforma as Teses nem tocam! Assim, fazendo-se em processo de democratização, esconde-se, consciente ou inconscientemente, o fato de que a atual sociedade brasileira, como toda sociedade dividida por contradições e antagonismos de classes, não faz mais do que dar cada vez maiores privilégios aos exploradores e cada vez mais miséria aos explorados. A esse respeito recomendo aos defensores das Teses a leitura da obra de Lenin «A Revolução Proletária e o renegado Kautsky», principalmente o capítulo «Democracia burguesa e democracia proletária». Dir-me-ão que as condições, as «peculiaridades», não são as mesmas; mas as classes são as mesmas e têm os mesmos interesses, em qualquer país, seja um país capitalista desenvolvido ou um país capitalista de formação recente, mesmo um no qual a estrutura de classes não possui ainda a «nitidez das sociedades capitalistas maduras».

Em segundo lugar, porque não interpreta o processo revolucionário atual como um processo no qual se entrelaça a revolução democrática e a revolução socialista. Apenas no final do capítulo «As Contradições da Sociedade Brasileira e o Caráter da Atual Etapa da Revolução» se fala uma vez, muito de leve, sobre o assunto, e dessa forma: «Uma vez completada, nos seus aspectos essenciais, as tarefas da revolução nacional e democrática, a hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição ao socialismo, objetivo não imediato, porém final, da classe operária brasileira». Assim, o problema da revolução socialista fica completamente separado do atual processo revolucionário, jogado para as calendas gregas, e tudo gira em torno dos «objetivos imediatos», e, mesmo assim, dentro do atual regime. Sobre a diferença entre as duas revoluções e a relação existente entre ambas, nem uma palavra, silêncio completo. Ao invés de se procurar educar o proletariado brasileiro nas ideias do socialismo, abre-se apenas perspectivas de uma de-

moocracia burguesa, como se essa fosse a solução dos seus problemas cruciais. A esse respeito convém aprendermos alguma coisa com o que diz o camarada Rodney Arismendi, dirigente do P.C. do Uruguai, em seu artigo sobre o papel da burguesia nacional na luta antilimperialista, publicado na revista «Problemas da Paz e do Socialismo», números 3 e 4 de 1959: «A situação da América Latina, a multiplicação dos esforços para impulsionar a luta das massas populares e encontrar as formas de aliança com a burguesia nacional, exige a compreensão da necessidade de educar o proletariado nas ideias do socialismo e não do capitalismo burguês. As diferentes classes sociais suscetíveis de uma aliança contra o imperialismo e a reação intervêm no movimento de libertação nacional com objetivos e ideologias diferentes. Somente o proletariado sustenta os objetivos do socialismo. A avaliação, neste sentido, de cada acontecimento, é diferente para cada classe ou camada social, embora todos coincidam num determinado período ante o inimigo comum... O desenvolvimento do capitalismo, nas colônias e nos países dependentes, não fortalece, nesta hora, o sistema capitalista mundial; mas a partir daí há uma grande distância à formação, no proletariado, de uma consciência de que seus interesses de classe se consubstanciam com esse desenvolvimento capitalista. A missão do proletariado não consiste em ser o parceiro do capitalismo».

Em terceiro lugar, as Teses sobrepele as peculiaridades nacionais às leis econômicas, como se estas não mais atuassem em nosso país. Diz, por exemplo, a Tese 57, numa desesperada tentativa de justificar essa posição: «Os erros fundamentais da linha geral que seguimos nos últimos anos têm como fonte comum o subjetivismo, que impregnou nosso pensamento político. Por um lado, encarávamos os ensinamentos do marxismo-leninismo como dogmas abstratos, como fórmulas uniformemente aplicáveis a todos os países, sem examinar das particularidades concretas do seu desenvolvimento histórico. Por outro lado, menosprezávamos o estudo da realidade brasileira, perdíamos de vista o movimento real, os processos que estavam em curso na vida econômica e política do país». Assim, a pretensão de combater dogmas, abandona-se os ensinamentos fundamentais do marxismo-leninismo, para cair, ali sim, no «subjetivismo das peculiaridades, das particularidades, como se o processo de desenvolvimento econômico tivesse uma lei específica para cada país. Dal para cairmos no «comunismo brasileiro» falta pouco, muito pouco. Transforma-se o atendimento às peculiaridades num tabu, como se fossem elas que condicionassem o desenvolvimento econômico e não as leis gerais desse desenvolvimento. Transforma-se os processos que estão em curso na vida econômica e política do país em processos todo originais, todos próprios de nosso país, em processos que não estão, talvez, subordinados a uma lei econômica geral, em processos que não são os mesmos dos outros países. Dal para concluímos que o capitalismo não será no Brasil o mesmo que nos outros países basta também um passo, e então iremos descobrir um «capitalismo brasileiro», que talvez já não mais oprimirá a classe operária, que talvez nem mais extraia do trabalho assalariado a mais-valia. A isso, embora ainda não aconteça, nos conduzirá inevitavelmente o atendimento prioritário «peculiaridades nacionais»; à traição aos interesses do proletariado e ao revisionismo.

Como, então, sair do atoleiro? Como, então, caracterizar justamente as contradições existentes na sociedade brasileira, para, nessa base, traçarmos uma linha política justa, sem confundir estratégia com tática? Penso que basta atentarmos para as leis do desenvolvimento econômico, e, fundamentalmente, para a lei da correspondência obrigatória entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção, à qual, todos os países, indiscriminadamente, estão subordinados. Afinal de contas, com os ensinamentos do marxismo-leninismo e a experiência de dezenas de revoluções socialistas e democráticas, isto não deve e não pode ser tão difícil assim! O que vemos de comum em todos esses movimentos? Vemos que todos eles só foram vitoriosos quando colocaram como ponto principal a mudança do regime econômico e político velho para um regime econômico e político novo. Se atentarmos para a caracterização das contradições na China, poderemos aprender alguma coisa. O camarada Liu-Chao-Si, em seu artigo «O triunfo do marxismo-leninismo na China», publicado na revista «Problemas da Paz e do Socialismo» número 8 de 1959, diz o seguinte: «Em março de 1949, às vésperas da vitória em todo o país, o camarada Mao-Tse-Tung indicou na segunda reunião plenária do CC do PC Chinês, eleito no VII Congresso, que depois da vitória da revolução chinesa em escala nacional, as contradições fora do país continuariam sendo as contradições entre o povo chinês e o imperialismo, e que as contradições principais dentro do país — as contradições entre o povo chinês, de um lado, e a classe dos latifundiários e a burguesia burocrática, de outro — cessariam lugar às contradições entre a classe operária e a burguesia, isto é, às contradições entre o socialismo e o capitalismo». (Os gritos são meus - AT) Vemos, pois, que Mao-Tse-Tung, ao caracterizar a contradição entre o povo chinês e o imperialismo como uma contradição externa, que não seria resolvida pela revolução chinesa, tinha toda razão. Essa contradição é de âmbito mundial, e só será resolvida — tanto para os países que já realizaram a revolução socialista, como para os que fizeram a revolução nacional e democrática como para os que ainda não a realizaram — depois que o imperialismo deixar de exis-

tit. E as Teses afirmam que esta contradição precisa ser resolvida, e o que é pior, está «exigindo solução na presente etapa histórica da sociedade brasileira»! Vemos a linha que Mao-Tse-Tung caracterizava a contradição interna como a contradição entre o povo chinês, de um lado, e a classe dos latifundiários e a burguesia burocrática, de outro, pois estes não eram senão o sustentáculo do imperialismo dentro da China, e ainda que essa contradição era a expressão da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Essa, sim, era a contradição que a revolução chinesa ia resolver, visto

J. M. DE MELO (E. G.)

## Sobre os Projetos de Teses e Dos Estatutos do PCB

Os Projetos de Teses e dos Estatutos ora em discussão, representa na minha opinião uma grande contribuição para o movimento comunista e operário brasileiro. Penso ser de máxima importância todos os militantes do Partido e a massa ler as Teses para uma tomada de posição e conhecimento da linha política do Partido e fazer dela sua atuação diária. Para isto é interessante e oportuno o Partido procurar formas eficientes de difusão; das mais simples às mais elevadas, a fim de que sejam realmente debatidas, estudadas, assimiladas e aplicadas dentro de todos os escalões do Partido.

Sobre os artigos já publicados na «Tribuna de Debate», muitos deles vêm ajudando e contribuindo, por diversas formas e maneiras para esclarecer a linha política, e, principalmente, aquelas que trazem propostas concretas e críticas construtivas (muito embora os marxistas achem que a crítica por mais injusta que seja tem sempre seu lado positivo). Há, entretanto, camaradas dos mais responsáveis como dirigente, no passado e no presente, que nos poderiam ajudar com mais eficácia em virtude de sua bagagem de conhecimentos e experiência, vêm se colocando com desequilíbrio na polémica, faltando, muitas vezes, com o espírito da crítica fraternal, entram a argumentar com ironia e sarcasmo as opiniões de outro e caíndo em retaliações pessoais entre si, o que só faz desfigurar a qualidade de um comandante. Isto não ajuda bem a massa do Partido no encaminhamento da discussão e não contribui para a elevação política e ideológica do Partido. É bem ao contrário — cria grupos de camaradas menos politizados a girar em redor de suas emoções e impossibilitando a massa menos politizada e culturalmente atrasada a não dar sua opinião na «Tribuna de Debate», o que, sem dúvida, não é justo para o Partido. Outros há, quando escrevem, dão uma forma tal que parecem estar emitindo o opinião de um coletivo — isto nos deixa confusos. Acho que todos têm o direito de externar sua opinião, (para isto a direção baixou uma norma para orientar a discussão) como também os camaradas que dela discordarem têm o direito de fazê-lo dentro da crítica fraternal e construtiva. A Declaração de Março foi constatada, na prática, sua justiça. Os que a combatem, penso, não assimilaram a situação

que depois da vitória, ela cederia lugar a outra.

Pode-se dizer que o mesmo aconteceu no Brasil? Penso que sim, e sem aplicação mecânica, pois as leis econômicas regem da mesma forma no Brasil como na China, tanto mais que o Brasil está muito mais desenvolvido industrialmente hoje, que a China em 1949 ou antes, o que nos dá condições objetivas muito mais favoráveis.

E não penso assim sozinho. E ainda no artigo do camarada Rodney Arismendi citado mais acima, que vamos encontrar a confirmação disso: «Seria erro, todavia, quando medimos o ni-

nacional e internacional do XX Congresso para cá, quanto a realidade do Partido e da vida brasileira; porém, está demonstrado que devido ao baixo nível político e ideológico de seus militantes, de quando em vez, oscilamos e vacilamos em relação à frente única antilimperialista e nossa posição frente aos aliados, caímos em posições direitistas e esquerdistas, indicando serem estes males dos quadros do Partido e não da Declaração. Acreditado que, à medida que elevamos o nível político, ideológico e cultural dos militantes, haveremos de avançar mais firmes, coesos e mais rápidos na revolução brasileira (se avançamos com a Declaração, o que não faremos com as Teses, que é um grande aprimoramento em todos os ramos na política do Partido?»).

### APRESENTO MINHAS SUGESTÕES:

A) Sempre estive de acordo com a Declaração de Março (achei que foi a mais viável saída da pessima situação que nos encontrávamos, qual fosse no sectarismo, no dogmatismo e no subjetivismo da realidade brasileira que entrelaçavam os erros mandonistas e mecanicistas das direções de todos os escalões, especialmente do C.C.).

B) Em relação às Teses, estou de acordo e acho que é mais um passo à frente, firme, para todo Partido. Elas enriquecem e armam teoricamente os militantes para atuarem cada vez mais dentro da realidade objetiva da vida nacional e dos princípios gerais do marxismo-leninismo.

C) Ainda dentro das Teses, acho que na sua elaboração definitiva será preciso uma melhor forma de redação, clarear e definir certos aspectos abordados e como também acrescentar alguns trechos, como por exemplo:

1) Na Tese 17 o Partido fosse mais claro em definir as classes e camadas da sociedade brasileira a fim de não criar dificuldade aos camaradas de nível cultural baixo (que deve ser a maioria dentro do Partido) e aos que não estão familiarizados com a literatura e o debate do movimento comunista nacional e internacional (um comunista que não discernir as classes e camadas sociais e suas contradições, não poderá ter uma atuação de vanguarda correta).

2) Na Tese 18 sobre o Congresso Nacional, acharia importante que se colo-

casse das contradições, deixar de ver que... aguçasse incessantemente o antagonismo entre as aspirações de nossos povos e a opressão norte-americana, antagonismo que, por sua vez, se expressa numa unidade dialética, como contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Nas relações de produção de nossos países entrelaçam-se a dominação imperialista, a propriedade territorial, conservadora segundo o grau maior ou menor de vestígios semifeudais, e os interesses dos grandes capitalistas».

— oOo —

Esse o meu pensamento sobre o assunto que reputo ser o mais importante, e nisso, penso, todos estão de acordo comigo. Sobre outros problemas procurarei dar minha opinião em outros artigos, dado que este ocupou praticamente todo espaço que dispunha.

Acho ainda que o debate precisa ser prolongado, pelo menos por mais 6 meses, pois o nível político e ideológico da grande massa do Partido ainda é muito baixo e todos precisam estudar as Teses com bastante cuidado.

Acho ainda que é preciso acabar-se com esse negócio de chamar os que não pensam como as Teses «antipartidistas» de «grupos»; acabar-se com as intimidações e pressões, que não tem outro objetivo senão o de evitar a luta interna e fazer com que se aprovem as Teses «manu militari». Afinal de contas a luta interna é ou não é a lei do desenvolvimento do Partido?

casse que ele não cumpre suas finalidades precípuas e as razões imperantes da burocracia e os interesses de classe (legislar e controlar o governo são tarefas do Congresso Nacional — é importante clarear este ponto).

3) Na Tese 20 acho que a forma como demonstra e esclarece a religião católica não está justa; diz da separação da Igreja do Estado, mas deixa de citar que o Estado a financia em mais de 8 bilhões de cruzeiros anualmente e nega qualquer ajuda às demais religiões (seu contra estas ajudas e, principalmente, fazendo discriminações — vejam o Orçamento de 1959).

4) Na Tese 29 sobre a frente única antilimperialista, na atual etapa, coloca a importância da ação do Partido com vacilações. É necessário dizer que a frente única só terá firmeza e consequência se tivermos um Partido unido político, ideológico, orgânico e com sua ação prática junto as massas (política se faz com força e ação).

### MINHAS SUGESTÕES SOBRE O PROJETO DOS ESTATUTOS:

1) Acharia que ao definir na introdução a classe e camadas do Partido representa e seus objetivos imediatos e futuro, incorreto colocar certas definições que serão mais importantes para outra oportunidade (agora na apresentação dos Estatutos à Justiça Eleitoral do país, devemos levar em conta a força e vontade dos aliados e reconhecer que uma boa parcela desses mesmos aliados desejam que caiamos no subjetivismo para negar seu registro, porque, embora seja uma reivindicação das massas e estando madura, ainda assim as forças mais interessadas neste objetivo não saíram para uma ação prática à sua conquista).

2) Que o Partido, seus comitês e OBB tivessem suas respectivas diretorias: ao invés de secretário geral, presidente — isto no CC. A diretoria fosse composta na forma do antigo secretariado, e o presidente fosse o presidente do Partido. Os comitês e OBB e seu secretariado tivessem sua diretoria, e que a comissão executiva do CC tivesse o papel de fiscalizar e controlar as atividades do CC e de todo Partido;

3) Desse uma definição mais clara na forma de os comitês e bases do Partido para deliberar nas questões dos candidatos legislativos em suas jurisdições.

## DEPUTADOS LATINO-AMERICANOS NÃO PUDERAM ENTRAR NA ESPANHA

# Ditador Franco Tem Seus Dias Contados

Trezentos e sessenta padres, principalmente bascos, enviaram aos seus superiores hierárquicos memoriais criticando os arbitrariedades e violências cometidas pelo regime franquista, inclusive contra prelados e crentes católicos. O protesto das eclesiásticas foi em grande parte uma reação às medidas policiais do franquismo contra as manifestações de descontentamento de personalidades católicas contra o terror da polícia, principalmente as violências contra os presos políticos em Carabanchel.

O protesto dos padres vem tornar clara a verdadeira situação da Espanha atual, onde o regime fascista de Franco, considerado como defensor do «mundo livre» e da «civilização cristã ocidental», vai sendo cada vez mais repudiado pelo povo, inclusive os círculos religiosos. As manobras de Franco no sentido de ganhar o apoio da Igreja, servindo-se para isso até de um compromisso com os restos monárquicos, vão sendo repelidos pelas massas católicas tradicionais. A cada dia que passa, a ditadura fascista espanhola depende mais do apoio do imperialismo norte-americano e agora volta-se para o regime de seu «colega» Adenauer, cedendo o território espanhol para o novo exército imperialista alemão em troca de «ajudas».

### Vaticano ajudaria

A luta do povo espanhol contra, na América Latina, com a solidariedade efetiva da opinião pública, como

ficou demonstrado na 1ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal. Recentemente, uma comissão criada naquela conferência entrevistou-se com altos funcionários do Vaticano, onde foi recebida com interesse e simpatia, só não se encontrando com o Papa João XXIII por falta de tempo de ambas as partes. A comissão, composta de representantes do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, entrou em contato com dois cardeais para pedir o apoio do Vaticano para os gestões no sentido de ser concedida anistia aos presos e exilados políticos da península ibérica.

A comissão deveria ainda visitar a Espanha e Portugal para defender a anistia dos democratas perseguidos por Franco e Salazar, só não o fazendo em vista dos embaixadores dos dois países em Roma terem recusado o visto aos delegados. A atitude policial dos dois representantes fascistas é tão mais arbitrária quando se sabe que o representante uruguiano na comissão tinha delegação oficial do parlamento de seu país para defender os democratas ibéricos, e o representante brasileiro, Antonio Mastrocchi, é deputado estadual em São Paulo.

### Carta de Neruda

Um dos aspectos mais revoltantes do tenor policial da ditadura franquista é, sem dúvida, a perseguição à cultura e a todas as manifestações democráticas e liberais. Ainda está na me-

mória de todos a sórdida manobra de Franco de deturpar o pensamento de Ortega y Gasset, depois de sua morte, na tentativa de conciliar o pensamento do conhecido filósofo espanhol com o regime que tanto o perseguira. Nos últimos anos, com a aproximação do fim de seu regime, o ditador fascista aguçava ainda mais a perseguição aos intelectuais, condenando em todo o mundo pelos verdadeiros democratas.

O conhecido poeta chileno Pablo Neruda, por exemplo, enviou aos intelectuais espanhóis a seguinte carta: «Companheiros, amigos, sois a honra da Espanha, de um antigo país atormentado, que sempre foi a arena sangrenta entre a crueldade e a verdade, entre as trevas e o amanhecer. Sois os herdeiros da tradição imortal da inteligência combativa. Sois a palavra sempre viva e eterna de grandiosos antepassados. Frei Luiz de Leon, encarcerado pelos franquistas de seu tempo; Quevedo, martirizado; Espronceda, perseguido; ontem, ontem, ontem, Machado, Federico, Miguel o pastor de Gihuela. Sempre a Espanha negra, que os espanhóis do crime pretendem negar, quis afogar a voz da Espanha radiante, das descobertas e da verdade. Nos cárceres da Espanha, povo e cultura, verdade de ontem e de amanhã, amigos e irmãos, um abraço que nos deremos sem palavras no dia da libertação. Estamos aqui, sempre convosco, esperando, lutando e trabalhando.»

NA GUINÉ

# Investimento Humano Para a Industrialização

Reportagem de MARCO ANTÔNIO GOELHO

Conquistando a 2 de outubro de 1958 a sua independência, iniciou o povo da Guiné a difícil luta pela eliminação do domínio econômico de sua Pátria, exercido pelas empresas estrangeiras. Sekou Touré, Prês. da República e secretário-geral do Partido Democrático da Guiné (PDG), caracteriza esta nova situação afirmando que, agora, a contradição principal existente em seu país é a que se verifica entre a soberania política conquistada e a permanência da dominação dos interesses estrangeiros sobre a nossa economia, (anteriormente, era entre a «dominação política do colonialismo e a recusa do povo guineense de suportá-la por mais tempo»).

Devido ao grande atraso da economia e à inexistência até de indústrias leves capazes de atenderem às necessidades de consumo da população, a luta pela emancipação econômica da Guiné mobilizou todo o seu povo.

## Modificação radical do comércio

O grupo dirigente do P.D.G. ao colocar diante de si a tarefa de erguer uma estrutura econômica nova, livre do controle imperialista e a serviço de sua gente, compreendeu a necessidade de modificar liminarmente a estrutura do comércio, tanto externo como interno. A experiência de dezenas de anos de jugo colonial demonstrou que a exploração imperialista da África, (essencialmente mercantil e parasitária), têm como instrumento principal o monopólio absoluto que exerce sobre o comércio exterior dos países africanos. Esse monopólio permitiu ao capital estrangeiro drenar matérias-primas agrícolas e minerais para os países industrializados e fornecer mercadorias de consumo para os povos do Continente Negro, obtendo lucros fabulosos nos dois sentidos da corrente comercial.

A comparação do valor médio da tonelada de produtos exportados com o da tonelada de mercadorias importadas assinala a gritante e assombrosa não equivalência no intercâmbio comercial entre os países africanos e as metrópoles europeias. No caso da Guiné, o valor médio da tonelada de produtos exportados, em 1958, foi de 1.700 francos franceses, enquanto o valor médio das importadas foi de 24.000 francos franceses, ou seja, 14 vezes mais.

Naquele país o comércio interno estava, praticamente, monopolizado por comerciantes membros da «Chambre de Commerce», 99% dos quais eram estrangeiros. Estes tornaram-se o único elo de ligação entre os produtos nativos e os mercados do exterior, assim como impediam que comerciantes africanos distribuíssem os produtos industriais trazidos de fora.

A orientação do governo, pelo que informou-me um dirigente da Juventude da Reunião Democrática Africana, para enfrentar a reorganização do comércio é sintetizada nos seguintes pontos:

- 1) Controle progressivo do comércio exterior por órgãos oficiais;
- 2) Retirar dos lucros do comércio com os outros países uma parcela a ser aplicada na industrialização;

3) Eliminar paulatinamente os franceses no comércio interno e externo.

Para levar a cabo esta política foram criados dois instrumentos: o «Comptois Guinéen du Commerce Extérieur» (escritório bancário para o comércio externo) e a «União das Cooperativas de Aproveitamento dos Comerciantes Africanos». O papel desta é organizar as forças de centenas de pequenos negociantes, libertando-os dos intermediários franceses. Estes são odiados pelo povo e a mão de ferro do governo pesa sobre eles com rigor implacável. Assisti a um fato que foi muito comentado entre os participantes da reunião do Comitê Exec. da Federação Mundial da Juventude Democrática. Como houvesse desaparecido uma maleta de um delegado tunisiano, a polícia comunicou ao gerente do hotel que se o objeto não fosse encontrado dentro de três horas, o estabelecimento sofreria intervenção imediata. Resultado — em duas horas a maleta reapareceu.

Os insolentes e prepotentes comerciantes franceses de Conakry, que anealharam fortunas à custa da exploração rapace dos nativos, dão hoje a impressão de feras acuada, que vêem o seu fim se aproximando. Mas, não fogem porque têm esperança na volta dos soldados de De Gaulle e porque não desejam perder o que possuem.

## A industrialização da Guiné

Na recepção que foi oferecida aos delegados estrangeiros, Sekou Touré remarcou o esforço de três milhões de guineenses pela industrialização do país. E no grande salão da sede nacional do P.D.G., onde foi realizada a festa, estavam afixados diversos cartazes, alguns dos quais despertavam a atenção para o gigantesco trabalho de construção de usinas, fábricas, oficinas, que alterarão completamente a vida da jovem Nação.

O povo da Guiné conta com alguns fatores negativos e outros positivos para alcançar as metas da industrialização. Entre aqueles, podemos assinalar o fato de que só herdou do tempo colonial as explorações francesas de bauxita e ferro, a exiguidade dos recursos financeiros, a falta absoluta de técnicos e de mão-de-obra qualificada e a carência de estudos sérios sobre as suas riquezas naturais. Os fatores que propiciam a industrialização são os que dizem respeito a os grandes recursos minerais (bauxita, ferro, manganês, cobalto, urânio, cromo, níquel, calcário, etc) e à possibilidade do aproveitamento de rios caudalosos para a eletrificação do país.

Como ponto de partida para a industrialização, o governo determinou o levantamento de um mapa geológico da Guiné e está enviando dezenas de jovens para as universidades e estrangeiras, especialmente da União Soviética, e recruta técnicos industriais em diversos países. Os meios financeiros para a grande obra estão saindo não somente dos acordos e dos auxílios prestados por países amigos, mas, ainda, das taxas que incidem sobre as transações com o exterior, e do produto das vendas de ouro e diamantes existentes em abundância na Guiné.

A industrialização será alcança-

da porque é um objetivo não só dos governantes mas é um anelo popular profundo. Em Kindia, cidade localizada no coração da Guiné, 100 quilômetros distante do litoral, disse-me um membro da direção do P.D.G.: «Ou industrializarmos a Guiné, ou seremos novamente escravos de colonialistas, americanos, ingleses ou mesmo franceses. Por isto, o nosso povo realiza o investimento humano, que é a colaboração voluntária e gratuita de centenas de milhares de pessoas na construção de oficinas, estradas, pontes, etc.»

## O P.D.G.

A Guiné tem alcançado êxitos tão vertiginosos em virtude de ser dirigida por um partido político popular de grande combatividade e extraordinária clarividência. Estruturado durante os anos do pós-guerra, quando do ascenso do movimento de libertação nacional da África Negra, o Partido Democrático da Guiné rapidamente unificou o seu povo, terminando com a luta intestina dos vários agrupamentos étnicos, dirigidos por elementos reacionários, que faziam o jogo dos colonialistas franceses. Como seção da Guiné da Reunião Democrática Africana (R.D.A.), o P.D.G., quando desencadeou-se a guerra fria, não enrolou a bandeira da independência, como aconteceu com os outros núcleos nacionais da R.D.A. Conquistou por esse motivo um prestígio imenso em seu país.

Que é o P.D.G.? Não é um partido operário marxista, porque não se apresenta como a vanguarda política do proletariado, que não existe desenvolvido naquele país. Mas, é um agrupamento popular autêntico e seus líderes examinam os problemas de um ponto de vista marxista. Por outro lado, adotou o P.D.G. quase todos os princípios que regem a vida dos partidos comunistas, como elementos do centralismo democrático, a crítica e a autocritica, etc. É um partido enraizado profundamente no povo, trabalhando de acordo com as tradições e os sentimentos da população. Estava em Conakry quando da grande festa do Ramadã, quando o fim da quaresma dos muçulmanos. Foi o P.D.G. o articulador da formidável concentração, onde oravam numa praça pública, com seus trajes de grande gala (túnicas alvas ou coloridas e barretes da mesma cor) mais de 20 mil pessoas. À noite, as seções de bairro do partido organizaram festas nas ruas, nas quais dancei junto com o povo, que alegremente encerrava o período religioso da penitência ismaelita.

O grande papel positivo do P.D.G. é reconhecido internacionalmente. Prova isto a longa mensagem que lhe dirigiu, em setembro de 1959, o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, onde se lê o seguinte trecho: «O P.D.G., tendo à sua frente o secretário geral Sekou Touré, uniu em condições difíceis as massas populares de seu país, na luta contra o colonialismo e dirige o povo guineense no caminho da independência, da liberdade e do progresso.»

## Sekou Touré

A figura do grande líder — hoje herói legendário para os milhões da África Negra — paira sobre a vida da Guiné. Empresta a população o maior apoio a Sekou Touré, que é tido como o dirigente incontestado do país. Não obstante a lenda em torno dele ter sido criada desde o berço — porque o neto de Samory Touré é que estava predestinado a libertar o seu povo — toda a sua atividade política grangeou-lhe um prestígio considerável entre os seus. Como deputado na Assembleia Francesa, como dirigente do antigo governo local semi-autônomo, como organizador do P.D.G., Sekou Touré assumiu o primeiro posto na luta contra os colonialistas. Como Presidente da República e secretário-geral do P.D.G., dirige com entusiasmo a sua Pátria e tão grande é a sua atividade que seus amigos e colaboradores o chamam de «Sily» (elefante), em virtude de sua energia. Aliás, o elefante é o símbolo nacional da Guiné e do P.D.G.



Na república da Guiné o povo constrói com as próprias mãos as estradas do progresso. Homens e mulheres, estudantes e operários realizam voluntariamente trabalhos os mais diversos para auxiliar o governo na obra da construção de um novo país, livre e progressista, libertado da opressão colonialista.

## Um povo constrói

# Cabo Frio Esquentou

(Conclusão da 12ª pág.)

A propalada rebelião dos trabalhadores de Cabo Frio, com o seu soviético revolucionário, não passou de um pretexto veladamente utilizado pelo ministro Armando Falcão, com o objetivo claro de lançar o exército contra o povo, violar as liberdades democráticas e sindicais, e incompatibilizar a candidatura nacionalista do Marechal Teixeira Lott.

O coronel Luis França, integrado no plano de provocações do ministro Armando Falcão, lançou-se à ingrata tarefa de Capitão do Mato, prendendo trabalhadores na rua, chegando ao cúmulo de ir buscá-los até em casa, intimidando-os para que voltassem ao trabalho.

Eram seis horas da manhã do dia 16 quando o coronel chegou com os seus soldados em Cabo Frio. Sem nenhum aviso prévio, passando por cima de todas as autoridades municipais, o coronel instalou-se com os seus 1.200 soldados no Estádio Municipal, sem autorização de ninguém, e de lá partiu para a ocupação da cidade, que ficou praticamente sitiada, com o posto telefônico e a agência dos correios interditados.

O comando da greve, composto de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores em Salinas, estivadores, arrumadores e produtos químicos, recebeu ordens de evacuar em cinco minutos as dependências do antigo grupo escolar, onde funcionava o comando grevista, com plena autorização do Prefeito da Cidade. O destacamento de 140 soldados da Polícia Militar do Estado, já sob o comando do coronel França, passou a ocupar a sede onde os trabalhadores se concentravam.

As 9 horas da manhã os 1.200 soldados desfilaram incorporados pelas ruas da cidade, deixando perplexa a sua população com tamanha exibição de força, que ninguém sabia porquê nem para quê. Logo depois começava outra série de violências. Os soldados do exército, patrulhando as ruas, não deixavam, por determinação do coronel França, que se juntassem mais de duas pessoas. Os trabalhadores em greve, com o antigo grupo escolar ocupado, começaram a se dirigir para a sede do Sindicato dos Arrumadores.

## OUTRA BANDEIRA

Novamente, violando o direito de reunião e a liberdade sindical, o coronel determinou a invasão da sede do Sindicato dos Arrumadores e a prisão dos 34 trabalhadores que lá se encontravam. Dando buscas nas dependências da sede, os policiais acabaram arrombando uma porta que dava para uma sala independente, onde encontraram uma outra bandeira vermelha. Desta vez,

pensou o arguto coronel, não tem por onde escapar, é mesmo a bandeira do sovieta. Não era. Era outra bandeira do Divino Espírito Santo, utilizada pela banda de música da Lira Santa Helena em seus bandos precatórios para a coleta de fundos em benefício da Paróquia. Outra vez o Frei Adjuto interferiu, e meia hora depois a bandeira lhe era devolvida. Como se vê, a luta pela bandeira foi terrível. Tudo por culpa do vespertino «O Globo», que disse existir a bandeira e o respectivo governo soviético em Cabo Frio.

A prisão de grevistas continuou. As 3 horas da tarde eram enviados 74 trabalhadores presos para Niterói. Refeitos do impacto causado pela violenta intervenção federal na cidade, as autoridades locais começaram a se movimentar.

A Câmara Municipal reuniu-se extraordinariamente às 13,30 para estudar as medidas a serem adotadas em defesa da autonomia do município e integridade de sua população. As 20 horas uma comissão de vereadores dirigia-se a Niterói, a fim de exigir do governador Roberto Silveira providências para a retirada das tropas federais de Cabo Frio e a libertação dos grevistas. A mesma atitude foi tomada pelo prefeito Edison Duarte, a quem o coronel França nem por dever de cortesia se deu ao trabalho de procurar, quando de sua chegada à cidade. Entre os trabalhadores presos encontravam-se os líderes Domingos José Rodrigues, presidente do Sindicato dos Estivadores, e Arnelino Couto, tesoureiro da Federação Nacional dos Portuários.

## PROTESTOS NO ESTADO

A notícia das violências cometidas em Cabo Frio causaram indignação entre os trabalhadores de todo o país e determinaram a imediata mobilização das entidades sindicais do Estado do Rio. O Conselho Sindical Fluminense, reunido na manhã do dia 17, resolveu dar um prazo ao Governo para que determinasse a libertação dos presos, a reabertura das sedes dos sindicatos, e a retirada das tropas de ocupação da cidade dentro de 24 horas, caso contrário seria decretada a greve geral em todo o Estado. Essa decisão foi imediatamente divulgada, e levada pessoalmente ao Governador Roberto Silveira na tarde de sábado por uma grande comissão de líderes sindicais fluminenses. O Comitê Nacionalista Lott-Jango, presidido pelo deputado Jonas Bahiense, divulgou uma nota de protesto, acusando frontalmente o ministro Armando Falcão, e fazendo as mes-

mas exigências formuladas pelos dirigentes sindicais. O Presidente da União Nacional dos Estudantes, em contacto com o Conselho Sindical Fluminense, hipotecou sua solidariedade à luta contra a violação das liberdades em Cabo Frio.

Cresciam também os protestos contra a conduta do governador Roberto Silveira que, lavando as mãos como Pilatos, concordou com a intervenção Federal em Cabo Frio cedendo às exigências dos salineiros e do ministro Armando Falcão, embora afirmando que tal medida era desnecessária. Mas, diante do ultimato dos trabalhadores e do povo fluminense, o próprio Governador passou a quebrar lanças para que fosse normalizada a situação em Cabo Frio. No sábado, pela manhã, os grevistas eram postos em liberdade. As tropas federais, nas primeiras horas da tarde, começaram a evacuar a cidade. Era a primeira grande vitória dos grevistas, graças a sua própria unidade e a imediata solidariedade dos trabalhadores fluminenses, que preparavam-se para uma greve geral no Estado, caso continuassem as violações às liberdades sindicais e democráticas.

## PATRÕES CEDEM

Cabo Frio, a plácida cidade situada no litoral fluminense, recebeu festivamente, na noite de sábado, os últimos líderes sindicais postos em liberdade. No domingo, às 14 horas os trabalhadores voltaram a se concentrar na sede do Sindicato dos Arrumadores. O coronel França, que continuou na cidade, agora em missão conciliadora, levou os grevistas uma proposta dos salineiros, concedendo um aumento salarial ridículo, imediatamente repudiado. Era outra vitória. Os salineiros evitavam-se diante da firmeza dos trabalhadores e dispunham-se, depois de 19 dias de greve, a entrar em entendimentos. A assembléia, que contava com a presença de uma delegação do Conselho Sindical Fluminense, do Prefeito Municipal, dos vereadores e do secretário da Federação Nacional dos Estivadores, resolveu aprovar uma contra-proposta consubstanciada nos seguintes pontos: 1) aumento geral para todas as categorias profissionais na base de 25%; 2) pagamento da taxa de insalubridade; 3) pagamento dos atrasados em duas prestações mensais; 4) nenhuma punição ou desconto salarial contra os trabalhadores que participaram da greve. Duas grandes empresas, a Henrique Lage e a Beranger & Cia. foram as primeiras a assinar o acordo proposto pelos trabalhadores que continuam lutando e se divertindo com a história do sovieta e de sua bandeira vermelha.

## REVISTAS SOVIÉTICAS

Assinatura anual	
UNION SOVIÉTICA — mensal — ilustrada. Focaliza os diversos aspectos na URSS	Cr\$ 500,00
MUJER SOVIÉTICA — mensal — informa sobre a participação da mulher na vida social do país.	Cr\$ 400,00
TIEMPOS NUEVOS — semanal. Revista soviética de política exterior	Cr\$ 400,00
LITERATURA SOVIÉTICA — mensal. Órgão da União dos Escritores da URSS	Cr\$ 400,00
CULTURA Y VIDA — mensal. Órgão da União de Sociedades Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com os Países Estrangeiros	Cr\$ 300,00

Todas estas revistas são publicadas em espanhol, francês, inglês, alemão e russo. Faça seu pedido enviando o valor correspondente à assinatura, em vale postal, ordem de pagamento ou cheque bancário.

No Rio e outros Estados:

Editorial Vitória Limitada  
Rua Juan Pablo Duarte 50 - sobrado,  
Caixa Postal 165 - Rio de Janeiro

No Estado de S. Paulo:

Agência Intercâmbio Cultura  
Jurandir Guimarães,  
Rua Riachuelo 342, loja 2  
São Paulo - Capital

CUBA INDICA O CAMINHO

# Comércio Com a URSS Para Liquidar o Subdesenvolvimento

Por FROYLAN C. MANJARREZ (Serviço especial de PRELA)

«A visita do vice-primeiro-ministro da URSS, sr. Anastas I. Mikoyan — comentou em seu editorial a revista mexicana Comércio Exterior — constitui para o México e América Latina o fato mais importante do suavizamento das tensões internacionais, resultante da entrevista Eisenhower-Kruschev»...

Comentário semelhante formulou-se em Cuba, onde também esteve Mikoyan. Os observadores acreditam que ambas as visitas assentaram as bases para um maior intercâmbio cultural e econômico entre a União Soviética e a América Latina.

## Balanço comercial latino-americano

Durante os últimos anos 1954-58 produziu-se um incremento nas relações mercantis entre o bloco soviético e o latino-americano. Enquanto em 1953 o valor das importações provenientes da URSS e Europa Ocidental foi de somente 31 milhões de dólares, em 1955 chegou a 160 milhões de dólares. No mesmo lapso de tempo as exportações latino-americanas aumentaram de 38 a 179 milhões de dólares. Não obstante, comparando com o comércio total latino-americano, o intercâmbio mencionado é tão reduzido que pode considerar-se como marginal, já que apesar do aumento assinalado nas transações entre ambas as regiões, a proporção do intercâmbio, que em 1953 era de 0,5%, não passou de 1,5% em 1957.

Isto coloca a zona latino-americana na retaguarda das regiões que comerciam com o bloco soviético. No mesmo período — 1953-57 — enquanto o intercâmbio latino-americano com a União Soviética crescia em 26%, o verificado com esta no Oriente próximo aumentava em 189%, e com a Ásia Meridional em 226%.

Os países da América Latina os que com mais intensidade comerciam com a URSS, são a Argentina, a Uruguai, Cuba e Brasil, cujas exportações representam 0,95% das vendas latino-americanas nos países socialistas. Predominam nessas exportações as matérias-primas agrícolas e os alimentos. Os cauros e lãs da Argentina e Uruguai representam 62% e 81% das ex-

portações desses países para a União Soviética.

Sem dúvida, o mercado começa a ampliar-se: a Argentina já exportou certa quantidade de produtos químicos, e as exportações brasileiras, embora 50% fôssem de produtos alimentícios — café, por exemplo — abarçaram também certos produtos industriais, como sapatos, ferro e aço, com valor de 4 milhões de dólares. Quanto às importações, são ainda mais escassas que as exportações: do total importado, o adquirido pela Argentina e Brasil representa 80%.

## O obstáculo

«Um grande obstáculo no caminho da expansão do comércio entre a América Latina e o bloco soviético — afirma-se no estudo da CEPAL — foi a lei norte-americana ditada em 1951, segundo a qual o governo dos Estados Unidos pode suspender sua assistência militar, econômica e financeira a qualquer nação que exporte, com destino aos países comunistas, materiais e produtos que possam ser usados na fabricação de instrumentos militares.»

Qualquer um pode ver que esta lei não é mais que um pretexto para manter suspensão sobre a cabeça da América Latina, como a espada de Damócles, a ameaça de afogar por meio de dumping, a alta dos tarifas, etc., sua cambaleante economia, evitando que se verifiquem intercâmbios de tipo puramente comercial com os soviéticos. Isto se traduz, naturalmente, em um maior fortalecimento dos monopólios norte-americanos à custa da crescente pobreza latino-americana.

## A muralha começa a romper-se

Sem dúvida, nos mesmos Estados Unidos começa-se a sentir um interesse marcante para sustentar relações comerciais com a União Soviética. Um dos mais influentes agrupamentos de negociantes norte-americanos, a American Management Association, realizou em fins de novembro de 1959, uma conferência para discutir as possibilidades e problemas desse comércio. O almirante Robert Lee, presidente da McCormack, linha de navios muito importante, expressou sua opinião afirmando que «as relações comerciais

com a Rússia, longe de prejudicar os Estados Unidos, tornar-se-iam benéficas... Temos que aprender a competir, porque escondendo nossas cabeças na areia não chegaremos a coisa alguma.»

Stefan Runds, conselheiro comercial de Nova York, que por muitos anos opôs-se ao comércio estadunidense com os países socialistas afirmou ter mudado de opinião a esse respeito. «Chegará o momento — disse — em que teremos de cair na realidade e admitir que os tempos mudaram...»

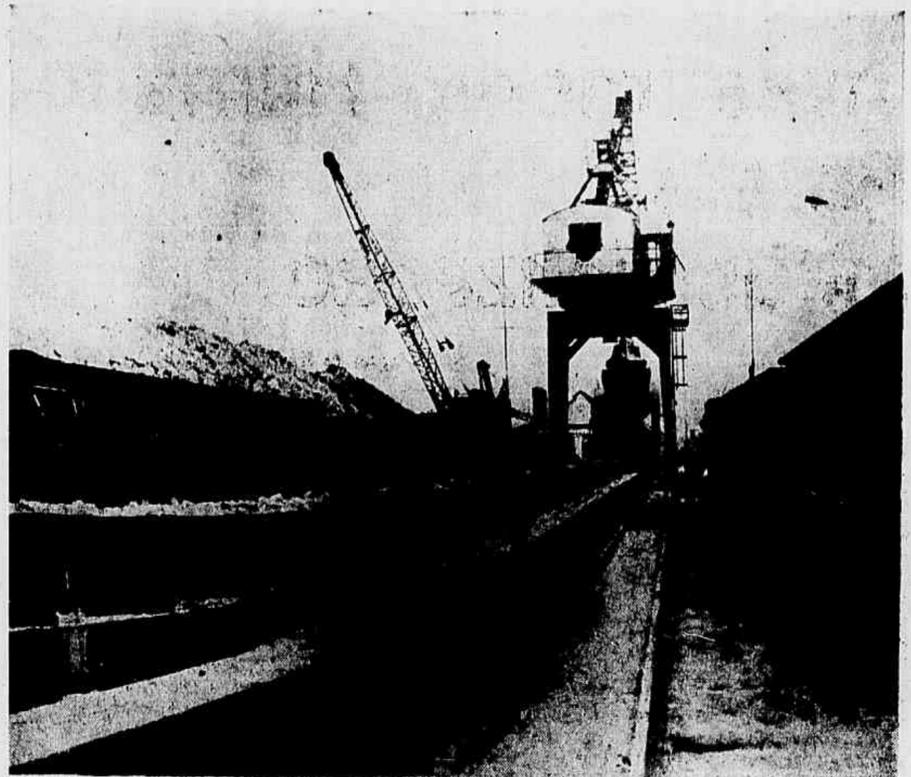
Por outro lado, os homens de negócios norte-americanos que se arriscaram a comerciar com os soviéticos, atestam o quanto é bom este comércio. «Realizei um negócio proveitoso e satisfatório — disse Pau Grindle, da Massachusetts Eallind Corporation — importando equipamentos e laboratórios soviéticos. O comércio com a URSS é magnífico para qualquer companhia, especialmente para as que são pequenas. Sem dúvida — precisou — ainda persistem, por desgraça, fortes pressões políticas contra esse tipo de operações. Venho sendo interrogado seguidamente por diferentes comitês investigadores do Congresso dos Estados Unidos, a respeito de minha decisão de adquirir equipamentos soviéticos.»

## As fatais flutuações

O economista David L. Graves em seu livro «Flutuações econômicas entre os Estados Unidos e a América Latina», afirma:

Os Estados Unidos absorvem perto da metade do total de exportações latino-americanas, e abastecem esta região em suas importações em uma proporção ligeiramente maior. As exportações constituem aproximadamente uma terça parte do ingresso nacional de Cuba, uma quarta parte do peruano e uma elevada percentagem no México. Na medida em que a produção de um país se encontra concentrada em alguns bens de exportação, especialmente matérias-primas industriais — como é típico dos países latino-americanos — encontrar-se-á mais exposta a flutuações na atividade dos Estados Unidos e outros países industriais.

Quais foram os efeitos dessas flutuações da economia estadunidense nos países latino-americanos?



## Levam riquezas

O traço marcante das relações econômicas entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, é o da exploração pelos últimos das principais riquezas dos primeiros. Ferro, petróleo, cobre e outros minerais estão sob o domínio lanque; os produtos de exportação são vendidos pelos preços que eles fixam.

Durante 1958, a atividade econômica baixou e estancou-se em importantes regiões industriais, enfraquecendo mais ainda os mercados dos produtos básicos e pressionando seriamente a situação de pagamentos dos países em processo de desenvolvimento. A América Latina sofreu um golpe duro pois sua produção industrial, que em anos anteriores tinha aumentado a razão de 8%, aumentou apenas em 1%. As exportações latino-americanas diminuíram em 7% e em 8%, reduzindo-se sua participação dentro do valor das exportações mundiais; elevaram-se os preços dos artigos manufaturados ao mesmo tempo que baixavam os das matérias-primas.

«O caso do enxôfre parece ser um fator de equilíbrio em nossa balança comercial, pois o México chegou a colocar-se como o segundo exportador de enxôfre do mundo. Infelizmente, o comércio deste produto não é mais que um agravante para a já então débil economia nacional... De que serve ao México ser um grande exportador de enxôfre, se não pode abastecer seu mercado internacional? Por que razão tal acontece? Porque tanto o enxôfre, como muitas outras riquezas — algodão, cobre, carvão, eletricidade, etc. — estão em mãos de poderosos monopólios norte-americanos, como o da Texas Gulf Sulphur, a Anderson & Clayton Co., a Anaconda Cooper, a American Smelting & Refining Co., a Electric Bond & Share, a Sofina, etc.»

## O caso do México

«Em 1958 — disse em seu relatório anual o «Nacional Financiera S. A.», órgão oficial — a economia do México, ligada estreitamente à dos Estados Unidos, fez face às dificuldades do mercado derivadas da depressão mais intensa que tenha afetado a economia norte-americana desde a segunda guerra mundial. A baixa da procura de produtos mexicanos nos mercados dos estados Unidos que absorvem mais de 75% de nossas exportações, junto com a baixa acentuada dos preços internacionais desses produtos, reduziram consideravelmente os lucros das indústrias de exportação.»

«A situação dos principais produtos exportáveis do México durante o ano passado (1958) foi a seguinte: aumentou a produção do milho, café e feijão. A cana-de-açúcar se elevou em 9,8%; a de grão-de-bico em 8,5%, a de batata em 7%, a de laranja em 5,6% e a de arroz, em 5%. Que isto não significou nenhum progresso para o México, fica demonstrado ao se analisar o que ocorreu com os produtos mexicanos no mercado de exportação. Por exemplo:

«O café. Este grão alcançou em 1958 seu nível máximo na produção ultrapassando a do ano anterior em 6,8%. Mas, em virtude da constante baixa dos preços internacionais, as exportações, que em 1957 tinham registrado um aumento importante, reduziram-se em 12% sobre seu volume do ano passado. O benefício obtido foi de apenas 73% do alcançado no ano de 1957.

«O algodão. A situação internacional desta fibra foi ainda mais grave. A boa colheita do ciclo 58-59 fez com que o volume exportado aumentasse de 1.234.000 sacos (1957) a 1.482.613 (1958)... Por uma séria baixa nas cotizações internacionais, esse incremento de 20% no volume da produção exportada, traduziu-se apenas em 12% do aumento nos benefícios.

«A contração da procura nos mercados estadunidenses — informa a Nacional Financiera, S. A. — dos quais depende quase inteiramente a mineração mexicana, afetou seriamente os preços dos metais industriais com a consequente perda de benefícios em divisas para nossos países.»

## Mais exportação, menor preço

Como consequência desta situação — esclarece a Nacional Financiera, S. A. (NAFINSA) — as exportações dos minerais metálicos que por tradição figuraram entre os principais artigos de nosso comércio exterior, sofreram uma redução substancial que repercutiu na produção. A baixa ocasionou perdas para nossa economia no valor de 45 milhões de dólares. Todas as exportações de minerais elementares, com ex-

ceção do mercúrio e do enxôfre, acusaram reduções, mais no valor do que no volume, o que significa uma perda dupla, já que exportamos igual ou maior quantidade de produtos mas a preços mais baixos...

«Quando os Estados Unidos elevaram as tarifas do chumbo e do zinco, as economias mexicana, boliviana e peruana sofreram graves transtornos. O volume das importações de lãs por parte dos Estados Unidos seguiu uma contínua tendência decrescente. E um angustiante vai-vem é a característica das transações com os países produtores de café, açúcar, cacau e outras mercadorias latino-americanas. Ao realizar seu comércio exterior somente com os Estados Unidos, a América Latina se coloca praticamente como sendo obediente dos monopólios norte-americanos.

## Créditos... para o investimento norte-americano

Mas isto não é o mais grave. Como em outras nações latino-americanas, há instituições oficiais que fazem o jôco para os monopólios estrangeiros, com o consequente prejuízo para a economia nacional. Por exemplo, entre os créditos contratados com o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, com aval da NAFINSA, ou seja, do povo mexicano, encontram-se onze milhões de dólares para financiar o plano de expansão da Companhia Mexicana de Luz e Fôrcia, que não é mexicana, mas sim uma ramificação do monopólio da Electric Bond and Share, como o são as companhias «Argentina», «Cubana», «Brasileira» e tantas outras empresas de eletricidade do continente.

«Outro efeito — diz ainda o Comércio Exterior — seria sem dúvida alguma o melhoramento das relações econômicas internacionais. A diversificação comercial e fontes de abastecimento e crédito de nossos países, diminuiria as tensões e recriminações que se fazem aos Estados Unidos por sua política comercial, pois reduziria o impacto que sobre nossas economias têm a política comercial do país do norte, ao apresentar-nos mais amplas alternativas de colocação de nossos excedentes e obtenção de bens de inversão e de recursos financeiros.»

## Os golpes igualmente lastimáveis

«O México não é o único país americano que sofre as consequências de ter os Estados Unidos como grande comprador e vendedor, cliente quase exclusivo e regulador do seu mercado exterior.

Em 1957 registrou-se um saldo negativo no comércio da América Latina com os Estados Unidos. O aumento do saldo adverso se deve em grande parte às condições piores dos termos de câmbio. Os preços dos produtos de exportação da América Latina diminuíram em quase 5% sobre o ano anterior, ao mesmo tempo que subiram na mesma proporção os preços dos produtos importados. Os termos de intercâmbio sobre o ano de 1956, pioraram em 9%, o que provocou, para a América Latina, um saldo negativo de 692 milhões de dólares. Como o México, o Chile e o Peru se ressentiram da diminuição no volume do cobre importado pelos Estados Unidos. O total de importações baixou nesta ocasião em termos de valor, motivando a consequente angústia que já se tornou crônica em nossos países, permanentemente temerosos do dumping americano, trigo, açúcar, café, etc.

## Intercâmbio com a URSS

A revista mexicana Comércio Exterior (órgão do Banco Nacional de Comércio Exterior) analisa as vantagens que traria para a América Latina o intercâmbio econômico com os países socialistas:

«As peculiaridades do desenvolvimento econômico dos países socialistas, que oferecem perspectivas de grande interesse, são, principalmente as seguintes: 1) A ênfase quase absoluta na produção de bens de capital, trouxe consigo o desenvolvimento desproporcionado destas indústrias em relação aos bens de consumo. Isto tornaria possível a venda para a URSS de bens manufaturados, de consumo, por parte das nações subdesenvolvidas, em troca de bens de investimento daquele país, transação factível em numerosos casos, e 2) o fato de que a quase completa propriedade estatal da estrutura econômica nos países socialistas facilita a manobrável dos fatores da produção, quer dizer, que estes países podem, com muita maior facilidade que as grandes potências capitalistas, fazer ajustes em suas instituições e programas de produção para utilizar o máximo dos mecanismos de custo comparativo que oferece o comércio internacional.

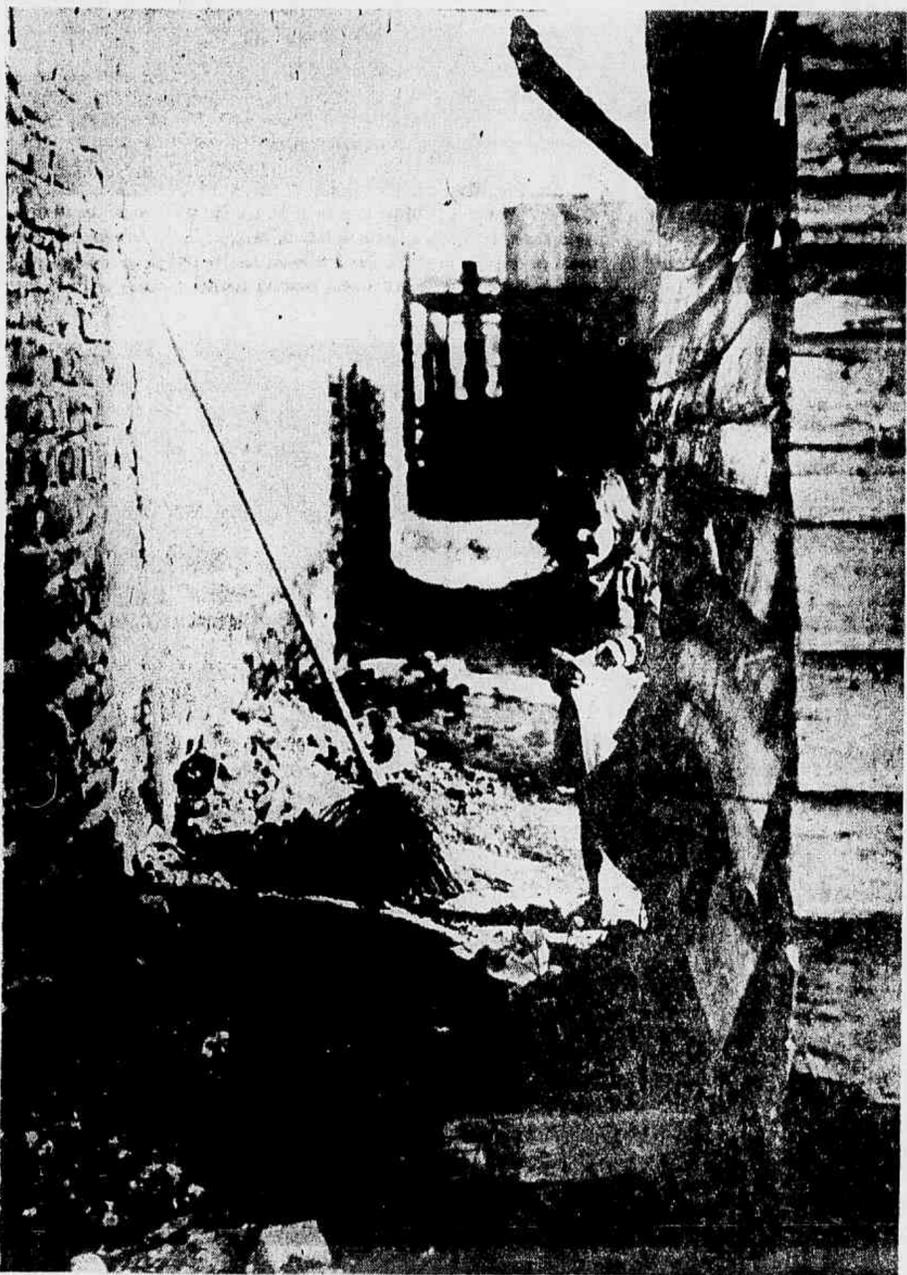
«Outro efeito — diz ainda o Comércio Exterior — seria sem dúvida alguma o melhoramento das relações econômicas internacionais. A diversificação comercial e fontes de abastecimento e crédito de nossos países, diminuiria as tensões e recriminações que se fazem aos Estados Unidos por sua política comercial, pois reduziria o impacto que sobre nossas economias têm a política comercial do país do norte, ao apresentar-nos mais amplas alternativas de colocação de nossos excedentes e obtenção de bens de inversão e de recursos financeiros.»

## O tratado Cubano-Russo

«É evidente que o maior latino-americano de comércio com a União Soviética está desaparecendo paulatinamente. Uma comissão chilena visitou a URSS para falar de assuntos econômicos. Em 24 de novembro último uma delegação brasileira partiu para Moscou, firmando nela os presidentes do Instituto Nacional do Café, do Conselho Nacional do Petróleo e do Petróleo, assim como o comandante João Filipe Pratas, do Gabinete Presidencial, para iniciar negociações econômicas.

Mas o que realmente parece destinado a romper definitivamente o elo, é o sensacional convênio que o governo cubano acaba de firmar com a URSS e pelo qual a URSS comprará durante cinco anos um milhão de toneladas anuais de açúcar e, ao mesmo tempo, outorga a Cuba um crédito de cem milhões de dólares.

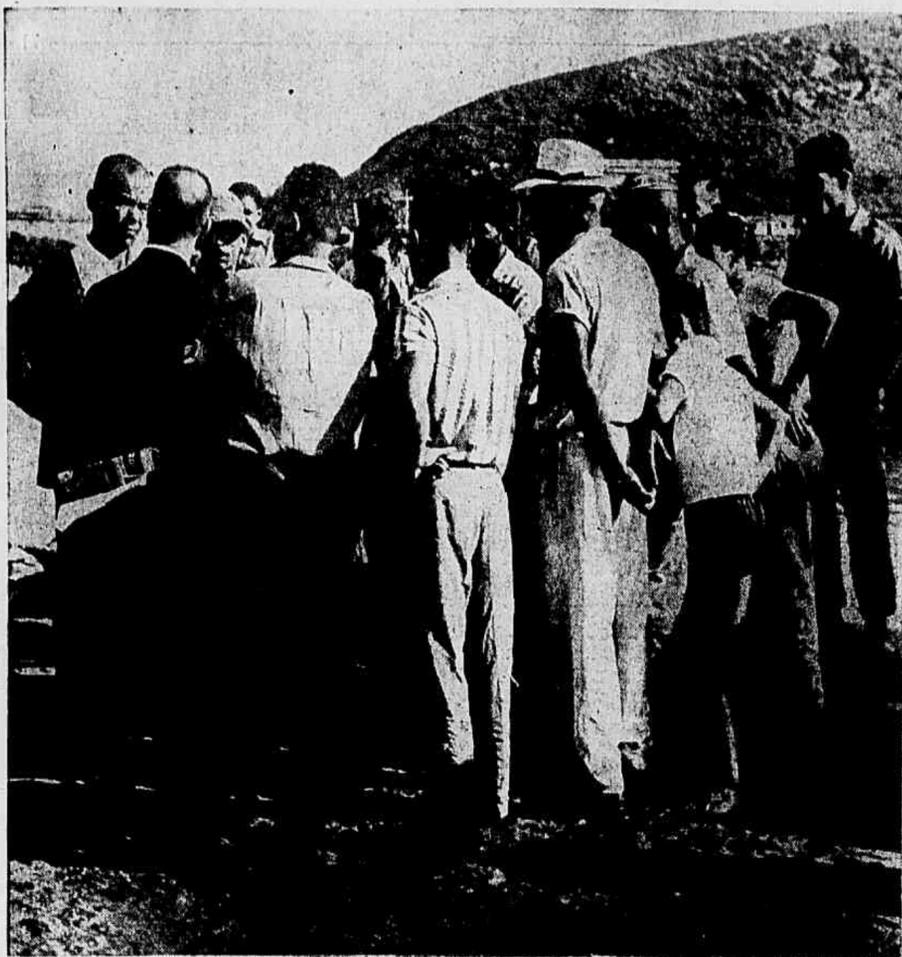
Negociação como esta são as que podem contribuir para eliminar a antiga dependência de um só mercado, que parece ser a cruz da América Latina.



Deixam a miséria

Em compensação a miséria fica. Nos países latino-americanos cuja economia está sob completa dependência dos Estados Unidos, os povos estão no mais completo abandono, vivendo em tugúrios, sem o que vestir e morrendo de fome. As migalhas que ficam são aproveitadas pelos que enriquecem à custa da exploração estrangeira.

# NOVOS RUMOS



**Sindicatos fechados  
Grevistas presos**

— O que há é isso. Trabalhador não pode reclamar não moço. Nossa sede está fechada e a polícia anda procurando a gente para prender. Foi a resposta que ouvimos à clássica pergunta — que é que há aí? E era isso mesmo que havia contra os trabalhadores que reclamavam melhores salários. Mas a firmeza dos grevistas e a solidariedade do povo asseguraram a vitória do movimento.

## Cabo Frio Esquentou

Mil e duzentos soldados do exército, sob o comando do coronel Luis França de Oliveira, penetraram na pequena cidade de Cabo Frio, na madrugada do último dia 16, despertando com o rumor das suas viaturas a população de 9 mil habitantes que dormia o tranquilo sono dos justos. As tropas deslocaram-se do município de São Gonçalo, do quartel do 3.º Regimento de Infantaria, com a missão de sufocar o movimento de 1.300 trabalhadores das salinas, da estiva e do

pôrto que encontravam-se em greve há 17 dias, reclamando melhoria salarial e outras reivindicações.

A intervenção militar na cidade foi determinada pelo ministro Armando Falcão, numa conspiração criminosa urdida com o senador ademarista Miguel Couto Filho, proprietário das Salinas Perynas, sob a alegação de que a cidade se encontrava sob o domínio dos grevistas, que já haviam instituído um governo revolucionário, e içado a bandeira vermelha do soviet

no mastro da principal praça de Cabo Frio.

Arriar a bandeira vermelha, símbolo ostensivo da utrevida revolução, foi um dos principais objetivos da operação militar comandada pelo coronel Luis França, ex-chefe da Delegacia de Ordem Política do antigo Distrito Federal. Sabendo da intenção do coronel, de fazer arriar a bandeira vermelha, o vigário da paróquia local, Frei Adjuta, enviou-lhe às pressas um emissário, pedindo-lhe que não fizesse tal coisa, porque a bandeira não era da revolução, mas do Divino Espírito Santo, e pertencia a sua Igreja. E a bandeira do Divino continuou tremulando no mastro da Praça Pôrto Rocha.

Conclui na 10a. página



**Era vermelha  
mas do Divino**

A bandeira vermelha do Divino Espírito Santo, que se balançava no mastro da Praça Pôrto Rocha, em frente a Igreja de N.S. da Assunção, quase foi arrancada pelas tropas de ocupação da cidade, que a tomaram como o símbolo ostensivo do poder soviético, que o vespertino «O Globo» anunciou ter sido instalado em Cabo Frio.



**Prefeito  
reassume**

Logo que as tropas federais se retiraram de Cabo Frio, o Prefeito Edilson Duarte voltou a desempenhar a sua função de mediador entre os grevistas e os salineiros. O telefone do seu Gabinete não parava.



**Soldado nas ruas  
cidade ocupada**

Durante 24 horas as tropas federais ocuparam a pequena e bela cidade de Cabo Frio, situada no litoral fluminense, mudando inteiramente a sua plácida fisionomia. Ninguém hostilizou os jovens soldados, mas a revolta e a vergonha do povo era patente na face de cada um. Visível era o ódio à conduta do senador Miguel Couto Filho e do ministro Armando Falcão, autores do pedido de intervenção.